



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de São José do Rio Preto

Camila Marques Bottós

Literatura e Direito em *Cem anos de solidão*

São José do Rio Preto
2021

Camila Marques Bottós

Literatura e Direito em *Cem anos de solidão*

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Letras, junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de São José do Rio Preto.

Orientador: Prof. Dr. Gentil Luiz de Faria

São José do Rio Preto
2021

B7511	Bottós, Camila Marques Literatura e Direito em Cem anos de solidão / Camila Marques Bottós. -- São José do Rio Preto, 2021 140 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto Orientadora: Gentil Luiz de Faria 1. Literatura. 2. Direito. 3. América Latina. 4. Interdisciplinaridade. 5. Memória. I. Título.
-------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Camila Marques Bottós

Literatura e Direito em *Cem anos de solidão*

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Letras, junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de São José do Rio Preto.

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Gentil Luiz de Faria
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto
Orientador

Prof. Dr. João Carlos de Carvalho - Câmpus Floresta em Cruzeiro do Sul/Universidade Federal do Acre

Prof. Dr. Paulo Cesar Baria de Castilho – Faculdade Themis/São José do Rio Preto

São José do Rio Preto
5 de novembro de 2021

Apostando em uma ciência plural e comunicativa, dedico esta dissertação a todos os pesquisadores e teóricos que se debruçam sobre os estudos interdisciplinares de Literatura e Direito.

AGRADECIMENTOS

A realização desse trabalho não seria possível sem a colaboração e o carinho de várias pessoas, as quais os meus agradecimentos nunca serão suficientes.

Agradeço primeiramente aos meus pais que sempre me incentivaram a estudar e a ir em busca de meus sonhos além de nossa Macondo oculta no interior paulista. A vocês, todo o meu amor e minha gratidão.

A minha irmã Aretuza, por me ensinar a acreditar, dividir e sonhar. Você é a razão da minha vida e de todas as minhas conquistas. Obrigada por trazer luz e aprendizado a minha vida.

Ao professor Gentil Luiz de Faria meu eterno agradecimento por aceitar o desafio dessa pesquisa, pela gentileza, pelas orientações e pela paciência que teve nos momentos mais difíceis de minha vida. Manifesto meu carinho, meu respeito e minha admiração por seu trabalho maravilhoso de incentivo aos estudos interdisciplinares de Literatura e Direito.

Às professoras Maria Celeste Tommasello Ramos e Roxana Guadalupe Herrera Alvarez que prontamente aceitaram o convite para compor a banca de qualificação da dissertação. Os conselhos e críticas foram fundamentais para o resultado desta pesquisa.

Aos professores João Carlos de Carvalho e Paulo Cesar Baria de Castilho que tiveram a ternura do aceite, a paciência das leituras atentas e a grande contribuição ao comporem a banca de defesa da dissertação.

Ao Ibilce agradeço a oportunidade de superar minhas limitações, enfrentar meus medos e não desistir perante as adversidades.

A minha amiga Thais Garbelim que sempre me apoiou, ouviu minhas dúvidas e lamentações. Obrigada por estar ao meu lado, compartilhar minhas angústias e suportar os meus rompantes emocionais.

Por fim, as minhas amigas que sempre foram fonte de inspiração, admiração e extremo carinho, Cesira, Iva e Kenze.

RESUMO

Esta dissertação pretende estabelecer relações de diálogo e proximidade entre Literatura e Direito. Objetiva-se, com isso, desenvolver um estudo que busque compreender como temas oriundos da ciência jurídica são retratados na obra *Cem anos de solidão* (1967), do escritor colombiano Gabriel García Márquez. Para tanto, discute as relações teóricas entre Literatura e Direito e a importância dos estudos interdisciplinares como recurso de abordagem crítica, com o intuito de aproximar a ciência jurídica da realidade social por meio do texto literário e, assim, superar o modelo positivista até então adotado. O trabalho também revisita a bibliografia crítica sobre o romance em destaque e busca evidenciar como o autor, valendo-se de fontes históricas, personagens, vozes e cenários, forneceu elementos para o desenvolvimento de uma perspectiva única, capaz de demonstrar as impressões, sentimentos, críticas e desejos que envolvem o contexto jurídico e a história do povo latino-americano, dentro de uma obra ficcional. Como orientação metodológica, o estudo se desenvolve por meio de pesquisa bibliográfica e abordagem hermenêutica. A pesquisa agrega concepções de autores como Leslie Bethel, Eduardo Galeano, Vargas Llosa, Antonio Candido, André Karam Trindade, Gentil de Faria, Luis Alberto Warat, entre outros pertinentes ao estudo. Como resultado deste estudo, espera-se alcançar por meio do texto literário formas inovadoras de interpretação, que possam superar conceitos restritos e puramente dogmáticos.

Palavras-chave: Literatura. Direito. América Latina. Interdisciplinaridade. História e Memória.

ABSTRACT

This study aims to establish dialogue relations and proximity between Literature and Law. Thus, the objective is to develop a study that seeks to understand how themes from legal science are represented in the work “One Hundred Years of Solitude” (1967), by the Colombian author Gabriel García Márquez. Therefore, it discusses the theoretical relationships between Literature and Law and the importance of interdisciplinary studies as a critical approach resource, with the aim of bringing legal science closer to social reality through the literary text and, thus, overcoming the positivist model adopted until then. The work also revisits the critical bibliography on the featured novel and looks to show how the author, using historical sources, characters, voices and scenarios, provided elements for the development of a unique perspective, able to demonstrate the impressions, feelings, criticisms and desires that involves the legal context and the history of the Latin American people, inside a fictional work. As methodological guidance, the study is developed through bibliographical research and hermeneutic approach. The research has conceptions from the respective authors Leslie Bethel, Eduardo Galeano, Vargas Llosa, Antonio Candido, André Karam Trindade, Gentil de Faria, Luis Alberto Warat, among others relevant to the study. As a result of this study, it is hoped to reach, through the literary text, innovative forms of interpretation that can overcome restricted and purely dogmatic concepts.

Keywords: Literature. Law. Latin America. Interdisciplinarity. History and Memory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. CONFLUÊNCIAS ENTRE A LITERATURA E O DIREITO	12
1.1 Literatura e Direito	12
1.2 A importância do estudo interdisciplinar entre as ciências literárias e jurídicas	21
2. GABRIEL GARCÍA MÁRQUEZ E AS FACES DA CRÍTICA	26
2.1 <i>Cem anos de solidão</i> : Fortuna crítica	26
2.2 O realismo mágico, o real maravilhoso e o realismo maravilhoso	37
3. A LITERATURA E A FORMAÇÃO POLÍTICA E DEMOCRÁTICA DA AMÉRICA LATINA	48
3.1 Literatura e política	48
3.2 O Direito eleitoral e a formação do Estado Democrático de Direito	54
4. A LITERATURA DE GABRIEL GARCÍA MÁRQUEZ E OS MOVIMENTOS TRABALHISTAS NA AMÉRICA LATINA	62
4.1 História e ficção: o entrecruzamento de discursos	63
4.2 O processo de industrialização na América Latina e seu reflexo na literatura	67
4.3 O Massacre das Bananeiras	74
4.4 A relação da literatura de García Márquez com o contexto histórico dos movimentos trabalhistas	78
5. AS MOBILIZAÇÕES AGRÁRIAS E SEU REFLEXO NA LITERATURA	91
6. PERSPECTIVAS POLÍTICO-SOCIAIS: LITERATURA, MEMÓRIA E REVOLUÇÃO	103
6.1 Representação e reconstrução: Guerra dos Mil Dias e o general Rafael Uribe Uribe	107

6.2	Revolução, violência e memória	121
	Considerações finais	129
	Referências	134

INTRODUÇÃO

O diálogo entre Literatura e Direito não é propriamente recente. A relação entre estas duas disciplinas remonta à Antiguidade Clássica e aos grandes filósofos. Entretanto os estudos e pesquisas interdisciplinares entre essas áreas, ainda, são campos em desenvolvimento primário no Brasil. Comparado ao sistema metodológico e crítico consolidado nos Estados Unidos e na Europa, a comunidade acadêmica brasileira tem de superar muitas barreiras que impedem um conhecimento dinâmico nesta questão.

A partir desta premissa, este trabalho busca estabelecer relações de diálogo e proximidade entre Literatura e Direito. Esse processo de integração implica em um método de pesquisa que procure romper com as limitações impostas por um modelo tradicional de ciência que atua de forma isolada e independente. Com isso, a prática interdisciplinar adotada possibilita uma reflexão sobre a construção de um conhecimento científico sistematizado e participativo, que permita uma real cooperação e troca de informações, a fim de romper com a individualidade.

Para tanto esta dissertação toma por base o romance *Cem anos de solidão* (1967), de Gabriel García Márquez, hoje considerada uma das mais importantes obras da literatura latino-americana. A escolha desta narrativa se justifica, pois é possível explorar a verossimilhança e a representação de feitos que marcaram o povo colombiano e latino-americano, tais como: a violência, a corrupção política, a solidão e a restrição de direitos fundamentais ou a ausência destes.

García Márquez nasceu na Colômbia em 1928 e se tornou um dos principais escritores da América Latina, no século 20. Seu reconhecimento internacional decorreu principalmente da publicação de *Cem anos de solidão*, em 1967, que ocorreu dentro do denominado “boom” da narrativa latino-americana, correspondendo a um fenômeno literário e editorial que perdurou entre as décadas de 1960 e 1970. O romance se destacou mundialmente, não apenas no que tange à qualidade literária, mas, também, como produto comercial, tendo em vista o enorme sucesso popular ao permitir que a literatura de origem hispano-americana, com suas características e peculiaridades, ganhasse espaço entre os mais variados grupos de leitores.

A obra retrata a história da família Buendía por um período de cem anos. A saga inicia-se com a fundação do povoado de Macondo e, ao longo do desenvolvimento da narrativa, observa-se sua ascensão e total destruição. O enredo mescla uma significativa pluralidade de temas, como: revoluções, guerras, sobrenatural, corrupção, loucura, solidão e outros mais, tudo criado e executado em perfeita harmonia e naturalidade pelo autor.

Dessa forma, a obra em análise nos remete a um tempo passado e a um lugar indefinido, que insere a fantasia e o mítico ao mesmo tempo que reflete o real e recupera sentidos. O romance explora componentes da cultura latino-americana, principalmente a diversidade de etnias, costumes e tradições, o que possibilita o resgate da memória popular e o reconhecimento identitário por seu povo.

É inegável que inúmeros trabalhos científicos utilizaram a obra em questão como objeto de estudo, principalmente no que se refere à perspectiva histórica do texto literário em relação à América Latina. No entanto, ao realizar uma pesquisa aplicada em bancos de dissertações e teses, em especial na plataforma *Sucupira*, não é possível encontrar publicações que tratem do tema que esta dissertação enfoca. Assim o presente trabalho vem contribuir com reflexões relacionadas à interdisciplinaridade de áreas distintas, a fim de demonstrar como a Literatura e o Direito podem se aproximar nesse caso, tendo como fundamento a análise de aspectos jurídicos e a temática da identidade latino-americana.

Objetiva-se, com isso, desenvolver um estudo que busque compreender como temas oriundos da ciência jurídica são retratados no texto literário e como esses são reflexos da história e do povo latino-americano. A importância deste estudo está no fato de que a arte pode provocar uma renovação nos significados das coisas e o resgate de sentimentos, capazes de transformar a maneira como enxergamos o mundo.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que agrega concepções de autores como Leslie Bethel, Eduardo Galeano, Vargas Llosa, Antonio Candido, André Karam Trindade, Gentil de Faria, Luis Alberto Warat, entre outros pertinentes ao estudo. Os autores mencionados foram escolhidos por suas significativas e valiosas contribuições em suas respectivas áreas.

Tendo isto em conta, o trabalho foi dividido em seis capítulos. O primeiro dispõe sobre a importância dos estudos interdisciplinares entre Literatura e Direito, como recurso de abordagem crítica. O trabalho se fundamenta na relação que os dois campos desenvolvem entre si, possibilitando a compreensão de como a literatura assume expressivo valor como objeto privilegiado de problematização, que atravessa o tempo e a ficção e atinge o real. A partir disso, propõe aproximar a ciência jurídica da realidade social por meio do texto literário, a fim de reconstruir a estrutura jurídica existente e superar o modelo positivista até então adotado.

O segundo capítulo busca sintetizar os aspectos mais relevantes da trajetória do escritor, tal como o processo de criação da obra, suas influências, inspirações e o contexto histórico vigente no período e, também, analisa a manifestação do Realismo Mágico, Realismo Maravilhoso ou Real Maravilhoso presente na obra.

Já o terceiro capítulo objetiva refletir como as intervenções políticas e a construção da democracia na América Latina exerceram influência na literatura de García Márquez, especialmente na narrativa de *Cem anos de solidão*. Assim faz-se necessário desenvolver uma breve exposição acerca da conexão da Literatura com a Política e o impacto desse movimento na sociedade latino-americana para, em seguida, introduzir o debate sobre a literatura como instrumento político na trajetória literária do autor colombiano e, por fim, analisar o Direito Eleitoral e a formação do Estado Democrático de Direito diretamente na obra em estudo.

O quarto capítulo visa a desenvolver um estudo capaz de gerar reflexão sobre a história dos movimentos trabalhistas na América Latina do século 20 e como isso influenciou a criação literária do autor. Primeiramente será apresentado o entrecruzamento de discursos entre a história e a ficção e como isso pode ser empregado como referência na construção do texto literário. Logo após, o trabalho analisa como a questão trabalhista, os movimentos sociais e a intervenção do Estado se desenvolveram em um determinado contexto histórico e como García Márquez tomou por base aspectos sociais, econômicos e culturais na construção de seu romance.

No quinto capítulo contempla-se as inquietações agrárias que demonstram as crises da estrutura territorial, da posse forçada e da precária situação dos direitos de propriedade. Desse princípio analisa-se os reflexos desse fenômeno na narrativa garciamarquiana, com o propósito de estabelecer uma conexão harmônica, capaz de desvendar diferentes perspectivas da história e da concretização de direitos por meio da literatura.

Finalmente o último capítulo parte da concepção crítica da política e dos movimentos revolucionários para a literatura, principalmente no que tange a obra em foco, na qual permite um estudo sistematizado da arte com dimensão histórica. A interface do romance com a realidade fornece prováveis meios de compreensão do fenômeno de lutas armadas, típico dos processos formais de independência dos países latino-americanos. O trabalho não procura fazer um retrato fiel dos eventos históricos ocorridos, mas busca desenvolver um registro das impressões, sentimentos, críticas e desejos daqueles contextos dentro de uma criação ficcional e fantasiosa.

As contribuições que a literatura de Gabriel García Márquez nos legou podem originar reflexões importantes sobre a identidade nacional, as representações pessoais do autor e de sua comunidade. Nesse contexto é possível identificar novos paradigmas jurídicos em abordagens literárias que explicitem a interpretação de argumentos e conceitos inovadores que aproximam o Direito da Literatura.

1. CONFLUÊNCIAS ENTRE A LITERATURA E O DIREITO

Neste capítulo busca-se ressaltar a importância dos estudos interdisciplinares entre Literatura e Direito, como recurso de abordagem crítica. O objetivo deste estudo é analisar o diálogo entre as ciências, que possibilite a compreensão de como a literatura assume expressivo valor como objeto privilegiado de problematização, que atravessa o tempo e a ficção e atinge a realidade social.

Dessa forma, pretende-se aproximar a ciência jurídica da realidade social por meio do texto literário, a fim de reconstruir a estrutura jurídica existente e superar o modelo até então adotado, que é pautado em um ensino restrito a manuais, resumos e letra fria de lei.

Assim analisa-se a origem do movimento da Literatura com o Direito, principalmente suas primeiras manifestações e consequente evolução no Brasil e como este estudo permite traçar um paralelo entre o texto ficcional e outras esferas do conhecimento humano, de modo a abordar a importância do trabalho interdisciplinar como forma de aperfeiçoamento para soluções de questões problemáticas que emergem da observação cultural da sociedade.

1.1 - Literatura e Direito

A relação entre Literatura e Direito é um campo pouco explorado entre os estudiosos da atualidade. A vinculação entre essas duas disciplinas começou a ser estabelecida no início do século 20, nos Estados Unidos, sendo o pensamento ocidental fundamental para refletir esta conexão.

O desenvolvimento de trabalhos relevantes em âmbito internacional, que apresentaram a interlocução entre estas esferas, tem origem no ensaio *A List of legal*, do norte-americano John Henry Wigmore, publicado em 1908, que consistiu em uma lista com diversos romances, dos mais variados, que narravam temáticas possivelmente jurídicas.

Wigmore dedicou sua vida profissional, entre outras vertentes, a lecionar Direito, de 1892 a 1943, ano de sua morte. A concepção acadêmica marcou seu pensamento ao desenvolver sua obra sobre o Direito na Literatura, pois entendia a Literatura como instrumento para compreensão do Direito, tanto na concepção teórica como na prática jurídica. De acordo com o que defendia, o jurista que lê textos literários com teor jurídico expande seus conhecimentos em relação a outros sistemas culturais, de modo a possibilitar novas experiências comparatistas.

Sua teoria baseava-se em defender a função pedagógica da literatura na estrutura curricular do Direito, como fonte de informação e percepção de fundamentos para a evolução do profissional, de modo a permitir a conexão com a cultura e tradições de um povo a fim de

viabilizar novas formas de se pensar o Direito e conseqüentemente como deve-se aplicá-lo na sociedade.

Diante disso, ao se estudar a obra de Wigmore, verifica-se que a utilização da Literatura como instrumento de ensino e aprendizagem na estrutura basilar do Direito tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento de novas possibilidades de compreensão dos temas jurídicos. Dessa forma, a articulação interdisciplinar entre as áreas em comento permite ao jurista acesso a uma visão externa do funcionamento da prática judicial, uma vez que disciplinam um novo olhar da humanidade, com seus problemas, opiniões e expectativas.

A evidente necessidade de problematização e contextualização dos inúmeros tópicos conflituosos existentes na sociedade enfatiza a importância da interdisciplinaridade literária e a forma com que ela possa contribuir no processo de ensino-aprendizagem tanto na questão do Direito aplicado ao caso concreto, quanto da Ciência Jurídica como objeto de estudo. Com o propósito de demonstrar como a literatura é uma ferramenta essencial na difusão de concepções jurídicas, verifica-se o que diz Edson Luiz Fachin e outros (2008) ao indicar que:

A Literatura, sobremaneira popular, pode ser força motriz para propor e problematizar a alteração dos rumos sociais e políticos. O discurso literário como produto humano, tal qual a ciência jurídica, reflete indubitavelmente, em maior ou menor escala, as vicissitudes, peculiaridades e idiossincrasias de seus sujeitos, bem como o contexto no qual está inserida (p. 230).

Assim a literatura se assume, de certa forma, como mecanismo de manifestação social capaz de contribuir para efetivas mudanças no meio histórico e político, por meio da formação de pensamentos críticos e no desenvolvimento de uma visão mais humanizada em relação aos problemas enfrentados pela sociedade. Candido (2004) afirma que “cada sociedade cria as suas manifestações ficcionais, poéticas e dramáticas de acordo com os seus impulsos, as suas crenças, os seus sentidos, as suas normas, a fim de fortalecer em cada um a presença e atuação deles” (p. 175).

Ao contemplar, de forma criteriosa, a relação entre Literatura e Direito, compreende-se o texto literário como objeto central da análise e o aproxima de outras formas de expressão cultural, política e social, possibilitando práticas reveladoras de aspectos antes ocultos em ambas as esferas. A relevância em estabelecer o vínculo entre esses campos é evitar o distanciamento do texto jurídico do texto literário, de modo que a racionalidade jurídica não se resuma a uma perspectiva de objetividade normativa.

Dessa forma, segundo Germano Schwartz (2004), a corrente positivista do Direito, fundamentou-se na valorização exacerbada da tecnicidade e da normatividade do sistema jurídico, afastando a humanidade, a paixão e a justiça poética da ciência:

É necessário explorarmos elementos para a análise literária da ciência jurídica, demonstrando a conexão existente entre Direito e Literatura, com o objetivo de resgatar o senso de um tempo em que a justiça era poética, quando os debates acadêmicos e sociais se desenvolviam em um ambiente de paixão, hoje abandonado pela crescente burocratização do papel desenvolvido pelos pesquisadores em nossas universidades e pelos operadores do Direito na práxis jurídica (p. 125).

Assim o processo jurídico assentou-se prioritariamente em normas técnicas, que valorizam a racionalização e a burocratização do Direito e cujo formalismo é adotado como a maneira mais eficiente de se garantir a efetivação da justiça.

Contrapondo esse engessamento positivista se encontra a literatura que atua na provocação de nossas certezas e instiga o conhecimento e a crítica. Por meio desse viés artístico, surge uma dinâmica menos rígida e mais acessível, que permite uma abordagem do Direito sob aspectos particulares sem a intransigência normativa.

Posto isso, parte-se para outra problemática que surge ao se analisar a interdisciplinaridade entre Literatura e Direito: como relacionar conceitos jurídicos concretos, tais como o Direito de Propriedade, o Direito Eleitoral, o Direito do Trabalho, dentre outros a uma disciplina que utiliza como fonte um texto ficcional? Tentando responder esta questão Trindade e Gubert (2008) apontam:

Como toda e qualquer expressão artística, a literatura é uma transfiguração do real, isto é, a realidade recriada e retransmitida pela narrativa, através de metáforas e metonímias. Assim do mesmo modo como ocorre com o discurso jurídico - que pretende dar conta da realidade -, a narrativa, por mais ficcional que seja, é produzida inevitavelmente a partir daquilo que lhe é fornecido pelo mundo da vida (p. 22).

A relação entre Direito e Literatura possui diversas intersecções, fator imprescindível da formação de novas perspectivas, em que o texto literário fomenta inovações na ciência jurídica. Dessa forma, define Vera Karam Chueiri (2006):

Direito e Literatura podem dizer respeito tanto ao estudo de temas jurídicos na Literatura, e neste caso estar-se-ia referindo ao Direito na Literatura; como à utilização de práticas da crítica literária para compreender e avaliar o Direito, as instituições jurídicas, os procedimentos jurisdicionais e a justiça, e neste caso, estar-se-ia referindo

ao Direito como Literatura. No primeiro caso, é o conteúdo da obra literária que interessa ao Direito, enquanto, no segundo, a própria forma narrativa da obra pode servir para melhor compreender a narrativa jurídica, como, por exemplo, as sentenças que os juízes constroem (p. 234).

Os dois casos desvelam a compreensão de múltiplas interpretações que fogem do senso comum. Esta pesquisa leva em consideração a vertente do Direito na Literatura, ao analisar questões jurídicas e políticas dentro do texto literário, concentrando-se em conceitos de direitos eleitorais, trabalhistas, propriedade e política, bem como a complexidade das instituições jurídicas, dos procedimentos formais e da efetividade da justiça.

A partir do cruzamento entre a Literatura e o Direito é possível a superação de padrões positivistas e a viabilização da observação social, suas mudanças, seus progressos, seus fracassos e suas necessidades. O texto literário constitui-se como um instrumento de observação, análise e reflexão da sociedade que pode fornecer ao Direito uma nova interpretação da realidade e consequentemente a aplicação de uma justiça humanizada e efetiva, que busca entender a raiz dos conflitos e atuar na prevenção e mudanças de paradigmas e não somente na punição e repressão.

Partindo desta ordem de ideias, é importante considerar que a literatura e a ciência jurídica não se confundem, mas se complementam. Dentre as características fundamentais do texto literário se observa a busca pela libertação das possibilidades e a emancipação do sujeito frente à submissão das autoridades, ao contribuir para a formação do pensamento crítico e reflexivo. Na visão de Compagnon, “a literatura é de oposição: ela tem o poder de contestar a submissão do poder” (2009, p. 34). Enquanto isso, o Direito adota um sistema positivado que codifica a realidade e impõe duras regras obrigacionais. Nesse sentido, perceber a relação entre as duas áreas em comento torna-se de primeira importância, haja vista que o estudo conjunto permite diferentes perspectivas da realidade, além de uma aproximação da ciência com os dilemas enfrentados pela sociedade. Sobre isso entende Trindade (2014):

[...] a Literatura tem uma função estética, enquanto o Direito, uma função normativa. Por isso, ela tem o poder de ampliar e confrontar horizontes, possibilitando um novo olhar aos fenômenos jurídicos. Neste contexto, o Direito ganha ao assimilar as capacidades crítica e criadora que marcam a literatura, propiciando a ruptura com o sentido comum teórico, a partir da renovação do pensamento jurídico. Isto ocorre porque, como já dizia Barthes, a Literatura possui um caráter subversivo, mediante a manipulação da própria linguagem, e desse modo se converte num modo privilegiado de reflexão filosófica, psicológica, social, jurídica etc. (p. 06).

Dessa forma, pensar o Direito a partir da Literatura permite desenvolver questionamentos, reflexões e críticas que afastam o duro caráter positivista e impositivo do sistema jurídico e o aproxima da justiça social, ou seja, permite a libertação daquilo que Luis Alberto Warat¹ denominou de “senso comum teórico”. Nessa esteira, o estudo do Direito na Literatura surge como uma ferramenta interdisciplinar inovadora capaz de reestruturar o pensamento jurídico, sem aprisionar o conhecimento.

Warat cunhou a “expressão senso comum teórico dos juristas” em sua obra *Mitos e teorias na interpretação da lei* (1979). O autor entende que os juristas adotam uma prática interpretativa que se manifesta como uma ilusão epistêmica, ou seja, o jurista apenas reproduz conceitos incorporados como verdades e princípios e se afastam da complexa e multicultural realidade enfrentada pela sociedade contemporânea. Com isto, o poder que deveria atuar frente às dificuldades, exclusões, injustiças e arbitrariedades sofridas pelo povo, a fim de garantir a busca por uma sociedade justa, livre e solidária, conforme determina a lei magna, reproduz conceitos, princípios e termos abstratos, formalmente compatíveis, mas materialmente distantes de seus sujeitos. Warat entende que:

Existe um certo consenso nas reflexões em torno das práticas interpretativas do Direito. Poucas ousadias e muitas fantasias perfeitas recobrem as teorias sobre a interpretação da lei. Métodos ilusórios, enobrecidas crenças, despercebidos silêncios envolvem as práticas interpretativas dos juristas de ofício. Teorias e práticas encarregadas de garantir a institucionalização da produção judicial da normatividade e seus efeitos de poder na comunidade. Práticas, mitos e teorias refinadas que se ligam estreitamente aos processos de produção heterônoma da ordem simbólica da sociedade. Usos complacentes da lei que guardam, como em cofres de sete chaves, os princípios de controle da produção dos discursos jurídicos. Uma discursividade enganosamente cristalina que escamoteia, em nome da verdade, da segurança e da justiça, a presença subterrânea de uma “tecnologia da opressão” e de uma microfísica conflitiva de ocultamento que vão configurando as relações de poder inscritas no discurso da lei (p. 19).

Em razão disso, o jurista reconhece a importância de se estabelecer um conjunto de leis que regem as relações sociais, no entanto sua crítica se fundamenta na postura legalista-

¹ Luiz Alberto Warat – foi um jurista argentino radicado no Brasil. Professor, com mais de quarenta anos de docência, escritor com mais de quarenta livros publicados. Doutor em Direito pela Universidade de Buenos Aires, Argentina; Pós-Doutor pela Universidade de Brasília, Brasil. Professor do Mestrado e Doutorado em Direito na Universidade de Brasília.

positivista do operador, pois o Direito deve ser instrumento de transformação social, o que exige a libertação do objetivismo absoluto.

Assim Warat defendeu a ideia de diálogos possíveis entre o Direito e outras manifestações sociais que poderiam contribuir para a proposta de minimizar o distanciamento entre a ciência jurídica e as realidades existentes. Dessa forma, em entrevista dada pelo autor a Albano Marcos Bastos Pêpe² (2016) observa:

Em verdade, a ciência do direito que os juristas invocam em suas práticas profissionais é uma “doxa” metódica e sistemática, o conjunto de opiniões de ofício, ou seja, uma prática discursiva fundamentalmente determinada por hábitos semiológicos e costumes intelectuais, enfim estamos reivindicando um saber crítico do direito como um novo ponto de vista epistemológico que tem por objeto de análise os discursos competentes da ciência e epistemologia jurídicas (p.10).

No que tange à contribuição da Literatura e de suas narrativas dentro do discurso jurídico, Warat (2016) afirma: “A forma mais ousada de substituir a participação pelo olhar é a da reflexividade da ciência. Nessa forma de compreensão, a lógica provoca o grande tabu, admitindo linguagens exteriores umas às outras. Frente a tudo isso, apelo à fantasia, para fecundar o real e os seus símbolos” (p. 11).

À vista disso, compreende-se que a Literatura é capaz de transformar esse processo positivo-legalista em algo mais humano e próximo de seus sujeitos. Seu papel pode ser encarado como uma forma de confrontar ideias abstratas e possibilitar novas concepções. Nesse aspecto ressalta Antonio Candido (1989) ao dispor sobre esse poder literário:

[...] o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos à natureza, à sociedade e ao semelhante (p.117).

Diante desse enorme poder exercido pela Literatura, assimila-se que o diálogo estabelecido com o Direito abre caminhos de alternativas metodológicas que promovem debates

² Albano Marcos Bastos Pêpe - Natural de Recife, graduado em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco, Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria, Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Teve como orientador de mestrado Luiz Alberto Warat que o aproximou da intersecção possível entre o Direito e a Literatura. Possui uma vasta obra nesta temática. Faleceu em janeiro de 2021.

e ilustram meios viáveis na atuação e formação de uma ciência jurídica mais consciente e humana. Nesse sentido, é evidente que muitas experiências foram baseadas nessa perspectiva dialógica, conectando ideias e transformando conceitos preconceituosos e ultrapassados, no entanto ainda existem muitas barreiras a serem superadas que permitam um conhecimento mais amplo e dinâmico nesta área. Pensando nisso, Trindade (2014) dispõe:

No Brasil, o estudo do Direito e Literatura ainda é bastante recente, sobretudo se comparado à tradição que se consolidou nos Estados Unidos e na Europa ao longo do século passado. Neste contexto, obviamente, existe uma resistência por parte dos setores mais conservadores da comunidade jurídica, inclusive de dentro das universidades. Na verdade, ainda sofremos os influxos de um ensino jurídico marcado pelo formalismo oitocentista. E todos sabem das dificuldades de romper com este modelo, diariamente retroalimentado, por exemplo, pela indústria dos concursos, que simplifica e “plastifica” o Direito (p. 6).

O estudo interdisciplinar dessas ciências ainda não encontrou um sistema metodológico sólido no Brasil, diferentemente do que ocorre na Europa e nos Estados Unidos, que possuem uma base concreta em termos pedagógicos e críticos. Desse modo, ainda existe resistência entre os juristas e literatos do campo acadêmico, em relação ao desenvolvimento de pesquisas, como na prática aplicada ao cotidiano. Nas palavras de Trindade (2018):

Se o fenômeno da expansão se caracteriza pelo aumento da quantidade de eventos, projetos de pesquisa, grupos de estudos e, especialmente, de livros, coletâneas e artigos científicos, é justamente no âmbito da produção bibliográfica que se evidencia, de maneira mais clara, a deficiência teórica e metodológica que marca a experiência brasileira, como se pode comprovar por meio da análise dos trabalhos do CONPEDI (Entrevista semiestruturada, 05 de mar. de 2018).

Além da ausência de um sistema metodológico consistente que gera a falta de um aparato bibliográfico e produções nacionais específicas, existe uma grande barreira a ser superada que consiste na inexistência de um diálogo aberto entre os pesquisadores de ambas as áreas, o que torna o desenvolvimento das pesquisas um processo ainda mais árduo e complexo.

Assim no intuito de alcançar um sistema eficiente em termos críticos e científicos que possa trabalhar a interdisciplinaridade entre as duas vertentes sem que uma ciência domine a outra, é primordial que haja compreensão necessária dos institutos e conceitos jurídicos bem como o domínio da teoria literária, somente assim será possível a criação de produções de qualidade. Nesse sentido, corrobora Trindade (2018):

Consiste em levantar e analisar como a Literatura retrata as questões políticas e jurídicas. Para isso, é necessário levar a obra de arte a sério. Isto é, suspender os conceitos prévios que permeiam os primeiros contatos com o texto e deixar que ele diga algo. Requer-se, portanto, dominar conceitos-chave não só do Direito – como o conceito de constitucionalismo – mas também da narratologia, por exemplo, a teoria da narrativa. Conhecer o conceito de peripécia (Aristóteles), polifonia (Bakhtin), e a diferença entre discurso e narrativa (Benveniste, Genette), a título de ilustração, é fundamental. Caso contrário o intérprete impõe suas convicções à obra literária, o que é um erro hermenêutico (Entrevista semiestruturada, 05 de mar. de 2018).

Mesmo que os estudos interdisciplinares entre Literatura e Direito sejam recentes no Brasil e que existam muitos problemas a serem superados, há muitos trabalhos a esse respeito e autores renomados que se dedicam a esta temática, como por exemplo, os já mencionados, Vera Karam de Chueiri, André Karam Trindade e Luis Alberto Warat, além de Lênio Streck, Luiz Carlos Cancellier de Olivo e outros mais. Ainda nesse sentido, não se pode falar sobre a questão sem mencionar José Gabriel Lemos Britto³ e Aloysio de Carvalho Filho⁴, considerados precursores do diálogo entre o Direito e a Literatura no país.

O que se sabe de Lemos Britto é que foi um proeminente jurista baiano, especialista em Direito Penal. Embora seja reconhecido como um dos pioneiros neste estudo, não há muitos trabalhos publicados. Sua obra mais conhecida é *O crime e os criminosos na literatura brasileira*, publicada em 1946. Sobre a questão Lemos Britto (1946) afirma:

Eles surpreendem os fatos onde quer que se produzam e os agentes dentro da esfera natural de suas ações, no meio onde se movem e porfiam, obedientes às forças misteriosas e ocultas que trabalham em seu organismo, através das endócrinas e da herança, ou às energias sociais, de vez que o homem é por igual uma resultante de

³ José Gabriel Lemos Brito (1886-1963): O eminente jurista baiano foi um dos precursores dos estudos do Direito e Literatura no país. Ainda em 1946, Lemos Brito publicou o livro *O crime e os criminosos na literatura brasileira*, em que transparece o nítido viés lombrosiano vigente à época e o intenso interesse pelas investigações científicas na área da criminologia. Acompanhado das pesquisas desenvolvidas por Aloysio Carvalho Filho, outro proeminente jurista baiano, as investigações de Lemos Brito destacam-se pelo ineditismo na aproximação do Direito com a Literatura e pela sua precoce percepção das contribuições que a relação entre essas áreas poderia permitir aos estudos jurídicos - (Memorial da Rede Brasileira de Literatura e Direito. Disponível em: <http://www.rdl.org.br/pt/memorial>. Acesso em 17 mar. 2021).

⁴ Aloysio de Carvalho Filho (1901-1970) foi um importante jurista e político baiano. Ocupou a cadeira de número 7 na Academia de Letras da Bahia. Trata-se do verdadeiro precursor do Direito e Literatura no Brasil, havendo iniciado suas investigações machadianas no campo jurídico ainda na década de 30 do século 20, com a publicação dos artigos Machado de Assis e o problema penal e Crime e criminosos na obra de Machado de Assis, originalmente em 1939, quando da comemoração do centenário de nascimento de Machado de Assis. Publicou dois livros sobre o tema no final dos anos 50: *O processo penal e Capitu* (1958) e *Machado de Assis e o problema penal* (1959) - (Memorial da Rede Brasileira de Literatura e Direito. Disponível em: <http://www.rdl.org.br/pt/memorial>. Acesso em 17 mar. 2021).

fatores sociais, instrução, educação, miséria, luxo, paixões mundanas, vícios, abandono material e moral da infância, e tantos outros que o enquadram na vida (p. 7-8).

O autor acreditava que a literatura poderia contribuir para a análise do crime e do ato criminoso, pois por meio dela era possível compreender aspectos essenciais do homem e sua ligação com o meio. Entretanto, ao utilizar a literatura como fonte de estudo defendia a necessária cautela quanto aos elementos fantasiosos e imaginativos do texto literário.

Carvalho Filho conquistou maior visibilidade no pioneirismo dos estudos interdisciplinares das ciências jurídicas e literárias entre os anos de 1939 e 1959. Foi um jurista e político baiano, cujo foco era a análise pela perspectiva penal de obras da literatura brasileira. Seus dois principais trabalhos foram os textos *O processo penal e Capitu* (1958) e *Machado de Assis e o problema penal* (1959). Abaixo é possível observar um fragmento deste último trabalho mencionado:

Inútil, por certo, seria esperarmos da literatura de ficção conhecimentos ou afirmações em objeto cuja genuína elucidação pertence à ciência. Mas não se contenta a literatura de aproveitar o que a ciência lhe ensina ou sugere, e não raro desvenda, não raro confirma, não raro antecipa, com a vantagem de se tornar compreensível da grande massa dos leigos, posto que mais corrente e translúcida a sua linguagem (p. 66).

É interessante observar que o pensamento de Carvalho Filho, acerca da importância da interlocução dos textos literários no estudo da condição humana sob a ótica da sistematização judicial e, principalmente criminal, gerou um grande desconforto na comunidade jurídica e até mesmo dentro dos círculos literários daquela época. Assim, embora adotasse uma concepção elitista do conhecimento, tornou-se um reconhecido estudioso do assunto e serviu de inspiração a muitos outros pesquisadores, autores e juristas que se propuseram a defender a relação entre estas duas áreas.

Exposto o levantamento histórico sobre as origens da interlocução da Literatura com o Direito, no Brasil e no mundo, vale mencionar que se trata apenas dos principais precursores do movimento, de forma que não se deve limitar apenas a estes estudiosos, porém é fundamental conhecê-los dada a importância da representação nos estudos da área.

Dentro da pesquisa acadêmica, no intuito de divulgar e aprimorar os estudos interdisciplinares entre Literatura e Direito, especificamente em como o texto literário contribui na ciência jurídica, o professor Gentil de Faria, do Departamento de Letras da Unesp/Ibilce de São José do Rio Preto desenvolveu uma linha de pesquisa muito importante nessa área, na qual

ministrava cursos, palestras e orientou diversas dissertações e teses que proporcionaram o conhecimento das grandes obras da literatura e sua relação com os mais variados temas jurídicos.

Desse projeto nasceu a obra *Direito e literatura: confluências e afinidades* (2015), que reuniu textos de diversos colaboradores sobre textos literários fundamentais e sua aproximação com o Direito. O propósito do estudo é compreender criticamente aspectos e paradigmas jurídicos a partir de uma perspectiva externa ao Direito. As reflexões obtidas contribuíram significativamente para promoção da pesquisa acadêmica, propondo horizontes possíveis para (re)pensar o Direito a partir da Literatura.

1.2 - A importância do estudo interdisciplinar entre as ciências literárias e jurídicas

Com o propósito de demonstrar a riqueza de perspectivas e abordagens da relação entre Literatura e Direito, é de extrema relevância que seja possível compreender as contribuições em ambas as áreas, sem que haja sobreposição do Direito em relação à Literatura. Nesse sentido, é necessário que a análise crítica de uma obra literária sob o enfoque de aspectos jurídicos seja feita de forma cautelosa, de modo a evitar uma crítica estritamente jurídica da obra, tendo em vista que isto não seria aceitável do ponto de vista da crítica literária nem possível no tocante à ciência jurídica, já que a literatura não tem a intenção de descrever perfeitamente o Direito.

O objetivo de desenvolver pesquisas sobre o tema é demonstrar a possibilidade de diálogo entre as duas disciplinas e, assim, apresentar métodos alternativos de contribuição de uma para com a outra, pois não existe conhecimento superior ou inferior, apenas abordagens, focos e ramos distintos. Apesar de diversos, os conhecimentos se completam e agregam valores, proporcionando à sociedade crescimento intelectual e humano. Assim dispõe Trindade (2018):

A literatura pode ser considerada assim uma alternativa que permite a reconstrução dos lugares do sentido. No direito, isto assume a maior relevância, tendo em vista os limites (im)postos pela dogmática jurídica – aqui entendida como o conjunto de estereótipos, pré-conceitos, crenças, ficções, representações que (de)formam a interpretação e aplicação do direito. A Literatura pode, assim, devolver ao direito uma dimensão cultural que foi esquecida ao longo do tempo, e restituir ao jurista o papel de ator da transformação social, ao invés de simples técnicos e burocratas, ou pior, de meros “operadores” do direito (Entrevista semiestruturada, 05 de mar. de 2018).

A intersecção entre esses dois sistemas se concretiza ao serem construídas sobre o mesmo pilar: a linguagem e a interpretação. Assim o estudo conjunto dessas ciências contribui

para a ampliação de horizontes e o estabelecimento de novas reflexões acerca dos aspectos sociais e das relações humanas. As questões apontadas pela Literatura são ricas para se verificar o nexo dos comportamentos sociais frente à manifestação do ordenamento jurídico, desse modo a arte exerce o resgate de uma determinada época, de um determinado sentimento e de uma determinada impressão que diligencia a oportunidade de compreensão de uma nova leitura de mundo.

Dito isso, cita-se Antonio Candido em seu texto *O direito à literatura* (2004), no qual defende que “a literatura pode ser um instrumento consciente de desmascaramento, pelo fato de focalizar as situações de restrição dos direitos, ou denegação deles, como a miséria, a servidão, a mutilação espiritual” (p.186).

Assim a Literatura exerce uma função privilegiada para compreender o Direito, suas instituições, seus acertos e suas falhas perante a sociedade, pois possibilita desenvolver um matiz denunciador que levanta o debate sobre a justiça, sobre o poder e as desigualdades. Por meio dessa expressão artística livre e democrática, a Literatura se torna o lugar em que tudo se pode dizer e discutir, como bem define Jacques Derrida (1995):

A literatura é uma invenção moderna, inscreve-se em convenções e instituições que, retendo apenas esse traço, asseguram-lhe em princípio ‘o direito de dizer tudo’. A literatura liga, assim, seu destino a uma determinada não censura, ao espaço da liberdade democrática (liberdade de imprensa, de opinião etc.). Não há democracia sem literatura, nem há literatura sem democracia (p. 47).

Mesmo diante deste espaço democrático, cuja liberdade de expressão é predominante, a Literatura não pode ser confundida como um lugar de impunidade e licença absoluta, pois até a narrativa mais fantástica traz aspectos de representação da realidade ao mesmo tempo que a narrativa mais realista não reproduz puramente a sociedade. Dessa forma, o que se busca aqui não é limitar ou subjugar o texto literário, mas, a partir dele, oportunizar debates sobre sua importância como local de novas interpretações, percepções e sentidos que permitam fugir do lugar comum.

Posto isso, debruça-se na Literatura latino-americana, objeto deste estudo, para que se observe como as obras de ficção do século 20 foram utilizadas como um importante instrumento de denúncia, luta e reflexão das mais variadas injustiças sociais sofridas pelo povo em todo o continente. Muitos desses problemas sociais foram causados por governos autoritários que exerciam um enfraquecimento das liberdades individuais e empregavam métodos ditatoriais de controle político e social. Neste contexto percebe-se a semelhança entre a Literatura e o Direito

como sistemas de controle do poder estatal e a possibilidade de assegurar a democracia e as garantias fundamentais, conforme verifica-se nas palavras de Trindade (2018):

Se o direito aparece, historicamente, como um mecanismo de controle do poder exercido pelo Estado, a Literatura – uma vez que se trata de uma expressão artística, muitas vezes de caráter subversivo, libertário e de vanguarda – também pode constituir uma importante forma de denúncia e de resistência contra violações aos direitos humanos ou aos ideais democráticos (Entrevista semiestruturada, 05 de mar. de 2018).

Com isso, as produções literárias do final do século 20, principalmente aquelas publicadas entre as décadas de 1950 e 1980, foram fundamentais para dar voz ao povo e revelar seus sofrimentos e desejos, frente às repressões do governo. Os escritores narravam a realidade por meio de uma escrita repleta de símbolos, de metáforas e estratégias, porém apresentavam-se com uma linguagem clara e objetiva, fato que a tornava um registro do período e um meio da história não ser esquecida. Assim a Literatura abre um espaço de reflexão e possibilita ao leitor o seu próprio reconhecimento na obra, o reconhecimento de seu povo e de sua realidade. A arte se posiciona diante da desigualdade social e das disparidades das relações de poder, viabilizando à ciência jurídica considerações sobre aspectos desconhecidos ou pouco explorados da condição humana e a capacidade de análise crítica do mundo.

Este método de análise busca por alternativas que superem as limitações das metodologias tradicionais das ciências humanas, que pensavam as disciplinas como fontes de conhecimento independentes e estranhas umas as outras. Ressalta-se que as problemáticas sociais se tornam cada vez mais complexas, fazendo com que sejam necessárias articulações entre as disciplinas científicas para se pensar além do ordinário, sem abandonar os procedimentos singulares de cada uma, mas unindo habilidades e competências que possam construir um trabalho interdisciplinar efetivo e eficaz na solução dos problemas.

Compreendendo a importância dos estudos interdisciplinares entre Literatura e Direito e como a ficção pode ser uma grande aliada na interpretação da matéria jurídica, verifica-se a possibilidade de um novo despertar crítico, ao permitir uma tentativa de examinar as relações humanas por meio de um panorama privilegiado capaz de sentir o outro. É o que propõe Trindade e Gubert (2008):

Isso porque a literatura constitui uma espécie de repositório privilegiado através do qual se inferem informações e subsídios capazes de contribuir diretamente na compreensão das relações humanas que compõem o meio social, isto é, o caldo de cultura no qual, ao fim e ao cabo, opera o direito (p. 50).

Nesse sentido, a Literatura conquista a empatia do leitor e apresenta reflexões e posicionamentos de problemáticas do mundo prático, por intermédio de seus personagens e de seus enredos, de forma a contribuir para o aprofundamento de diferentes questões humanas, não com o propósito de solucionar os conflitos, mas de estimular ideias capazes de desenvolver mecanismos de aplicação na sociedade.

A relação da Literatura com os princípios e fundamentos de estudo do Direito – relações de poder, de mentalidades, estudos da democracia, conceito de justiça, garantias de direitos e cumprimento de obrigações – expressa, com maior ou menor grau, valores e percepções de mundo, que são determinadas pelo tempo e espaço em que foram produzidas. Assim é preciso salientar que a ascensão desse estudo interdisciplinar está vinculada à necessidade de superação de paradigmas prescritos pelo positivismo jurídico, isto é, da inserção de fatos sobre as normas. Com o advento de uma era que preza por postulados de justiça com aspirações universais, o ordenamento jurídico deixa de adequar o fato à norma e parte em busca de interpretações alternativas que, por conseguinte, aproxima-o das concepções literárias.

A interdisciplinaridade possível entre a Literatura e outras áreas do conhecimento cria uma estrutura de argumentos viáveis, que evidenciam sua capacidade de tratar pontos fundamentais de valores preconizados ou repelidos pela sociedade. Na concepção de Moisés (1985) entende-se que:

[...] o romance é uma visão macroscópica do Universo, em que o escritor procura abarcar o máximo possível com sua intuição. Por isso, convergem para ele os resultados das outras formas de conhecimento. A História, a Psicologia, a Filosofia, a Política, a Economia etc. colaboram permanentemente e de vários modos para essa recriação do mundo. O contrário ocorre, quer dizer, o romance pode servir ao historiador, psicólogo, filósofo etc. para erguer algumas de suas específicas interpretações (p. 98).

Essa articulação de ideias e saberes abarca os fenômenos jurídicos e sua efetividade, de modo que se torna possível a superação da limitada interpretação racional e tecnicista, para, assim, adotar uma posição interpretativa mais sensível do contexto social, o que provoca uma releitura da justiça e da injustiça e de diversos paradigmas éticos.

Observa-se, dessa maneira, que é dado à Literatura o poder de reconstrução dos lugares de sentido, na medida em que possibilita a experimentação, por meio da arte, de novos horizontes, que são distintos ao Direito, haja vista este possuir uma ligação direta com estereótipos, conceitos e determinações estabelecidas previamente. Seguindo essa lógica, Trindade e Gubert (2008) entendem que:

Quando se considera o caráter disruptor e crítico da obra literária, há de se levar em conta que ela – ao contrário da obra jurídica – é uma obra de arte, na medida em que se caracteriza pela maravilha do enigma e por sua inquietante estranheza, que são capazes de suspender as evidências, afastar aquilo que é dado, dissolver as certezas e romper com as convenções (p. 13).

A Literatura enquanto obra de arte provoca uma renovação nos significados das coisas, capaz de transformar a forma com que enxergamos o mundo. A re(construção) de sentidos assume uma importância latente no campo da ciência jurídica, que incita o sentimento de empatia e limita o distanciamento do operador do Direito com as reais relações vividas pelo homem.

Nesse mesmo sentido, Braga (2010) entende a importância do papel da literatura no desenvolvimento do processo de construção e transformação da linguagem, como se pode observar:

A literatura atua como um elemento de transgressão ao poder da língua no tocante à construção e reconstrução da linguagem, mas também opera como uma forma de subversão às esferas do poder institucionalizado. No primeiro caso por romper as regras linguísticas e atingir a subjetividade do leitor gerando a produção de novos sentidos. No segundo por figurar como um espaço de denúncia contra a injustiça social (p.1).

Em suma, a aproximação dos campos jurídico e literário, viabiliza a capacidade de assimilar o potencial criador, crítico e inovador de um novo modelo hermenêutico que se utiliza das múltiplas perspectivas dos aspectos humanos, sociais e culturais dispostos no texto literário para conceber novo método de avaliação e contextualização das problemáticas da sociedade.

Diante de tudo o que foi apresentado é possível perceber que Literatura e Direito sempre estiveram distantes, como se tratassem de assuntos completamente distintos. De fato, por muito tempo acreditou-se nesta separação das ciências, principalmente porque o Direito adotou o positivismo, a racionalidade e a normatividade textual, ou seja, um discurso codificado por um sistema fechado, que excluía as representações culturais e sociais.

Entretanto, conclui-se que o estudo interdisciplinar destas áreas apresenta-se como um mecanismo fundamental na superação de antigos conceitos, teorias e modelos enrijecidos pelo tempo e que não acompanham a evolução do contexto sociocultural. A adoção de uma nova hermenêutica que dialogue com diferentes esferas do conhecimento humano busca extirpar as heranças positivistas e, assim, estabelecer formas interpretativas aperfeiçoadas que estimulem soluções para as problemáticas que emergem da sociedade.

2. GABRIEL GARCÍA MÁRQUEZ E AS FACES DA CRÍTICA

Para compreender o legado de Gabriel García Márquez e o impacto causado por *Cem anos de solidão* (1967), sintetiza-se neste segundo capítulo alguns dos aspectos mais relevantes da trajetória do escritor, tal como o processo de criação da obra, suas influências, inspirações e o contexto histórico vigente no período.

Desse modo, serão apresentadas publicações coletadas de importantes jornais brasileiros da época do lançamento do romance, contendo as expectativas e considerações de críticos literários em relação à saga da família Buendía. Em seguida, serão introduzidas no trabalho posições sobre a literatura de García Márquez de diferentes críticos e pesquisadores, principalmente no que tange à importância da obra em análise para a América Latina e sua representação na cultura e na história dos povos latino-americanos.

Tal perspectiva abre espaço para analisar a manifestação do Realismo Mágico, Realismo Maravilhoso ou Real Maravilhoso presente na obra. O estudo parte da definição do termo adequado, analisando sua origem até sua inserção no contexto latino-americano, posteriormente busca-se ponderar a manifestação do insólito na literatura garciamarquiana, seus desdobramentos e particularidades para, por fim, analisar a obra objeto desta pesquisa. Diante disso, o presente trabalho foi desenvolvido dentro de uma linha de pesquisa que tem um olhar baseado na amplitude literária da narrativa, a partir das reflexões trazidas por críticos de diversas nacionalidades a fim de ressaltar uma variedade de opiniões em relação à recepção da obra no mundo.

2.1 - *Cem anos de solidão*: Fortuna crítica

Em 1965, ao voltar de um fim de semana com a família da cidade de Acapulco, no México, Gabriel García Márquez teve uma epifania sobre uma história grandiosa e audaciosa. Tomado por forte engajamento decidiu se dedicar a escrever uma nova obra, que perduraria por longos e difíceis 18 meses.

Uma outra versão deste episódio é dada por Gerard Martin (2008), autor da biografia do escritor, na qual cita que este nem chegou a Acapulco e do caminho mesmo retornou ao México e iniciou a longa jornada que culminaria em sua obra mais conhecida. Assim:

Foi na estrada, pilotando um Opel branco, que brotou a primeira sentença de todo o romance. Naquele dia, ainda não havia dirigido por um longo percurso quando, de

lugar nenhum, a primeira sentença de um romance lhe flutuou na mente. Por trás dela, invisível, mas palpável, estava o romance inteiro, como se tivesse sido ditado – baixado – do além. Era tão poderoso e irresistível quanto um feitiço, um encantamento mágico. A fórmula secreta da sentença estava no ponto de vista e, acima de tudo, no tom: — Muitos anos depois, diante do pelotão de fuzilamento [...]. Como se estivesse em transe, García Márquez parou, deu meia-volta no Opel e voltou para a Cidade do México (p. 366).

Fato é que não se sabe ao certo o momento exato em que o colombiano decidiu tornar concreta a história centenária da família Buendía, uma vez que o próprio autor nunca deixou claro as razões que o levaram a escrever tão grandiosa obra, o que permitiu que a criatividade dos leitores concebesse muitas versões para explicar e engrandecer esse fenômeno.

Nesta época, vivia no México há seis anos, com a mulher, Mercedes Bacha García, e seus dois filhos. Empenhava-se como escritor e jornalista, mas até então não havia conquistado sucesso duradouro em seus empreendimentos, era na verdade um quase desconhecido, pois como jornalista, embora admirado por sua escrita crítica e aberta, era desaprovado por seu engajamento político de esquerda; como escritor contava com quatro livros, mas apenas um deles com publicação na Colômbia, sem muita notoriedade.

Alternava em colaborações para revistas e jornais, produzindo reportagens e crônicas, o que lhe permitiu juntar algum dinheiro. Foi por meio dessa relação entre jornalismo e literatura que compreendeu sua importância na escrita e que ambas poderiam tratar de temas em comum, especialmente aqueles do cotidiano de seus leitores. Assim dispõe Strathern (2009):

García Márquez possuía um estilo franco e desregrado de escrita, razão que levou suas publicações a serem editadas muitas vezes por seus editores. Um estilo podia ser completo e ao mesmo tempo claro: a clareza residia em ser compreensível. Também aprendeu que jornalismo e literatura não tinham, necessariamente, que tratar de temas diferentes. Uma fusão entre literatura e os acontecimentos acidentais da vida cotidiana começava a germinar em sua mente (p. 44-45).

Decidiu então dedicar-se integralmente à literatura, abdicando de todo serviço como jornalista e entregou à Mercedes toda a sua economia de cinco mil dólares para as despesas da casa e o sustento da família, com a finalidade de escrever aquela que mais tarde seria considerada a obra-prima de sua vida e que o levaria a alcançar o reconhecimento internacional.

Ao concluir a narrativa, não lhe restava nenhuma provisão financeira, tanto que não possuía os recursos necessários para enviar os manuscritos ao editor, razão que o levou a

mandar somente metade do romance e posteriormente o restante. A obra foi publicada pela primeira vez em 1967. Gabriel García Márquez se encontrava com 40 anos de idade.

O lançamento do livro ocorreu dentro do denominado “boom” da narrativa latino-americana, fenômeno literário e editorial que perdurou entre as décadas de 1960 a 1970, quando o trabalho de vários autores hispano-americanos obteve repercussão na Europa e no mundo. A década de sessenta foi um marco na história da América Latina, em que ocorreu a ascensão das revoluções socialista e comunista, em especial a Revolução Cubana, que contribuiu efetivamente para o reconhecimento da rica literatura latino-americana. O continente figurou no centro das notícias mundiais, de modo que as editoras (sobretudo europeias) passaram a identificar a qualidade literária das obras e propagar a cultura e a história dos povos latinos.

A respeito importa trazer as palavras de García Márquez (1989) sobre este importante acontecimento na literatura e a influência dos eventos ocorridos em Cuba:

A grande importância cultural de Cuba na América Latina foi servir como uma espécie de ponte para transmitir um tipo de literatura que existia na América Latina há muitos anos. Em certo sentido, o boom da literatura latino-americana nos Estados Unidos foi causado pela Revolução Cubana. Todos os escritores latino-americanos dessa geração já vinham escrevendo há vinte anos, mas as editoras europeias e norte-americanas tinham muito pouco interesse neles. Quando a Revolução Cubana começou, houve, subitamente, um grande interesse por Cuba e pela América Latina. [...] Descobriram que existiam romances latino-americanos suficientemente bons para serem traduzidos e equiparados ao resto da literatura mundial (p. 338).

A Revolução Cubana implementou uma revolução social, inclusive no campo cultural, de forma a proporcionar uma grande luta contra o imperialismo, fortalecendo o nacionalismo e denunciando os diversos atrasos sociais e econômicos enfrentados pela população. A adesão de intelectuais ao movimento permitia a difusão maciça dos ideais revolucionários e a da história do povo latino-americano. Dessa forma, observa Adriane Vidal Costa (2008):

Muitos intelectuais latino-americanos, nos anos sessenta, acreditavam que o socialismo era a única possibilidade de suprimir as diversas formas de dependência que vinculavam a América Latina aos países centrais do Norte capitalista, principalmente aos Estados Unidos. Nesse caso, Cuba revolucionária, ao resistir a todas as pressões dos Estados Unidos, passou a representar idealmente toda a América Latina e adquiria um prestígio enorme e duradouro perante as esquerdas. A influência dos acontecimentos cubanos ultrapassou em muito as fronteiras internas da Ilha e representou uma instância identificadora de máxima autoridade para um amplo e diverso segmento da esquerda: socialistas, comunistas ortodoxos, marxistas

independentes, teólogos revolucionários, nacionalistas e anti-imperialistas de vários matizes (p. 43).

O maior legado do fenômeno literário ocorrido nos anos sessenta foi proporcionar aos escritores latinos, daquela época e das posteriores, visibilidade internacional, ao superar as fronteiras da América e serem recepcionados por diferentes grupos de leitores em todo mundo. Dessa forma, foi possível a literatura de origem hispano-americana, com suas características e peculiaridades ganhar espaço, saindo das sombras dos grandes escritores europeus e norte-americanos.

É importante mencionar que o *boom* foi um fenômeno que proporcionou uma série de mudanças no cenário literário, mas não tratou de um movimento isolado que se concretizou inesperada e surpreendentemente e, sim, resultado de um árduo e significativo processo de busca por reconhecimento e consolidação de características próprias pela literatura latino-americana. Nas palavras de Idelbar Avelar (2003):

O boom [...] pode ser definido como o momento em que a literatura latino-americana, ao se incorporar- ao cânone ocidental, formula uma compensação imaginária por uma identidade perdida, identidade que, é óbvio, só se constrói retrospectivamente, isto é, só tem existência enquanto identidade perdida (p. 47).

Assim a literatura empreendeu um trabalho de valorização de características regionalistas, por meio de um resgate de suas origens, a fim de fomentar a identidade nacional e cultural ao mesmo tempo que a exposição internacional permitia que as obras fossem inseridas no mercado.

Foi neste contexto histórico que nasceu *Cem anos de solidão*, considerado por muitos críticos como a grande revelação da revolução literária latino-americana. A primeira edição foi publicada pela editora Sudamericana, de Buenos Aires, com aproximadamente dez mil exemplares que se esgotaram nos primeiros 15 dias de divulgação. Nas palavras de Vargas Llosa (2006):

A aparição de *Cien años de soledad* [...] constitui-se em um acontecimento literário até então nunca visto: com sua presença luciferina esse romance tem o mérito pouco comum de ser, simultaneamente, tradicional e moderno, americano e universal, volatiliza as lúgubres afirmações segundo as quais o romance é um gênero esgotado e em processo de extinção. Além de escrever um livro admirável, García Márquez [...] conseguiu restaurar uma filiação narrativa interrompida há séculos, ressuscitando a noção ampla, generosa e magnífica do realismo literário que remonta ao gênero romancista da Idade Média. Graças a *Cien años de soledad* se consolida mais

firmemente o prestígio alcançado pelo romance latino-americano nos últimos anos (p.173).

A repercussão do romance atingiu proporções inimagináveis, não apenas no que tange à qualidade literária, mas, principalmente, como produto comercial. Foi uma das primeiras obras, criadas por um escritor sul-americano, a conquistar espaço mundialmente e alcançar enorme sucesso popular, no século 20, de modo a deixar o isolamento em que a literatura latino-americana se encontrava por anos.

A recepção foi tão positiva que até mesmo nos Estados Unidos, considerado intolerante a obras estrangeiras, foi incluído na lista dos mais vendidos. O mesmo país que poucos anos antes ordenou uma discreta investigação e constante vigilância, por parte do FBI, em relação a Gabriel García Márquez, tendo em vista sua proximidade com o político e revolucionário cubano, Fidel Castro⁵.

O Suplemento Literário (1956 a 1985) do jornal *O Estado de S. Paulo*, idealizado por Antonio Candido e editado por Décio de Almeida Prado, foi considerado uma fonte de extrema importância para o pensamento crítico sobre os mais variados temas ligados à arte e à cultura de seu tempo. Na publicação, *Edição de latino-americanos nos EUA* há a seguinte consideração sobre o romance: “Harper & Row acredita que “*Cem Anos de solidão*”, do escritor colombiano Gabriel García Márquez, será um “Best-seller” entre suas próximas publicações [EUA], pois o romance já causou grande entusiasmo na América Latina e na Europa”⁶.

Nesta mesma reportagem, Cass Canfield Júnior, editor do livro de García Márquez na Harper & Row, declara: “Estamos certos de que García Márquez causará a mesma sensação que alguns escritores franceses e alemães do pós-guerra provocaram nos círculos literários norte-americanos”. A reportagem termina com a seguinte observação:

“*Cem anos de solidão*” é uma espirituosa ficção a respeito de uma lendária comunidade rural colombiana, cuja história é relatada no estilo das “*Mil e uma noites*” por seu fundador, um certo coronel Aureliano Buendía. O livro está sendo vertido para o inglês por Gregory Rabasa, professor de línguas neolatinas do Queens College.

⁵ A informação de que o FBI (Polícia Federal Norte-Americana) investigou Gabriel García Márquez durante anos foi divulgada em 2015 por documentos liberados por uma petição do diário *The Washington Post*. A motivação que deu início à investigação é incerta, mas esta perdurou por mais de duas décadas, desde que o colombiano chegou a Nova Iorque para trabalhar na agência de notícias cubana Prensa Latina.

⁶ Harper & Row foi uma editora americana resultado da fusão entre Harper & Brothers (fundada em 1817) e a Row, Peterson & Company. Atualmente compõe a principal marca da editora global HarperCollins, sediada em Nova York.

No Brasil, os jornais e periódicos da década de 1960, não deixaram passar despercebido o grande fenômeno do autor colombiano e muitas críticas e expectativas da comunidade literária foram publicadas naquele período. Em pesquisa ao acervo do jornal *Correio da Manhã* (RJ - 1960 a 1969), na coluna POP, por Ricardo Góis, página 8, de 7 de agosto de 1968, há uma reportagem sobre o romance:

Cem anos de solidão é pura fábula. Além disso é um livro fascinante pelos próprios elementos, vamos dizer, “indígenas” que são incorporados a essa fábula. Um pouco de superstição, um sentimento muito hispânico de fatalidade, um gosto idem pela morte e pelas desgraças, tudo no meio de cem anos de milagres e peripécias no seio de uma família que personifica Macondo; e a Colômbia, e o gênero humano. Márquez deve ser observado. É um escritor tocando às raíais do genial, com voz própria e segurança.

Em 25 de setembro de 1969, na página 3, do caderno b, o *Jornal do Brasil* trouxe:

O maior lançamento da temporada é o anunciado romance do colombiano Gabriel García Márquez, aclamado em todo mundo como um dos maiores romancistas do século: *Cem anos de solidão*, apresentado agora ao público brasileiro pela Editora Sabiá, na tradução crítica de Eliane Zagury, que teve inclusive contato pessoal com o autor, a fim de dissipar dúvidas quanto a certas expressões usadas no original. A edição, de muito bom gosto, tem capa e 20 desenhos de Caribé. Traduzido já em seis línguas, *Cem anos de solidão*, que já vendeu mais de 200 mil exemplares em língua espanhola, despertou o interesse de dois cineastas que gostariam de ver na tela os personagens e os cenários de García Márquez: Fellini e Glauber Rocha.

O *Jornal* (RJ – 1960 a 1974) publicou uma nota sobre a obra, na coluna Jornal Literário, por Valdemar Cavalcanti, intitulada *Saga de violência em aura de lirismo*, em 30 de setembro de 1969, no 2º caderno, ressaltando o poder de escrita do autor colombiano que envolve fatos e episódios do contexto social latino-americano ao mesmo tempo que introduz uma atmosfera ficcional repleta de drama, lirismo e violência:

Foi bom que o pessoal da editora Sabiá voltasse as vistas para o romance de Gabriel García Márquez, *Cem anos de solidão*, que tanto sucesso vem alcançando mundo afora. Esse colombiano de apenas 42 anos está na crista da onda, como um autêntico cartaz internacional pelo belo painel social e humano que traçou com um espantoso poder de fixar os fatos, narrar os episódios e caracterizar os personagens. Uma saga de amor e violência que ele traçou utilizando todos os seus recursos de dramatização e inserindo no contexto trágico elementos líricos de extraordinária consistência. Tendo vivido grande parte de sua vida fora da Colômbia, leva para a sua ficção, no

entanto, um vivo sentimento da terra: sabe como usar a cor local, bem conhece a atmosfera típica, observa a rigor a ação do homem.

A crítica brasileira sobre o livro de García Márquez nem sempre foi positiva, em uma publicação no jornal Suplemento Literário, Paulo Hecker Filho, escreveu uma nota intitulada *Mais um Dom Quixote*, em 6 de dezembro de 1969, página 3, em que define o romance como vazio e sem estilo próprio, que debruça no espírito libertário e no erotismo para conquistar os leitores. Vejam:

Eis no fim quatrocentas páginas de fluente e não inspirada lenga-lenga, mas que pouco tem a ver com o gênero romance. Dessa perspectiva literária, o resultado é, a rigor, nulo. Márquez invoca o precedente de “As mil e uma noites”, o livro que, diz, o influenciou. “Cem Anos de solidão” ao lado delas, no lugar, necessidade e estilo históricos que preenchem, se torna ainda mais factício e vazio, sem lugar, necessidade ou estilo próprios. Há apenas um certo parentesco no encanto libertário, cujas fontes principais são o erotismo e a truculência. E é sem dúvida tal encanto, por pouco literário que seja, a causa de esse falso livro ter achado tantos leitores.

Entretanto, a recepção positiva da obra foi consideravelmente maior, agradando, inclusive, a personalidades importantes da literatura brasileira, como Carlos Drummond de Andrade, ao escrever no *Jornal do Brasil*, em 11 de outubro de 1969, com o título “*Queria uma porção de coisas*”:

Queria mandar uma carta ao colombiano Gabriel García Márquez para agradecer as pazes que fiz com o gênero romance através de seu livro Cem anos de solidão, que Eliane Zagury traduziu lindamente para o português e a Sabiá editou; os romances andavam tão desprovidos de carne, sangue e sonho, que não dava gosto folheá-los; o correto era jogá-los fora sem abrir, mas este não se deixa atirar pela janela, é um animal vivo, esperto, trágico e fascinante, e tão latino-americano na medula; que é como se a gente visse a América de nossos irmãos de fala espanhola misturar-se com a gente sofrida da mais funda Minas Gerais ou do Nordeste. Queria sobretudo furtar um daqueles peixinhos de ouro que o coronel Aureliano Buendía, saturado de guerras e mais guerras viradas pelo avesso, fabricava em sua oficina doméstica, para derretê-los, depois de fabricá-los de novo e depois derretê-los e depois [...].

Um ponto importante e bastante elogiado pelos críticos da época se refere à excelente tradução elaborada por Eliane Zagury. A tradutora teve um árduo trabalho entre estudos e pesquisas para traduzir o romance do espanhol para o português, em alguns aspectos teve que recorrer ao próprio escritor colombiano para sanar dificuldades e peculiaridades da estilística e

linguística utilizadas no livro. De acordo com uma entrevista concedida ao Jornal do Brasil a Remi Gorga Filho, em 18 de outubro de 1969, Zagury se considerava feliz e extremamente satisfeita com a realização do trabalho, por se tratar de uma das obras capitais do século.

Ainda sobre as traduções da obra no Brasil, é importante mencionar que apenas dois profissionais trabalharam em sua tradução para o português, a já referida Eliane Zagury e o tradutor Eric Nepomuceno, que se tornou amigo do escritor. A primeira contribuiu para as edições lançadas pelas editoras Sabiá e José Olympio e o segundo para o Grupo Editorial Record. Alguns contos de García Márquez já haviam sido publicados no Brasil, antes do lançamento de *Cem anos de solidão*, em português, porém passaram despercebidos pelos leitores. Somente com a publicação do romance e seu reconhecimento mundial, outras obras do autor tiveram a chance de serem notadas e devidamente apreciadas como mereciam.

Retornando ao conteúdo da obra hispano-americana, percebe-se que sua inspiração se deu em situações cotidianas e em histórias da infância do autor, mitos e lendas, contados no seio da tradição familiar, além de reunir elementos histórico-culturais marcantes do século 20. O romance do colombiano possibilita uma multiplicidade de interpretações e a cada nova leitura surge uma nova compreensão e uma nova perspectiva de mundo. Diante disso, criou-se uma extensa bibliografia crítica, que se contrapõe em determinados aspectos, alguns defendem que a obra se refere, principalmente, à grande metáfora da condição humana, isso significa que tais leitores priorizam os membros da família Buendía, a solidão que os cerca e, essencialmente, a impotência que acomete os personagens diante das forças da natureza, de modo que ao incorporar mitos e lendas permite a popularização do discurso.

Outros entendem que os elementos mais relevantes descritos por García Márquez representam o contexto histórico e social do continente latino-americano. Nesse ponto, o que torna o romance tão importante é a denúncia dos conflitos sociais e políticos enfrentados na América Latina pelo povo subjugado e maltratado por aqueles que detinham o poder. Como bem observou Bruna Tavares Camargos, em trabalho apresentado à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2017):

A articulação entre o arcaico e o popular, entre os mitos, lendas, símbolos e histórias universais, possibilitaram que a crítica transformasse Macondo na metáfora da América Latina. Em *Cien años de soledad*, o tradicional realismo do romance da terra aparece contaminado pela fábula e pelo mito, impregnado de humor e fantasia, como uma das formas de questionamento, impugnação e repulsa da realidade (p. 80).

No mesmo sentido, Karla Pereira Cunha (2007) defende que o romance busca estabelecer a conexão com a identidade latino-americana e proporcionar discussões sobre questões problemáticas que envolvem a população colombiana:

Cien Años de Soledad tornou-se clássico porque, de forma inovadora, pensa a questão da identidade na Colômbia: pensa suas semelhanças com a região do Caribe e, por extensão, esta identidade pode ser comparada com outros países da América. A narrativa de García Márquez busca pensar a relação América/Europa, o choque entre duas civilizações distintas, a inserção da América no mundo moderno e o caráter mestiço que está presente desde a formação do continente, sendo fator importante ao pensar sobre a identidade local. Também busca relacionar o conceito de solidão presente na obra com a questão da identidade, além de abordar os delicados problemas vividos pela Colômbia, com suas disputas pelo poder político e com a cultura elitista e excludente de Bogotá (p. 64).

Por fim, Vargas Llosa (2006) complementa que a obra de García Márquez aborda aspectos fundamentais da realidade, que juntos com elementos do realismo mágico configuram de forma direta uma reflexão da condição da América Latina:

A grandeza maior de seu livro [Cem anos de solidão] reside, justamente, no fato de que tudo nele – as ações e os cenários, mas também os símbolos, as visões, as feitiçarias, os presságios e os mitos – está profundamente ancorado na realidade da América Latina, dela se nutre e, transfigurando-a, acaba refletindo-a de maneira certa e implacável (p. 157).

O crítico cubano Roberto González Echevarría (2011) argumenta que a literatura de *Cem anos de solidão* criou um método estilístico próprio, em que a identidade dos estados latinos seria representada em um aspecto dual, de forma que o mito e a história se desenvolvessem lado a lado. A interpretação da obra apresentada por Echevarría defende que a combinação da história e da cultura latina com uma narrativa mítica manifesta o desejo de se criar um mito latino-americano baseado na luta contra o imperialismo e contra os fatores reais de poder que subjugam seu povo. Esse discurso mítico moderno visto nas narrativas latinas e estudado pelo cubano foi denominado de *Arquivo*, que consiste em uma invenção para representar e validar uma verdade inicial.

O Arquivo é um mito moderno baseado em uma forma antiga, uma forma de começo. O mito moderno revela a relação entre o conhecimento e o poder como contêm todas as ficções anteriores sobre a América Latina, o arcabouço ideológico que sustenta a legitimidade do poder desde as crônicas até os romances atuais. Este é o motivo pelo

qual uma espécie de arquivo, que normalmente contém um manuscrito inconcluso e um arquivista-escritor, aparece com tanta frequência nos romances modernos (p. 51).⁷

A estética desenvolvida por Gabo ao criar Macondo e o universo que a compõe cativou a crítica literária, pois sua constituição mística e seus personagens singulares aguçam o imaginário do leitor. O povoado não se refere à reprodução exata de Aracataca, cidade natal de García Márquez, como muitos quiseram impor, nem tampouco qualquer cidade específica da Colômbia ou da América Latina, porém não se pode negar que todos esses povoados e cidades foram fonte de inspiração para sua composição.

O escritor reuniu em Macondo elementos que captaram todas as características fundamentais de sua pátria, mas também colocou em sua essência o desejo de uma terra próspera, utópica, representando um lugar de justiça social. Muitas pesquisas e análises sobre a questão foram elaboradas ao longo dos anos e diversos críticos concluíram essa verossimilhança entre a ficção e a vida real, como Enrique Anderson Imbert (1995): “Macondo [...] é a Colômbia e também toda a nossa América”⁸ (p. 353).

A literatura latino-americana do século 20 percorreu um difícil caminho até poder conquistar autonomia e reconhecimento. Diante disso, muitos romancistas daquela época, principalmente García Márquez, em *Cem anos de solidão*, utilizaram técnicas narrativas complexas, que envolviam questões ideológicas e regionalismos dentro de uma perspectiva que transitava entre o real e o fantástico.

Aqui exemplifica-se essa mistura de regionalismo, realidade, fantasia e ficção fortemente presentes em sua obra. Em seu livro de memórias, García Márquez (2003) revelou a origem do nome Macondo, povoado que é cenário da ficção e em diversos aspectos pode ser considerado até mesmo personagem da trama:

O trem fez uma parada numa estação sem povoado, e pouco depois passou à frente da única fazenda bananeira do caminho que tinha o nome escrito no portal: Macondo. Esta palavra tinha chamado a minha atenção desde as primeiras viagens com meu avô, mas só depois de adulto descobri que gostava da sua ressonância poética. Nunca a ouvi de ninguém, nem sequer me perguntei o seu significado. Já a tinha usado em três livros como nome de um povoado imaginário, quando soube numa enciclopédia

⁷ El Archivo es un mito moderno basado en una forma antigua, una forma de comienzo. El mito moderno revela la relación entre el conocimiento y el poder como la contienen todas las ficciones anteriores acerca de América Latina, el andamiaje ideológico que sustenta la legitimidad del poder desde las crónicas hasta las novelas actuales. Éste es el motivo por el que una especie de archivo, que normalmente contiene un manuscrito inconcluso y un archivista-escritor, aparece con tanta frecuencia en las novelas modernas (Echevarría, 2011, p. 51).

⁸ “Macondo [...] es Colombia y también toda nuestra América” (Imbert, 1995 p. 353).

qualquer que é uma árvore do trópico parecida à paineira, que não produz flores nem frutos, e cuja madeira esponjosa serve para fazer canoas e esculpir utensílios de cozinha. Mais tarde descobri na Enciclopédia Britânica que em Tanganica existe a etnia errante dos makondos e pensei que aquela poderia ser a origem da palavra. Mas nunca investiguei isso nem conheci a árvore, pois muitas vezes perguntei por ela na zona bananeira e ninguém soube me dizer nada. Talvez não tenha existido jamais (p. 23).

Em seguida em um trecho retirado de *Cem anos de solidão* (2018), é possível perceber o simbolismo e a representatividade do termo na narrativa, bem como o impacto causado no desenvolvimento da história:

Naquela noite José Arcádio Buendía sonhou que bem ali erguia-se uma cidade ruidosa com casas de paredes de espelho. Perguntou que cidade era aquela, e lhe responderam com um nome que nunca havia ouvido, que não tinha significado algum, mas que teve no sonho uma ressonância sobrenatural: Macondo (p. 31).

Assim Macondo trata do inconsciente, do cenário, do lugar, da fantasia e do sobrenatural, que reflete o real e recupera sentidos. A cidade seria um reflexo das condições de vida do povo caribenho e de toda América Latina, que ao adotar uma postura de cunho realista busca desenvolver essa perspectiva por meio dessa mistura fantástica.

Da mesma forma, entende Ángel Rama (2001) sobre os escritores daquele período ao dispor sobre a combinação entre o mágico, a ficção e a fantasia com a realidade:

[...] liberdade combinatória [...] que se situa em uma livre estruturação de materiais, havendo superado a dicotomia “fantástico-realista” para construir um texto autônomo que se maneja autarquicamente, a serviço da comunicação de uma determinada mensagem e fazendo uso das distorções, invenções, fragmentos realistas, hipérboles, elementos alheios, que são úteis a uma composição que pretende ser equivalente ao universo em sua estrutura e não na cópia de um lugar qualquer mediante um espelho ou uma distorção subjetiva (p. 155).

Posto isso, o modelo literário de García Márquez resulta da articulação entre o racional e o folclórico e entre o real e a ficção. O romance em específico explorou componentes pontuais da cultura local, principalmente a diversidade de etnias, costumes e tradições oriundas de diferentes partes do mundo na formação de seu núcleo, assim como, de fato, ocorreu nos países componentes da América Latina. A narrativa promoveu o resgate da memória popular e o reconhecimento identitário por seu povo, além de despertar o interesse do público internacional, que o acolheu de forma positiva e afetiva. O estilo próprio e a forma particular de representação

das riquezas e adversidades em sua escrita provaram em todo mundo que os latino-americanos possuíam capacidade e qualidade literária tanto quanto os europeus e norte-americanos.

2.2 - O realismo mágico, o real maravilhoso e o realismo maravilhoso

Inicialmente se tornou de extrema importância estabelecer a definição, origem e classificação de Realismo Mágico, Real Maravilhoso e Realismo Maravilhoso no contexto latino-americano, pois, embora o intuito seja trabalhar com a noção de Realismo Mágico em *Cem anos de solidão* (1967), com o desenvolvimento da pesquisa, observou-se entre a crítica literária uma variante em relação à nomenclatura adotada em torno das obras de García Márquez e de outros escritores hispano-americanos.

Diante disso, foram selecionados textos pontuais sobre o tema dentro da literatura latino-americana que possibilitassem o estudo das concepções adotadas e como estas são analisadas e compreendidas de acordo com a abordagem crítica contemporânea. É importante ressaltar que fixar conceitos, distinguir processos e estabelecer peculiaridades dentro de determinado contexto literário é sempre um encargo de difícil execução, ainda que essencial para o desenvolvimento da pesquisa e fortalecimento das discussões, pois conforme dispõe Antonio Candido (1989, p. 163), a literatura, em diferentes manifestações de produção, pressupõe-se de uma “liberdade extraordinária que transcende as nossas servidões”.

Entretanto apesar da enorme liberdade presente na expressão artística da literatura, há que se levar em consideração que persiste uma forte ligação entre a complexidade humana, seu espaço e seu tempo e os elementos que compõe a produção literária. Este processo dialógico se fundamenta nas particularidades do cenário em que é criada e executada, de forma que recebe influências de referências históricas, culturais, políticas e diversas outras que, de fato, permitem a noção específica dentro daquele determinado meio. É a partir destas idiosincrasias que as correntes literárias se modificam e não se tornam meras reproduções de modelos consolidados.

Observa-se que os termos Realismo Mágico, Realismo Maravilhoso e Real Maravilhoso começam a se manifestar na década de 1940, na América Latina. A aplicação destes conceitos na realidade latino-americana passa a valorizar as características regionais e culturais deste ambiente, o que o diferencia fundamentalmente daquela percepção existente e consagrada na Europa.

Antes de se estudar a fundo o surgimento e estabilização da literatura do insólito na América Latina, é interessante mapear a origem desta corrente literária no contexto europeu.

Assim, parte-se do texto de Alexis Márquez Rodrigues (1982) que afirma que o termo Realismo Mágico nasceu a partir de um erro na interpretação da obra *Nach Expressionismus (Magischen Realismus)*, do alemão Franz Roh, publicada em 1925. Conforme estudos posteriores, verificou-se que o subtítulo adotado pelo autor possibilitou um sentido não intencional e reforçou a concepção do mágico dentro do realismo (p. 38).

Na mesma época, o italiano Massimo Bontempelli também utilizou a expressão Realismo Mágico em sua revista *900*, para se referir às vanguardas europeias. De acordo com Irlemar Chiami (1980), “a nova estética refutava a realidade pela realidade e a fantasia pela fantasia, ou seja, propugnava buscar outras dimensões da realidade, mas sem escapar do visível e concreto” (p.22).

A obra de Roh foi traduzida para o espanhol na década de 1920 e, assim, migrou para o continente sul-americano. O primeiro a incorporar o termo à crítica literária hispano-americana foi Arturo Uslar Pietri, em *Letras y Hombres de Venezuela*, no ano de 1948. Para o autor, o conceito de Realismo Mágico ao ser aplicado fora do contexto europeu deve levar em consideração uma nova percepção da realidade, baseada em elementos sociais distintos daqueles que estruturam os conceitos na Europa. Dessa forma, é possível afirmar que o termo foi adotado como uma literatura que se volta para a própria realidade, em que não se recusa o concreto, mas o incorpora ao mundo da imaginação e do mágico: “Não era um jogo da imaginação, mas um realismo que refletia fielmente uma realidade até então invisível, contraditória e rica em peculiaridades e deformações, que a tornavam inusitada e surpreendente para as categorias da literatura tradicional” (Pietri, 1948, p. 275).

De acordo com Esteves e Figueiredo (2010), este mesmo termo foi objeto de estudo de muito escritores e críticos literários latino-americanos, dos quais vale ressaltar Ángel Flores, que buscou estabelecer o conceito de “mágico” como a naturalização do irreal, baseado no modelo kafkaniano. O autor considerava que a teoria do Realismo Mágico teve origem com *Historia universal de la infamia*, de Jorge Luis Borges, em 1935. Outro que merece destaque neste processo foi Luís Leal, que a partir da teoria de Flores passou a defender a “sobrenaturalização do real”, cujo princípio não tem a intenção de criar mundos imaginários, mas sim valorizar a magia presente na própria vida e no modo de ser dos homens (Esteves e Figueiredo, p. 397).

Na tentativa de dar prosseguimento aos estudos do insólito na realidade latino-americana, fundamentando-se nas peculiaridades de sua escrita literária e de sua realidade social, política e cultural, Alejo Carpentier (1985), cunhou o termo Real Maravilhoso, em 1949, no prefácio do seu livro *O reino deste mundo*, em que narra uma visita ao Haiti:

A cada passo encontrava o real maravilhoso. Mas pensava, além disso, que essa presença e vigência do real maravilhoso não era privilégio exclusivo do Haiti, mas sim patrimônio da América inteira, onde ainda não se chegou a estabelecer, por exemplo, um inventário de cosmogonias. [...] a América está longe de ter esgotado seu caudal de mitologias. Mas que é a história da América inteira senão uma crônica do real maravilhoso? (p. 141-142).

Carpentier defende que o “maravilhoso” encontra-se presente entre os fatos e acontecimentos do cotidiano, dessa forma caracteriza-se como algo estranho a nossa realidade, mas que não gera muitas surpresas. A América Latina é composta por diferentes culturas, etnias e crenças, de modo que se tornou um terreno fértil para a difusão do maravilhoso, razão que basta o observador acreditar e verá uma realidade insólita em seu estado bruto. Sendo assim, dispõem Esteves e Figueiredo (2010):

A base desse raciocínio é a suposta existência de uma realidade maravilhosa na América Latina, resultado da conjunção de uma natureza exuberante e uma cultura mestiça, em cuja história ocorrem fatos que podem parecer insólitos aos olhos do estrangeiro (p. 399).

A definição empregada por Carpentier aponta um sistema fundamentado em três pilares, que interagem e se complementam de maneira a construir uma noção específica de maravilhoso latino-americano, sendo elas a Natureza, o Homem e a História, conforme sugere Rodriguez (1982b, p. 46). Diante desse diálogo, é possível verificar o insólito ligado ao belo e, dessa forma, representar o positivo, como também é possível haver ligação com o sombrio e expressar o lado negativo.

Em uma simples exemplificação deste fenômeno se entende a História a partir de um dualismo em que é perceptível a valorização dos princípios de um povo e por outro lado o esquecimento e aniquilamento de sua cultura. A Natureza pode ser exuberante e bela para um determinado grupo de pessoas, mas pode ser a razão de catástrofes para outros. Por fim, no que tange ao Homem, percebe-se que este poderá ser visto e compreendido como uma figura heroica, enaltecendo sua condição de salvador, ao mesmo tempo que é considerado cruel e propagador do mal. Essa teoria será importante ao se estudar o corpus literário, objeto deste estudo, uma vez que é concebível a análise dessa vertente com a literatura garciamarquiana.

Irlemar Chiampi, em sua obra *O realismo maravilhoso: forma e ideologia no romance hispano-americano* (1980), defende a ideia de que o termo mais apropriado à literatura latino-americana é Realismo Maravilhoso, corroborando os estudos de Carpentier:

Maravilhoso é termo já consagrado pela Poética e pelos estudos críticos-literários em geral, e se presta à relação estrutural com outros tipos de discurso (o fantástico, o realista). Mágico, ao contrário, é termo tomado de outra série cultural e acoplá-lo a realismo implicaria ora uma teorização de ordem fenomenológica (a “atitude do narrador”), ora de ordem conteudística (a magia como tema) (p. 43).

Com o propósito de tentar abrandar o conflito existente entre as nomenclaturas e com certa propensão em fixar e disseminar o termo realismo mágico, William Spindler, no artigo *Magic realism: a typology*, de 1993, sugeriu três categorias para o Realismo Mágico:

I – Realismo Mágico Metafísico: nesta categoria os eventos geram estranhamento ao leitor, frente ao absurdo das circunstâncias retratadas. O natural é sobrenaturalizado, ou melhor dizendo, o sobrenatural não se manifesta explicitamente, existindo somente uma perspectiva que induz à irrealidade. Está ligada diretamente às primeiras ocorrências do termo Realismo Mágico e conseqüentemente à pintura. Dentro do contexto literário latino-americano, o autor que mais se aproxima dessa abordagem é Jorge Luis Borges, presente nas obras *Tema do traidor e do herói* (1944), *A seita do Fênix* (1944) e *O sul* (1944).

II – Realismo Mágico Antropológico: este tipo corresponde ao conceito defendido por Alejo Carpentier. O termo "mágico", nesse caso, é tomado no sentido antropológico, ao remeter à cultura de um povo ou grupo social. O narrador normalmente adota duas abordagens distintas, mas que se relacionam, isto é, às vezes relata acontecimentos de um ponto de vista racional (componente realista), outras vezes do ponto de vista do enfoque da magia, do encanto, do misticismo (elemento mágico). A intertextualidade entre o contexto histórico e social com mitos e crenças étnicos-culturais é um fator marcante nesta tipologia. Os representantes literários são Gabriel García Márquez, com *Cem anos de solidão* (1967) e Alejo Carpentier, com *O reino deste mundo* (1948).

III – Realismo Mágico Ontológico: obras que apresentam o sobrenatural da forma mais natural e realista possível, desvinculado da mitologia e da crença. De acordo com Esteves e Figueiredo (2010): “O sobrenatural apresenta-se de forma realista como se não contradissesse a razão e não se oferecem explicações para os acontecimentos irrealis da obra” (p. 412). Spindler cita como exemplo *Carta a uma senhorita em Paris* (1951), de Julio Cortázar.

Diante de todos os aspectos levantados neste estudo, percebe-se que tanto no Realismo Mágico como no Real Maravilhoso ou Realismo Maravilhoso, a ideia dos críticos e escritores convergiam para um mesmo caminho, ou seja, a certeza de que era necessário construir um conceito de acordo com a complexidade e singularidade da cultura e realidade latina, para tanto não era preciso cortar toda e qualquer relação com a tradição europeia, apenas respeitar os

fatores que diferenciam seus sistemas culturais e sociais. Assim se torna impossível classificar dentro de um mesmo padrão e de um mesmo termo a rica literatura que compôs o boom literário latino-americano e os que vieram posteriormente, pois embora reúnam autores de diferentes estilos, todos cumulam características que ressaltam a espiritualidade, a diversidade, a religiosidade e a mestiçagem desta terra.

O que nos leva a concluir que o conceito de Realismo Mágico não corresponde a um sentido idêntico ao de Real Maravilhoso ou Realismo Maravilhoso, visto que após todo este estudo compreende-se que a expressão Realismo Mágico originária da Europa serviu de base para a crítica ao se analisar esse movimento literário latino-americano, que desenvolveu características e especificidades próprias que redefinem formas e ressignifica elementos.

O Real Maravilhoso, portanto volta-se para as riquezas, diversidades e até mesmo mazelas e miserabilidades da América Latina, estreitando laços com a história, com a memória e a tradição popular.

No que tange a García Márquez, é preciso salientar que este foi um dos precursores do Realismo Mágico na literatura latino-americana, com sua escrita singular que mistura o real com o maravilhoso, o autor adota um estilo original de prosa comunicativa, cuja estética é marcada pela tônica do exagero, inaceitável na concepção comum da realidade, mas que inserida na narrativa demonstra a magnitude de transformação e enriquecimento por meio dos elementos maravilhosos frente aos desafios sociais, econômicos, pessoais e aos conflitos de poder que são enfrentados pelas personagens em suas histórias e refletem a condição humana de seu povo, sua cultura e sua diversidade.

As obras do colombiano permitem a análise da construção e consolidação do Realismo Mágico na América Latina, isto porque abarcam questões essenciais deste movimento no continente, como a valorização da natureza, da cultura popular, da história, da diversidade étnica e de situações cotidianas que contemplavam tanto as conquistas e glórias, como as mazelas e dores do povo latino.

Tanto em sua trajetória na literatura como no jornalismo e na política, García Márquez sempre se mostrou preocupado com a memória cultural de seu país e de seu continente. Diante disso, buscou no ato de escrever perpetuar a tradição oral, as crenças e os sentimentos de seu povo, valendo-se, assim, da condição mestiça, folclórica e mítica que compõe a Colômbia e os demais países. Essa preocupação do escritor e de outros escritores contemporâneos os fez movimentarem-se para criar uma literatura própria, sem as interferências das expressões europeias, o que possibilitou um registro das impressões, críticas e desejos de um povo, o fortalecimento da memória coletiva e o enfraquecimento do esquecimento.

O universo “maravilhoso” criado por García Márquez destaca o insólito, o sobrenatural e o hiperbólico juntamente à realidade latina. A impressão deixada pelo autor é a de naturalizar o extraordinário e a de mostrar uma diversidade de significados para aqueles fenômenos. Desse modo, a crítica entende que a literatura garciamarquiana se aproxima do conceito defendido por Alejo Carpentier de Realismo Maravilhoso, ou, da classificação criada por Spindler, de Realismo Mágico Antropológico.

Observa-se nas obras do colombiano sua relação com o Realismo Mágico Antropológico ao apontar a presença de um narrador que alterna seus pontos de vista, entre o racional e o mágico. O termo mágico aqui é tomado com a acepção antropológica, ou seja, refere-se a narrativas que envolvem duas concepções distintas, a realista e a mágica, que se completam ao se firmar em um contexto mítico e histórico-cultural.

Embora exista divergência entre a crítica literária, muitos entendem como semelhantes a categoria de Realismo Mágico de Spindler com o conceito defendido por Carpentier, conforme já mencionado. Entende-se com isto, que ambas as posições possuem suas particularidades e suas compatibilidades, principalmente ao que alude à literatura de García Márquez. Nesse sentido, veja o que Chiampi (1980) dispõe sobre o Real Maravilhoso: a união de elementos díspares, procedentes de culturas heterogêneas, [que] configura uma nova realidade histórica, que subverte os padrões convencionais da racionalidade ocidental (p. 32). Dessa forma, compreende-se que a temática maravilhosa se resolve narrativamente por meio do diálogo permanente entre o Mito e a História.

Posto isto, constata-se que García Márquez foi um escritor que deteve a presença de aspectos da linguagem e de recursos literários que expressaram uma fórmula muito singular. A forma como a realidade se funde com a ficção e engloba elementos mágicos com situações cotidianas permite ao leitor aceitar o insólito como parte do possível e não do extraordinário. Não há que se falar em problematização do elemento mágico, pois sua narrativa concentra no mesmo nível a essência de natural e sobrenatural, o que pode ser confirmado na posição de Chiampi (1980) sobre Realismo Maravilhoso:

Desaloja qualquer efeito emotivo de calafrio, medo ou terror sobre o evento insólito. No seu lugar, coloca o estranhamento como efeito discursivo pertinente à interpretação não antitética dos componentes diegéticos. O insólito, em ótica racional, deixa de ser o “outro lado”, o desconhecido, para incorporar-se ao real: a maravilha é (está) (n)a realidade (p. 59).

Portanto ao se estudar a literatura garciamarquiana verifica-se que esta se distancia da europeia, não só pelo mágico e extraordinário estrutural, mas principalmente pela função que exerce ao tratar da ficcionalização da história. A temática fantástica se funde com a representação da condição humana da América Latina, por meio de aspectos e elementos insólitos inseridos em situações corriqueiras, o que torna sua escrita única. Dessa maneira, configura a ruptura com os modelos tradicionais e o desejo de transcender as barreiras continentais, a fim de mostrar ao mundo o potencial literário e artístico latino-americano, o que se pode concluir ao analisar sua obra *Cem anos de solidão*, principal representante desse movimento.

Assim neste tópico propõe-se analisar a manifestação do maravilhoso e do mágico em *Cem anos de solidão* (1967). A obra é tida como referência da literatura latino-americana e, principalmente, considerada um marco na representação do Realismo Mágico ou Realismo Maravilhoso. García Márquez nos oferece de forma poética e surpreendente uma história que trata de política, guerras, problemas sociais e desigualdades em um ambiente fortemente cultural e mítico, que resgata a identidade latina e fortalece a memória coletiva.

O autor imprime a ideia do insólito e do estranho desde as primeiras páginas de seu romance. A idealização de Macondo, a fundação, sua ascensão e fim são marcados por elementos extraordinários, que enriquecem a confluência do universo real com o imaginário. Os personagens convivem com o sobrenatural de forma positiva, ou seja, os diversos componentes mágicos e incomuns que acontecem no decorrer da narrativa não causam estranhamento no cotidiano dos protagonistas, de forma que há uma naturalização do excepcional.

A obra institui uma nova realidade, em que cria um microcosmo espacial com dimensões culturais e misteriosas de proporções colossais. A força narrativa de García Márquez acentua ainda mais a temática mítica da saga e a cultura popular compõe o desenvolvimento de todos os personagens e até mesmo do povoado de Macondo. É neste contexto maravilhoso que o escritor discorre sobre a condição humana da América Latina. Assim, pode-se observar o que Bruna Tavares Camargos (2017):

Macondo é o mito latino-americano onde o escritor mostra como a realidade e a fantasia podem se unir para criar um mundo típico com personagens folclóricos, ou indivíduos descomunais, fantásticos com características extraordinárias (a Mama Grande, o coronel Aureliano Buendía, Melquíades, “La Elefanta”), ou personagens com problemas humanos ordinários, que García Márquez enriqueceu com qualidades e defeitos fora do comum (p. 78).

Dentro desse novo mundo é possível verificar a pluralidade de elementos e efeitos que integram a obra, de modo que ao leitor é permitido realizar diversas interpretações. Assim diante dessa riqueza de detalhes passa-se a análise de Mario Vargas Llosa (2007, p. 57), que catalogou as manifestações insólitas no romance em três grandes categorias, o plano do mágico, o plano do milagroso ou plano do fantástico e o plano do mítico-legendário. No primeiro encontra-se todos os personagens que de alguma forma dominam a magia e seus segredos, já no segundo verifica-se a presença da fé religiosa, por meio de situações que se explicam por intermédio do divino, por fim, a terceira categoria trata-se do mítico-legendário, que aborda mitos, lendas, folclores, crenças populares advindas da cultura regional da América Latina.

O plano mágico refere-se à demonstração de magia, seus segredos e seus poderes. Aqui se pode elencar a importante figura de Melquíades, um cigano e grande mágico que trazia inúmeras maravilhas para Macondo. O personagem afirma em diferentes ocasiões seu poder e seu conhecimento esotérico e incomum aos olhos do povo, e que graças a estes poderes foi possível seu regresso do mundo dos mortos e toda previsão do destino da família Buendía e do próprio povoado. Outro exemplo desta categoria é a personagem Petra Cotes, concubina de Aureliano Segundo que com seu amor tinha a virtude de exasperar a natureza (p. 207), bastava que a mulher caminhasse entre os animais para que todos fossem agraciados com a multiplicação. Também deve se ressaltar os poderes de premonição e adivinhação de Aureliano Buendía; os poderes de ler o passado e o futuro nas cartas, por Pilar Terneira e de Maurício Babilônia que passou a vida toda rodeado por uma nuvem de borboletas amarelas. A

segunda categoria descrita por Vargas Llosa refere-se ao plano do milagroso ou plano do fantástico que evidencia personagens e eventos ligados à fé e à religiosidade. Neste plano pressupõe-se a existência de um Deus e de uma dimensão além da vida carnal, vinculados diretamente ao mundo cristão e à crença popular. Esta talvez seja a categoria de maior expressão na obra, com diversos exemplos, dos quais destaca-se alguns significativos: Francisco, o Homem, era um ancião de aproximadamente 200 anos, que recebeu este nome por ter ganhado um desafio de improvisação de canto contra o próprio diabo (p. 60). A espantosa levitação de padre Nicanor ao tomar uma xícara de chocolate (p. 94). Fernanda Del Carpio, quando menina viu uma formosa mulher vestida de branco no jardim rumo ao oratório, era sua bisavó que morrera por causa de um golpe de ar que sofreu ao cortar um ramo de nardos (p. 224). Em uma Quarta-Feira de Cinzas, Amaranta fez com que os 17 Aurelianos vestissem roupas de domingo e os levou ao comungatório, em que o padre Antônio Isabel pôs uma cruz de cinza na testa de cada um. Naquele mesmo dia quando o mais jovem tentou lavar a testa descobriu-se que a mancha era indelével, da mesma forma como as dos irmãos (p. 236). Fernanda, Amaranta e

Remédios, a Bela, estavam dobrando lençóis no jardim quando sentiram um vento e um tremor misterioso, no mesmo instante Remédios começou a se elevar e assim ascendeu aos céus, como um anjo. Muitos rezaram novenas e acenderam velas pelo milagre da virgem (p. 257). Uma chuva que durou quatro anos, onze meses e dois dias, assemelha-se aos escritos do Antigo Testamento (p. 339). Além de diversos personagens que tiveram uma experiência pós- morte, como Prudêncio Aguilar, Melquíades e José Arcádio Buendía.

Assim se verifica no decorrer da obra incontáveis fatos e personagens que dão significado ao plano milagroso, aproximando-os da doutrina cristã ou de outras crenças mais ou menos ortodoxas, mas que convergem para a manifestação do divino, do esotérico e do sagrado.

No que tange à categoria do mítico-legendário, destaca-se como exemplo a figura do Judeu Errante. No romance de García Márquez, o padre do vilarejo relaciona fenômenos estranhos como a morte de animais domésticos e selvagens à presença de Satanás. No fragmento abaixo é possível observar essa representação:

No domingo da ressurreição, o centenário padre Antônio Isabel afirmou no púlpito que a morte dos pássaros obedecia à má influência do Judeu Errante, que ele mesmo tinha visto na noite anterior. Descrevia um híbrido de bode cruzado com fêmea herege, uma besta infernal cujo bafo calcinava o ar e cuja visita determinaria a concepção de monstregos pelos recém-casados (p. 369-370).

O mito do Judeu Errante surgiu na tradição oral cristã, cuja história versava sobre um sapateiro de nome Ashver, que afastou Jesus Cristo de sua porta com ofensas e golpes, durante a *via crucis* e por esta razão fora amaldiçoado a caminhar pelo mundo, sem rumo e sem descanso até o retorno do Messias. Apesar de sua origem longínqua, o mito recebe formas e objetos culturais de acordo com a comunidade em que se propaga. Na versão latino-americana, o Judeu Errante possui formas animais e valores simbólicos próprios da cultura local, porém carrega a mesma imagem do homem em busca de uma salvação divina que por onde passa deixa um rastro de desgraças.

Por meio da análise de Vargas Llosa, entende-se a complexidade da obra de García Márquez, cuja narrativa consegue desenvolver um mundo próprio e autossuficiente, que abarca distintas dimensões e as promove de forma ampla. Nesse sentido, a genialidade do autor é ter encontrado uma maneira de unir em um mesmo ambiente fantástico uma diversidade de núcleos e abordagens que se cruzam e se complementam em uma configuração única e ordenada, capaz de enriquecer a leitura e proporcionar novas perspectivas ao leitor.

Seguindo a linha até então apresentada, é possível estabelecer uma clara relação entre o estilo de García Márquez e o pensamento de Alejo Carpentier, uma vez que predominam em suas obras, principalmente no romance em foco, elementos que tratam de expressões artísticas híbridas, que misturam conceitos da mitologia, de lendas, religiosidade, crença, magia e mistério, a fim de consolidar a autenticidade cultural e literária da América Latina.

Tal como dispõe Carpentier sobre os meios que definem o Realismo Maravilhoso, o autor colombiano apresenta em seu romance episódios que não seriam facilmente explicados, mas que são vistos com naturalidade tanto pelos personagens que o compõem como pelos leitores que o leem. Para ilustrar a normalidade do insólito em sua ficção, cita-se a peste da insônia que assolou o vilarejo: “No começo ninguém se assustou. Ao contrário, se alegraram por não dormir, porque havia tanta coisa a ser feita em Macondo que tempo mal dava” (p. 54).

Desse modo, ele concebe um meio que permite compreender que a realidade apresentada na obra se trata de uma realidade possível e plausível, diferentemente do que ocorre nas narrativas fantásticas clássicas. A esse respeito, vale ressaltar o que define Chiampi (1980) sobre o fantástico e o maravilhoso frente ao insólito e à realidade possível:

Os objetos, seres ou eventos que no fantástico exigem a projeção lúdica de suas probabilidades externas e inatingíveis de explicação, são no realismo maravilhoso destituídos de mistério, não duvidosos quanto ao universo de sentido a que pertencem. Isto é, possuem probabilidade interna, têm causalidade no próprio âmbito da diégese e não apelam, portanto, à atividade de deciframento do leitor (p. 59).

Da mesma forma, Vargas Llosa (2006) se manifesta ressaltando que os acontecimentos podem ser entendidos como possíveis, frente à necessidade do contexto a ser desenvolvido, ou seja, a literatura como expressão da realidade, consolidada do ponto de vista da verossimilhança: “em Macondo voaram aos pedaços as fronteiras mesquinhas que separam a realidade e a irreidade, o possível e o impossível” (p. 156).

Ainda neste sentido, é importante considerar o que dispõe William Spindler sobre o Realismo Mágico Antropológico e sua correlação com as obras de García Márquez, por meio da qual é possível estabelecer pontos de vista distintos, mas que se complementam, em que o narrador ora apresenta uma perspectiva racional e realista e em seguida exhibe uma visão repleta de misticismo e elementos mágicos. Esta abordagem se confirma no desenrolar da narrativa de *Cem anos de solidão*.

Outro ponto que merece ser observado neste romance é o fato de o autor utilizar o Realismo Mágico para tratar de assuntos polêmicos, que ressaltam a fragilidade da condição

humana, tais como; a morte, a solidão, as fraudes, o incesto, o medo e outros tantos temas que geram visões antagônicas e que por meio da literatura podem ser encarados de forma leve e poética.

No intuito de ressaltar a temática, vale trazer o exemplo do incesto, que acompanha toda a saga da família Buendía e se torna um tema recorrente entre todas as sete gerações. A relação familiar inicia-se com a união entre dois primos, José Arcádio Buendía e Úrsula Iguarán, por se tratar de um casamento incestuoso a personagem teme que os filhos nasçam com rabo de porco. Essa crença gera inúmeros conflitos no decorrer da história, mas não impede que ocorram paixões e até mesmo relações sexuais entre os membros da família. Em um movimento cíclico, os últimos descendentes da estirpe consumam o incesto e desta relação nasce uma criança com rabo de porco, concretizando o temido mito que assombrou todas as mulheres Buendía, é o que se verifica no trecho abaixo retirado da obra:

Depois de cortar-lhe o umbigo, a parteira se pôs a limpar com um pedaço de pano o unguento azul que cobria seu corpo, iluminada por Aureliano com uma lâmpada. Só quando o viraram de barriga para baixo perceberam que tinha algo mais do que o resto dos homens, e se inclinaram para examiná-lo. Era um rabo de porco (p. 441).

Observa-se, então, que a própria circularidade do tempo, dos acontecimentos e da história das personagens caracterizam uma forte semelhança à estrutura dos mitos e no caso em questão fica evidente o mito do eterno retorno.

García Márquez introduziu em sua narrativa conflitos emocionais, sociais, econômicos e próprios da condição humana que foram favorecidos pelo formato mágico e místico do Realismo Maravilhoso. Dessa forma, verifica-se que a proposta do romance não é mascarar a realidade, mas sim mostrar pontos que integram a vida real e expõem as dificuldades, as dores e o abandono sofrido pelos latino-americanos.

Diante de todos os aspectos levantados, é possível compreender que o insólito presente em *Cem anos de solidão* possui características que metaforizam a história da América Latina por meio da inserção de mitos, fatos sobrenaturais, magias e crendices. Por meio desta incrível saga percebe-se a importância do maravilhoso na literatura latino-americana, que modifica padrões e rompe com estruturas eurocêntricas impostas, possibilitando uma nova visão sem qualquer interferência crítica preestabelecida.

Nesse sentido, muito longe de esgotar o tema do maravilhoso na literatura garciamarquiana, percebe-se a solidificação do gênero em suas obras por meio da abordagem de questões fundamentais que marcaram o movimento na América Latina, tais como: a

valorização da natureza, da cultura popular, da história, da diversidade étnica e dos problemas sociais e econômicos do povo latino.

Esgotar as possibilidades de análise do maravilhoso ou mágico nesta obra em estudo é algo impossível diante da riqueza da escrita de García Márquez, entretanto o caminho que se percorre ao longo deste estudo permitiu desenvolver um panorama sobre a manifestação da magia e do sobrenatural em sua literatura, na obra em questão e nas características que compõem esta corrente nas produções literárias latino-americanas.

Diante disso, todas as teorias e concepções analisadas nesta pesquisa convergem para o sentido de que o movimento ao redor do insólito na América Latina buscou pela ruptura com a estrutura narrativa tradicional e apresentou inovações que incluíram novos matizes que permitem uma reflexão da realidade histórica, social e cultural por meio do insólito, ou seja, é possível enxergar o mundo dentro da literatura e das manifestações que definem o real.

3. A LITERATURA E A FORMAÇÃO POLÍTICA E DEMOCRÁTICA DA AMÉRICA LATINA

O presente capítulo tem o objetivo de apresentar, discutir e avaliar como as intervenções políticas e a construção da democracia na América Latina exerceram influência na literatura de Gabriel García Márquez, especialmente no romance *Cem anos de solidão* (1967). Para tanto, faz-se necessário desenvolver uma breve exposição acerca da conexão da Literatura com a Política e o impacto que os movimentos literários e culturais exerceram como meio de articulação e incentivo à defesa do sistema democrático e de pautas sociais na sociedade latino-americana do século 20.

Em seguida, será introduzido o debate sobre a literatura como instrumento político na trajetória literária de Gabriel García Márquez e, por fim, serão analisados o Direito Eleitoral e a formação do Estado Democrático de Direito diretamente na obra em estudo. Diante disso, o trabalho será desenvolvido dentro de uma linha de pesquisa que tem um olhar baseado na amplitude literária da narrativa de García Márquez, a partir da reflexão e influências recíprocas entre a Arte e a formação dos Estados Latino-Americanos.

3.1 - Literatura e política

O texto literário foi pensado, desenvolvido e criado por um autor, que coloca em sua narrativa suas experiências, vontades e crenças, por mais distante e inatingível que pareça. A obra registra o contexto social, histórico e político de determinada época ou mesmo a ambição e o interesse ideológico daquele que a escreve. Sendo assim, interessa-nos analisar como esses fatores externos podem influenciar a literatura e como a literatura pode ser utilizada como meio influenciador da sociedade.

Antonio Candido (2006) defende a sociologia da literatura, ou seja, a relação dialética da sociedade com a arte. Nesse sentido, o que nos interessa analisar, segundo seus ideais, consiste no fato de a ordem social e política exercerem influência na narrativa ficcional. Assim articula: “Vendo os problemas sob esta dupla perspectiva, percebe-se o movimento dialético que engloba a arte e a sociedade num vasto sistema solidário de influências recíprocas” (p. 34).

Ao longo da história da humanidade, o homem em sociedade passou por diversos processos e evoluções que geraram conquistas, mas que, também, significaram a corrupção de valores morais e éticos, o que o direcionou à violência e à desigualdade social e, assim, grupos e sociedades inteiras foram dominados, dizimados e escravizados. Essas divergências sociais e, consequentemente, políticas, tornaram-se alimento para a criação literária e muitos escritores utilizaram essa arte para se expressar politicamente, enquanto outros nem tanto, mas mesmo a escolha em não participar ativamente já representa um ato político. Assim a literatura se revela política mesmo quando não o faz expressamente. Gentil de Faria (2019) dispõe de forma clara a questão do desenvolvimento político na literatura:

A questão política se avoluma na literatura especialmente nos períodos de maior conturbação social. Nesses momentos de grande agitação de ideias se coloca o dilema dos intelectuais e artistas: ser ou não ser engajado politicamente. Vários e importantes escritores defendem a “missão política” do artista, como Sartre, Brecht, Neruda, Vargas Llosa etc. Não menos importantes e nem menos numerosos são os “reacionários”, “de direita”, como T. S. Elliot, Ezra Pound, Octavio Paz, Gabriel García Marquez, Heidegger etc. (p. 277).

A literatura se mostra como o despertar da consciência humana que, dentre muitas formas de manifestação, tem a capacidade de reproduzir a realidade social. A expressão política na literatura se atrela à liberdade espiritual do indivíduo, pois promove um entendimento que se apoia em percepções humanas reais, como sentimentos, emoções e vivências que as doutrinas filosófica e política não são capazes de difundir.

A respeito da relação entre o escritor e aquele que o lê, pondera Antonio Candido (2006):

(...) em primeiro lugar, há necessidade de um agente individual que tome a si a tarefa de criar ou apresentar a obra; em segundo lugar, ele é ou não reconhecido como criador ou intérprete pela sociedade, e o destino da obra está ligada a esta circunstância; em terceiro lugar, ele utiliza a obra, assim marcada pela sociedade, como veículo de suas aspirações mais profundas (p. 35).

Assim existe um diálogo entre arte e sociedade, em que a literatura toma para si o importante papel de registrar e estimular a propagação de informações, ideias e impressões, capazes de ampliar a visão da realidade e desenvolver a noção de pertencimento.

No final do século 19, já se propagava a ideia de que a Arte poderia engajar um forte movimento político, haja vista se tratar de clara compreensão dos fatores da realidade social. Nesse aspecto, a literatura alcançou um patamar importante na matização política, ligado diretamente aos ideais conservadores ou liberais.

O século 20 trouxe uma virada cultural que tornou possível a utilização de novas abordagens políticas na literatura mundial, permitindo a propagação de interesses coletivos nos mais variados setores da vida humana. Este período foi de grande importância para os romancistas latino-americanos, uma vez que o continente estava no centro da ascensão das revoluções socialistas e comunistas. Assim a configuração política deste cenário possibilita a criação de numerosas obras que apresentam diversas críticas, opiniões e visões sobre a temática governamental, social e cultural da época.

O comunismo na América Latina foi fundado sob os efeitos da Revolução Russa. O modelo marxista adotado pelos sul-americanos identificava-se fortemente com o comunismo soviético, cujo modelo de organização política era o leninista. Esse novo movimento encontrava-se sob a base ideológica da Internacional Comunista (Komintern), entre 1919 e 1943.

Os intelectuais da época identificaram-se com a ideologia marxista e passaram a participar ativamente dos debates sobre a revolução e a arte. O movimento francês *Clarté*, encabeçado pelo romancista Henri Barbusse exerceu forte influência na América Latina neste período. Dessa forma, diversos intelectuais assumiram o compromisso de defesa do comunismo em seus países, como Pablo Neruda no Chile; César Vallejo no Peru; Diego Rivera, David Siqueiros e Xavier Guerrero no México; Jorge Amado, Cândido Portinari e Oscar Niemeyer no Brasil.

As intervenções políticas dos intelectuais latino-americanos nos debates artísticos e culturais tinham o objetivo de possibilitar que as Artes se tornassem um meio de articulação e

difusão social na defesa do sistema democrático e incentivo às causas sociais, bem como às denúncias das estruturas burguesas.

O fenômeno literário denominado de *boom hispano-americano*, anteriormente retratado, permitiu que grandes expoentes da literatura utilizassem a escrita como instrumento da revolução. Júlio Cortázar (2001), autor argentino, defendia que a missão do escritor e dos intelectuais latinos era alimentar os ideais revolucionários na América Latina e possibilitar a conscientização da sociedade sobre os problemas políticos e sociais que enfrentavam.

[...] nada me parece mais revolucionário que enriquecer por todos os meios no âmbito do leitor de romances ou de contos a noção de realidade; e é neste ponto que a relação entre o intelectual e a política se torna apaixonante na América Latina, porque precisamente este continente proporciona a prova irrefutável de que o enriquecimento da realidade por meio dos produtos culturais teve e tem uma ação direta, um efeito claramente demonstrável na capacidade revolucionária dos povos (p. 112).

Em um cenário político mais amplo, percebe-se que a eclosão da guerra civil espanhola proporcionou a ascensão ao movimento intelectual comunista. No México, foi criada a Liga de Escritores e Artistas Revolucionários, financiada pelo governo de Lázaro Cárdenas. O escritor Pablo Neruda (1983) escreveu sobre as lutas travadas pelo movimento:

Os comunistas eram a única força organizada que criava um exército para enfrentar os italianos, os alemães, os mouros e a Falange. E eram, ao mesmo tempo, a força moral que mantinha a resistência e a luta antifascista. Simplesmente: tinha-se de escolher. Foi o que fiz naqueles dias e nunca lamentei uma decisão tomada no meio do desespero e a esperança daquela época trágica (p 141-142).

Seguindo essa temática, a Revolução Cubana foi considerada o fator primordial para a consciência mundial das questões enfrentadas pela sociedade na América Latina. A partir disto, os intelectuais conquistaram espaço entre os maiores campos artísticos do mundo e os tempos de solidão, esquecimento e falta de empatia para com o povo latino sofreram uma grande mudança.

Nesse período, dominava a ideia de que tudo era política e a classe artística e culta adotou a concepção de que a revolução cria a possibilidade de discursos e narrativas que exteriorizam a realidade histórica e a identidade do continente sul-americano. Os romancistas, poetas, pintores e artistas dos mais variados segmentos adotaram a prática política como posição moral e fundamental de transformação e conscientização social, tal como entende Cortázar (2001):

Creio que agora está claro que, para muitos intelectuais latino-americanos, o compromisso político é uma questão que faz parte de sua personalidade mental, moral e vital, e que, para eles, escrever livros não significa uma tarefa totalmente diferente da participação nas múltiplas formas de luta no plano político (p. 106).

Os problemas sociais e a luta contra o conservadorismo são características do período que foi marcado pelo intenso interesse político da classe artística e na grande convicção do poder transformador de suas obras perante a sociedade. As revoluções democráticas aparecem retratadas como uma modernização estética capaz de fundir o ideal crítico do autor com a consciência política exigida naquele contexto e a literatura surge como um campo fértil de produções inovadoras marcadas pelo pertencimento nacional, que inserem a concepção latino-americana como um lugar específico, seja por meio de seus problemas, ou por seu ambiente de belezas naturais exuberantes e grande miscigenação.

O colombiano assumiu durante toda sua trajetória profissional, tanto no jornalismo quanto na literatura, a defesa de questões sociais e políticas em prol do povo latino-americano. O autor, em seus diversos discursos e narrativas, deixou claro que acreditava na necessidade da união dos países latinos frente à grande dominação econômica dos países ricos. Na obra aqui analisada, é evidente a metáfora acerca do isolamento, abandono e dominação que sofreram os povos latinos, bem como a construção das relações com agentes externos e com seus próprios atores com os quais a sociedade latino-americana manteve ao longo da história.

O alinhamento político engajado de García Márquez não agradava a todos da comunidade artística nem mesmo de certos níveis da comunidade política, isto porque, além de inúmeras manifestações polêmicas, o escritor também, tornou-se amigo de Fidel Castro e o defendeu muitas vezes no que diz respeito às acusações de censura, servindo, inclusive, como intermediário de assuntos políticos internacionais do governo cubano.

Em 1975, produziu e publicou uma extensa reportagem sobre Cuba, intitulada, *Cuba de cabo a rabo*, pela Revista Alternativa, que divulgava grande apoio e simpatia às causas socialistas. A publicação descreveu Cuba de forma bem particular e nada imparcial, principalmente no que se referia ao governo e ao sistema político adotado por Fidel Castro.

Sua visibilidade como escritor permitiu a difusão de ideias anti-imperialistas e a defesa de causas revolucionárias. Na maioria de suas obras, é presente o debate de questões de dominação econômica e política, apoiando-se no discurso de unidade latino-americana a fim de evitar a exploração e a submissão a interesses externos.

Em pesquisa aos textos do escritor, o uruguaio Ángel Rama buscou aspectos que identificassem os fatos históricos ocorridos na América Latina que pudessem evidenciar

reflexos em sua escrita. Dentre os textos analisados, encontra-se o romance *Cem anos de solidão*, que delinea a representação de uma literatura nacional, que se atenta às temáticas cultural, nacional e principalmente regional. Desse modo dispõe Rama (1986):

Estamos dizendo que nenhum escritor, absolutamente nenhum, inventa uma obra, cria uma construção literária em forma alheia ao meio cultural no qual ele nasce, ao contrário, tudo o que pode fazer é trabalhar um regime de réplica e de enfrentamento com os materiais que vão integrando sua cosmovisão, e que, desde logo, implicam uma opção dentro da pluralidade que se relaciona ao meio no qual se encontra (p.11).⁹

A intensa participação do escritor em assuntos relacionados à política fez com que ele, em março de 1981, deixasse sua terra natal mediante um pedido de exílio ao governo do México, cuja motivação baseava-se em desavenças políticas, que denominou de “perseguição velada das forças militares do governo de Julio Cesar Turbay Ayala”. Na época, o presidente afirmava que o escritor pertencia ao grupo Movimento Revolucionário 19 de Abril, conhecido como M-19, sendo este responsável pelas negociações com Cuba no que tange ao treinamento de guerrilhas e fornecimento de armas.

Já em território mexicano, permaneceu por mais de vinte anos e não abandonou sua militância política, razão em que desenvolveu diversos projetos, entre eles *Crônica de uma morte anunciada* (1981), *O amor nos tempos do cólera* (1985), *O general em seu labirinto* (1989) e *Notícia de um sequestro* (1996). Além de muitas reportagens e crônicas de cunho político.

Em 1982, dividiu com o amigo e jornalista Plinio Apuleyo Mendonza a edição de um livro denominado de *El olor de la guayaba*, que reúne diversos de seus depoimentos em formato de entrevista. Em determinado trecho da conversação publicada, o escritor é indagado sobre sua intenção ao escrever o romance *Cem anos de solidão* e responde de forma sintética: “Dar uma saída literária e integral a todas as experiências que de alguma forma me afetaram durante a infância”¹⁰. Diante o interlocutor insiste na pergunta sobre o propósito da obra e o colombiano acrescenta:

⁹ Estamos diciendo que ningún escritor, absolutamente ninguno, inventa una obra, crea una construcción literaria en forma ajena al medio cultural en el cual él nace, al contrario, todo lo que puede hacer es trabajar un régimen de réplica y de enfrentamiento con los materiales que van integrando su cosmovisión, y que, desde luego, implican una opción dentro de la pluralidad que le allega el medio en el cual se encuentra (1986, p.11). Texto original.

¹⁰ “Darle una salida literaria, integral, a todas las experiencias que de algun modo me hubieran afectado durante la infancia”. (1982, p. 50). Texto original.

- Sem prestar atenção ao que dizem os críticos, o romance é muito mais do que uma recuperação poética de suas memórias de infância. Você nunca disse que a história dos Buendia poderia ser uma versão da história da América Latina? - Sim, eu creio. A história da América Latina também é uma soma de esforços e dramas excessivos e inúteis, condenados antecipadamente ao esquecimento. A praga do esquecimento também existe entre nós. Com o passar do tempo, ninguém reconhece ao certo o massacre dos trabalhadores da Bananeira, nem se lembra do coronel Aureliano Buendía (p.50).¹¹

Dessa forma, García Márquez incorpora em *Cem anos de solidão* sua formação como escritor, que se baseia em suas lembranças e experiências de vida ao mesmo tempo que retrata sua vivência como cidadão na América Latina na tentativa de denunciar, por meio da escrita, os diversos problemas sociais, econômicos e políticos sofridos pelo povo latino-americano. O romance permite analisar, por meio da ficção, o sistema político, enquanto instituição social, ao manifestar uma série de deficiências que se relacionam de forma complexa com a organização do Estado Democrático de Direito.

3.2 - O Direito Eleitoral e a formação do Estado Democrático de Direito

É importante analisar os aspectos do Direito Eleitoral e da formação do Estado Democrático de Direito adotados na América Latina, bem como a forma com que o sistema eleitoral, administrativo e judiciário foram organizados para coordenar esse processo de atuação política e utilizado como embasamento na literatura de García Márquez.

O Direito Eleitoral enquadra-se dentro da ciência jurídica como a disciplina que estuda a metodologia e regulação da estrutura eletiva, mecanismo essencial à concretização do Estado Democrático de Direito, ao admitir que a vontade majoritária dos cidadãos seja respeitada.

A história da América Latina é marcada por uma intensa instabilidade política, uma vez que proveniente de uma colonização violenta, segregacionista e exploratória, que demandou e, em alguns casos, ainda demanda a superação de ideias elitistas motivadas por disputas de poder de grandes oligarquias e sustentadas por corporações militares. O colonialismo implantado no território latino-americano foi cravado de tal forma que, mesmo com a independência e a

¹¹ “ - Sin prestarle atención a lo que dicen los críticos, la novela es mucho más que una recuperación poética de tus recuerdos de infancia. ¿No dijiste alguna vez que la historia de los Buendía podía ser una versión de la historia de América Latina? -Sí, lo creo. La historia de América Latina es también una suma de esfuerzos desmesurados e inútiles y de dramas condenados de antemano al olvido; La peste del olvido existe también entre nosotros. Pasado el tiempo, nadie reconoce por cierta la masacre de los trabajadores de la compañía bananera, ni se acuerda del coronel Aureliano Buendía” (1982, p. 50). Texto original.

constituição dos Estados nacionais, a consciência de subordinação e periferia não se dissipou, o que implicou no subdesenvolvimento de suas instituições democráticas e na deslegitimação interna e externa. Esta ordem estabelecida resultou tanto em uma dependência cultural, social e econômica como na hegemonia eurocêntrica de concepção de democracia e conhecimento. Essas características contribuíram para que o processo de democratização se tornasse lento e dificultoso.

Diante disso, a literatura de García Márquez permite que o povo latino-americano se reconheça na narrativa desta questão, pois traz aos olhos do leitor uma perspectiva artística sobre o sistema político fraudulento, repleto de insegurança jurídica e desrespeito às liberdades civis, que macula o regime democrático e perpetua no poder um ordenamento ilegítimo e autoritário de violações ao Estado Democrático de Direito.

Sobre essa verossimilhança, Ronan Simioni e Vera Elisabeth Prola Farias (2009) afirmam que o autor se tornou referência no resgate da imaginação popular e em sua identificação histórica:

O autor reúne no universo de algumas de suas obras, que poderiam ser lidas como a própria trajetória do continente, espaço que serve de palco para a maioria delas, diferentes temáticas diretamente relacionadas com eventos que marcam a trajetória das nações da América, as quais são captadas pelas estratégias ficcionais do escritor, que consegue transpor os limites da verossimilhança, porém sem perder a referência do real. Suas narrativas, além de reunirem uma gama de sujeitos representantes da mistura de povos que formam a estrutura populacional do território, expõem eventos que ultrapassam as tênues fronteiras entre ficção e realidade (p. 156).

Isso posto, é importante mencionar que nos séculos 19 e 20, a estrutura formal de um conceito democrático era utilizada para ocultar ideologias autoritárias de líderes civis e militares que administravam um território composto por povos em sua maioria conservadores e retrógrados. Em contrapartida, a premissa para instituição de uma democracia fundamentava-se na consolidação de regimes representativos, legítimos e que garantissem uma cidadania livre. Na América Latina, o estabelecimento desses ideais foi marcado por guerras civis, violações aos direitos humanos, ditaduras e ideias que figuravam entre o fascismo e o marxismo.

Não obstante essas fragilidades, é possível constatar que, no início do século 20, a maioria dos países latino-americanos implantaram a base democrática como regime político. Entretanto tais democracias não procediam de uma competição totalmente justa e legal, eram embasadas por Constituições que limitavam o eleitorado e privilegiavam as oligarquias.

Aproximando esse cenário histórico da vida de García Márquez oborda-se seu país de origem, a Colômbia, que sofreu com as disputas de poder do sistema partidário desde que se organizou politicamente. Esse conflito baseado em violência e exclusão social sempre girou em torno do partido Conservador e do partido Liberal o que favoreceu consideravelmente para o aumento das desigualdades, da pobreza e da marginalização, além de contribuir para o aumento da corrupção e perpetuação das elites no poder.

Contrariando esse modelo falho e instável vivenciado na Colômbia e na América Latina como um todo, Robert Dahl (1997) entende que uma democracia atinge seu grau máximo de desenvolvimento quando o direito ao voto abrange a maioria da população de um Estado e quando as disputas pela liderança administrativa e legislativa envolvem grupos de ideais distintos, que possuam as mesmas chances de chegar ao poder. A base fundamental da competição é a aceitação da legitimidade opositiva e a realização de eleições regulares e justas que façam prevalecer a vontade soberana do povo. O papel que cada partido político desempenha nas conjunturas do regime democrático é essencial para a compreensão da estrutura política e a formação estatal. Tais partidos configuram a organização e o vínculo entre as elites de poder e os cidadãos de um país.

Na segunda metade do século 19, os primeiros partidos começavam a se consolidar no continente latino-americano. Em regra, os grupos dividiam-se entre liberais e conservadores, que representavam as principais elites latinas, contituídas pelos grandes proprietários de terras e os comerciantes. Na obra de García Marquez, fica evidente a existência desses dois únicos partidos e quais ideias cada um defendia. Na passagem a seguir, Don Apolinar Moscote descreve os partidos Conservador e Liberal a Aureliano Buendía, de modo que fica evidente a rivalidade do sistema partidário, permitindo a compreensão dos ideais de cada um e quais influências exerciam em relação ao povo:

Os liberais, dizia, eram maçons; gente de má índole, partidária de enforcar padres, de implantar o matrimônio civil e o divórcio, de reconhecer direitos iguais aos filhos naturais e aos legítimos, de despedaçar o país num sistema federal que despojava de poderes a autoridade suprema. Os conservadores, em contrapartida, que haviam recebido o poder diretamente de Deus, defendiam a estabilidade da ordem pública e da moral familiar, eram os defensores da fé em Cristo, do princípio de autoridade, e não estavam dispostos a permitir que o país fosse esquartejado em entidades autônomas (p. 108).

A visão de Don Apolinar Moscote representa claramente a concepção do povo sobre as disputas empreendidas pelos partidos Conservador e Liberal, cujo ideal do conservadorismo

político se baseava na defesa e na manutenção das instituições sociais tradicionais como a família, a religião, os usos e costumes e os liberais que possuíam uma ideologia mais flexível e aberta, tendente a ser mais tolerante com a diversidade, pregavam um estado mínimo e não intervencionista. Dessa forma, os conservadores opõem-se a qualquer tipo de mudança nas instituições sociais e políticas, repudiando veementemente ideias revolucionárias e progressistas.

Nesse sentido, o conservadorismo clássico difundia a imagem dos liberais como sendo pessoas de má-índole, tirânicos, fanáticos, dogmáticos e irracionais, que prezam pela destruição da ordem e da moral de um país. Questões de natureza religiosa, de gênero e identidade sexual sempre são objetos de discussão, utilizados como forma de depreciação da sociedade tradicional.

Neste ponto, abre-se parêntese para expor elementos utilizados por García Márquez na construção de dois personagens em *Cem anos de solidão* que simbolizam explicitamente a presença dos ideais conservadores e liberais. A personagem Fernanda del Carpio pode ser utilizada como parâmetro para definir simbolicamente a sociedade conservadora. Pertencente a uma família com ligação direta à linhagem da monarquia espanhola, Fernanda exercia o poder doméstico com repressão, obrigando a família a cumprir tradições, costumes e a respeitar valores conservadores.

Por outro lado, o Coronel Aureliano Buendia representa a oposição ao conservadorismo, pois adota uma postura liberal e subversiva ao lutar em favor de ideias revolucionárias contra o sistema do Estado opressor que subjugava o povo em favor dos interesses da elite que se mantinha no poder.

Assim retornando as concepções, observa-se que os conservadores implementavam políticas que tendiam a centralizar o poder e a ampliar os privilégios da Igreja Católica, opondo-se aos conceitos de desenvolvimento do comércio. Já o partido Liberal representava tendências reformistas e federalistas, de modo a alcançar uma ordem descentralizada, que buscava a expansão do livre comércio.

Em meio aos ideais liberais dos partidos de esquerda na América Latina, surgem os partidos populistas de cunho nacionalista. Tal movimento foi experimentado no continente sul-americano entre as décadas de 1930 e 1960, cujo grande propulsor foi a crise de 1929. Os partidos que adotaram a vertente populista inspiravam-se nas ideias marxistas, porém sua relação com os partidos ortodoxos de esquerda era baseada em uma grande rivalidade.

A política populista é marcada por maior flexibilidade ideológica, forte atrativo político e a ascensão de líderes carismáticos com as massas, cujo discurso baseava-se em defesa da

conciliação das diferentes classes sociais. São exemplos de partidos populistas a Alianza popular Revolucionaria Americana (APRA) no Peru, Acción Democrática (AD) na Venezuela, o Partido Peronista na Argentina, os Colorados no Uruguai, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no Brasil e o Partido Liberal na Colômbia.

Os partidos políticos, Conservador e Liberal, monopolizaram o poder sobre o Estado e fomentaram a violência, a guerra civil e cada vez mais as desigualdades sociais entre o povo. Embora essa mesma divisão partidária tenha afetado a maioria dos países na América Latina, as consequências em alguns foram mais intensas. No Uruguai e na Colômbia, esse sistema partidário conseguiu perpetuar sua hegemonia, tendo em vista a falta de oposição, presente em outros países latinos, como por exemplo no Chile, que desenvolveu um sistema pluripartidário, do qual faziam parte o Partido Comunista e o Partido Socialista.

O bipartidarismo reflete a grande luta pela permanência no poder de grupos solidificados, que exerciam a mediação restrita e precária entre a sociedade civil e o Estado. Nesse contexto, os reais interesses do povo não eram tratados adequadamente e a probabilidade de conflitos violentos era crescente.

No trecho destacado do romance, verifica-se que as ações do alcaide, ao violar a urna eleitoral e fraudar o resultado obtido, afloraram em Aureliano um sentimento de repulsa por aquele poder estatal autoritário e um desejo por uma revolução profunda naquele sistema impositivo. Vejam:

Naquela noite, enquanto jogava dominó com Aureliano, ele mandou o sargento rasgar a etiqueta para contar os votos. Havia tantas cédulas vermelhas quanto azuis, mas o sargento deixou apenas dez vermelhas e completou a diferença com azuis. Depois tornaram a selar a urna com uma etiqueta e no dia seguinte, à primeira hora, a levaram para a capital da província. “Os liberais vão à guerra”, disse Aureliano. Dom Apolinar Moscote não se distraiu de suas fichas de dominó. “Se você está dizendo isso por causa da mudança de cédulas, não vão não”, disse. “A gente sempre deixa algumas para que não apareça nenhuma reclamação” (p. 109).

O autor deixa claro em seu texto que a prática de fraudar um processo democrático era comum, uma vez que a luta dessa elite em se manter no poder lhes parecia bem mais importante do que preservar um direito legal e principalmente de atender a real necessidade do povo.

Para agravar ainda mais a situação, a turbulência e a instabilidade política se intensificam quando sociedades como as latino-americanas são submetidas às desigualdades políticas diante da ausência de igualdade social. Afinal não é possível que um Estado conquiste a democracia plena se os direitos sociais são desiguais, uma vez que o padrão de vida e as

necessidades básicas destoam entre as classes dominantes e as consideradas minorias. A realização de eleições justas, limpas e abertas constitui elemento básico e necessário para se atingir um regime democrático efetivo e garantir a diminuição das desigualdades sociais, uma vez que um sistema corrupto e parcial contribui significativamente para o aumento das vulnerabilidades sociais.

Durante o século 19, na América Latina, o direito ao voto era exercido por meio de um ato público e oral, em que o eleitorado era selecionado e controlado pelas elites do poder. A construção da cidadania e a participação do povo sem nenhuma forma de coação ou imposição foi fruto de um árduo trabalho, por meio de mobilizações sociais e criação de órgãos de supervisão eleitoral.

A ideia de legalidade eleitoral e participação popular cruza os limites da função normativa do sistema político e atua diretamente, no espaço da democracia e no exercício da cidadania. Dessa forma, o Direito Eleitoral tem como objetivo primordial buscar e reproduzir o espírito da justiça e a difusão da vontade coletiva acima de qualquer ideal partidário.

Nesse sentido, vale lembrar a conquista desses direitos nos países que compõem a América Latina, começando pela Colômbia que conquistou o voto secreto em 1853, mas não foi o suficiente para garantir competições limpas, haja vista que as fraudes nas eleições permaneciam fortes e os sufrágios eram impostos pelas classes dominantes. Até 1988, os partidos políticos que concorriam às eleições deveriam fornecer suas próprias cédulas para a votação, geralmente distintas pelas cores que representavam suas bandeiras, azul para os conservadores e vermelho para os liberais.

A Argentina introduziu o voto secreto em 1912, mas só na década de 1960 conseguiu combater as fraudes nos processos eleitorais. O Uruguai em 1918, sendo o primeiro país latino a efetivar o texto jurídico com a prática democrática de eleições mais justa. No Chile, o voto secreto foi conquistado em 1925 e o voto individual somente em 1958. O Peru estabeleceu o voto secreto em 1931 e o Brasil em 1932, porém seguindo a linha colombiana, as fraudes eleitorais eram dominantes. Por fim, a Venezuela foi o país a alcançar mais tardiamente o direito ao voto secreto, somente em 1946.

A participação popular no exercício da cidadania obteve aumento considerável em países cujos índices de desenvolvimento econômico eram maiores e os partidos políticos e órgãos de controle e fiscalização mais sólidos. A Colômbia é o único país latino-americano que não instituiu o voto obrigatório, o que contribuiu para os baixos indicadores de participação popular nas urnas, nas décadas de 1920, 1930 e 1940, além de campanhas dos dois partidos políticos que desmotivavam a população a comparecer nos dias de votação.

Em *Cem anos de solidão*, o Coronel Aureliano Buendía é peça-chave em meio às tensões entre liberais e conservadores, desencadeadas por trapagens eleitorais, seguidas de disputas de poder, sangue e morte, representação fiel dos primeiros registros de violência política na Colômbia. No trecho abaixo, atentamo-nos à acirrada disputa entre os partidos políticos e as artimanhas utilizadas para se sabotarem:

Dom Apolinar Moscote explicou a ele, na mais restrita reserva, que os soldados tinham levado as armas apreendidas como prova de que os liberais estavam se preparando para a guerra. Aureliano alarmou-se com o cinismo da declaração. Não fez nenhum comentário, mas certa noite em que Gerineldo Márquez e Magnífico Visbal conversavam com outros amigos sobre o incidente das facas, perguntaram a ele se era liberal ou conservador. Aureliano não vacilou: - Se tivesse de ser alguma coisa, seria liberal – disse – porque os conservadores são uns safados (p. 110).

Neste momento, Aureliano compreende que Dom Apolinar Moscote é a representação decorativa do poder estatal, que veio a Macondo a mando de um governo corrupto, que objetiva somente a preservação de sua soberania, subjugando seu povo e suas necessidades reais.

Ao descrever detalhadamente o fato, o cenário e a reação de Aureliano frente às fraudes eleitorais e à descrição dos ideais políticos dos partidos Liberal e Conservador, o escritor fornece meios ao leitor para a reflexão e reconhecimento de questões políticas e sociais capazes de reproduzir um efeito de verossimilhança na narrativa ficcional com o mundo real.

A proximidade das eleições foi o fio que lhe permitiu encontrar de novo o novelo da subversão. Estabeleceu contato com os jovens do povoado, que careciam de formação política, e se empenhou numa sigilosa campanha de instigação. As numerosas cédulas vermelhas que apareceram nas urnas, e que foram atribuídas por Dom Apolinar Moscote à novidade própria da juventude, eram parte de seu plano: obrigou seus discípulos a votar para convencê-los de que as eleições eram uma farsa. “A única coisa eficaz – dizia – é a violência” (p. 111).

Neste trecho do livro, verifica-se por meio da atitude de Aureliano, a identificação com o fenômeno das camadas de vanguarda das revoluções na América Latina, em que milhares de jovens se radicalizaram contra os ideais nacionalistas burgueses e com a crítica situação das camadas mais fragilizadas da sociedade. Essa onda revolucionária acreditava que o método mais eficaz de combate ao sistema opressor era por meio da revolução armada e da violência e, assim, muitos países latino-americanos se tornaram território de guerrilheiros, como por exemplo: Cuba, Paraguai e Venezuela.

A democracia nos países da América Latina sempre teve de enfrentar limitações constitucionais que afetaram as massas populacionais. Os partidos de direita, enquanto detentores de poder, fraudavam o procedimento democrático e o desacreditavam, uma vez que a ordem e o progresso, segundo os ditames tradicionais, competiam com os valores democráticos. Por outro lado, no apogeu dos partidos de esquerda, seus ideais de inclusão, luta de classes e justiça social também colidiam com os valores da democracia.

A partir disso se deduz que os Estados latino-americanos em sua formação política não poderiam ser considerados plenamente democráticos, pois as manipulações recorrentes do sistema governamental impediam a consolidação da democracia em seu grau mais puro, o exercício legítimo da cidadania.

A conquista da democracia no continente americano se consolidou somente na década de 1990, em que pela primeira vez, todos os países, com exceção de Cuba, passaram a ter presidentes eleitos segundo uma base constitucional. Alguns países, como Guatemala, Haiti, Venezuela e o Peru enfrentaram diversas crises políticas nessa mesma época, o que deixa claro que, apesar de ganhar força e efetividade, a democracia ainda não estava solidificada.

Entretanto, ao levar em consideração o histórico da América Latina, verifica-se que, mesmo diante de todos os percalços e desigualdades enfrentados pelo sistema democrático, o continente sempre idealizou e buscou mecanismos que legitimassem a democracia e suas instituições práticas.

Atualmente se vive na América Latina uma nova configuração dos movimentos sociais, que ganham novos atores e novos meios de combate às desigualdades e incertezas políticas e administrativas. Apesar de mais sólida, a América Latina ainda sofre com a fragilidade de sua jovem democracia frente ao novo quadro político mundial e aos jogos econômicos das grandes potências.

Mesmo que se reconheça a luta constante por direitos e a manutenção de um sistema democrático válido e efetivo, verifica-se que a introdução da sociedade latino-americana no mundo globalizado sofre com a desagregação e a degeneração do Estado Democrático de Direito, em que há possibilidade de regressão ao autoritarismo ou mesmo a um sistema de governo ainda pior e mais opressor.

Toma-se por base a construção literária de García Márquez ao descrever a fundação de Macondo, seu desenvolvimento e progresso, a luta por direitos sociais e a garantia de um Estado Democrático que atendesse a realidade do povo e, por fim, sua decadência, ruína e extinção.

A intenção não é interpretar o romance como uma escritura premonitória da civilização latino-americana, mas possibilitar a discussão sobre as relações entre a democracia e o Estado dentro da crise em que se encontram.

A América Latina compartimentada, excludente e marginalizada foi forjada na ideia de um Estado inacessível e patriarcal, cujos direitos democráticos conquistados com sangue e guerra perdem espaço cada vez mais, tendo em vista que a sociedade incutiu a ideia de que política é sinônimo de corrupção, disputa de poder, abandono social e impunidade.

Dessa lógica, nasce uma linha de pensamento que defende um comportamento de negação e apatia, pois diante das inúmeras crises administrativas, econômicas e sociais enfrentadas pelo Estado, passam a negar que a política seja o meio ideal de representação do povo. Dessa forma, desacreditam a democracia e fomentam a falta de confiança nas instituições e a resistência a novos atores.

Posto isso, a efetivação da democracia para além do período eleitoral ainda é uma questão a ser alcançada, pois o que é oferecido à sociedade atua como uma narrativa utópica e não com meios de ser colocada em prática. Assim o que se percebe é, na verdade, uma democracia decorativa, tal como aquela apresentada no romance de García Márquez por Dom Apolinar Moscote.

4. A LITERATURA DE GABRIEL GARCÍA MÁRQUEZ E OS MOVIMENTOS TRABALHISTAS NA AMÉRICA LATINA

Este capítulo partiu do interesse de desenvolver um estudo que pudesse refletir a história dos movimentos trabalhistas na América Latina do século 20, como ensejos necessários para a criação literária de Gabriel García Márquez, em *Cem anos de solidão*.

Primeiramente, parte-se da ideia do entrecruzamento de discursos entre a história e a ficção, ou seja, a possibilidade de uma análise literária não como forma de explicar os acontecimentos históricos e culturais, mas os tornar referências para a construção do texto. Nesse sentido, por meio da recriação artística do real é possível resgatar a memória coletiva e a identidade de um povo.

Em seguida, passa-se para um estudo pontual de como a questão trabalhista, os movimentos sociais e intervenção do Estado se desenvolveram na América Latina e como isso gerou reflexos na literatura latino-americana. Por fim, analisa-se como García Márquez tomou por base aspectos sociais, econômicos e culturais na construção de sua narrativa que permite ao

leitor a reflexão sobre si mesmo e sobre sua inserção nos movimentos sociais e na conquista de direitos.

4.1 - História e ficção: o entrecruzamento de discursos

Ao utilizar a literatura como fonte de análise para aspectos jurídicos e sociais, nos movimentos trabalhistas da América Latina, é necessário prudência. A perspectiva da literatura como produto de seu tempo permite a compreensão de que a arte é um diálogo ou um processo de reflexão da interação do autor com movimentos específicos de sua época.

A obra literária pode ser analisada de diferentes formas. Nesse estudo, leva-se em consideração as influências externas sobre o texto, ao colocar no centro da abordagem aspectos do contexto histórico, do tempo, do lugar e do processo de desenvolvimento da narrativa. Este sistema de análise encontra resistência dos críticos literários, principalmente no que tange à interlocução da literatura com outros campos das humanidades, uma vez que a lógica predominante é o texto que se materializa em si, por meio de uma construção sólida, perfeita e acabada.

Entretanto, apegam-se à doutrina que entende que a literatura deve ser considerada como um objeto concreto, cuja análise social da narrativa não deve esboçar prioridade sobre ela, tampouco ser concebida em separado. Raymond Williams (1979) trata a literatura como evidência independente de outros fatores, cujo estudo deve ser pautado em seu valor interno, capaz de fornecer instrumentos valiosos para a compreensão da cultura de determinado período.

Antonio Candido, em sua obra *Literatura e sociedade* (1965), apresentou um estudo sobre o sentido da crítica dialética (texto e contexto), no qual analisa os elementos externos, tais como o social, o psicológico e o linguístico como partes integrantes da estrutura de obras literárias. O autor parte do princípio de uma junção entre esses elementos, que se apoiam em uma interpretação dialética, em que “o externo (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno” (2011, p.14). É importante ressaltar que a abordagem adotada por Candido busca estabelecer uma visão objetiva, em que não se corrompa nenhum dos lados analisados.

A literatura deve ser tratada como algo indissolúvel, cuja formação recebe fatores sociais que constituem características essenciais, porém complementares. Além disso, o autor da obra atua como um agente transformador, pois absorve as realidades histórica e social e as

transforma em um produto artístico de acordo com sua percepção. Dessa forma, a literatura não age como um reflexo puro do real, mas como uma interpretação subjetiva do meio.

A expressão artística literária consiste na materialização de um conteúdo social, não como forma de explicação para referências históricas, mas como elemento da própria construção do objeto. Ao tratar desta questão no campo da cultura, Candido alude que a literatura repousa sobre uma espécie de paradoxo em que o personagem é de ficção, mas parece mais verdadeiro que os personagens reais que encontramos na vida.

Nesse sentido, merece destaque dentro desta análise, principalmente ao adentrar na literatura de Gabriel García Márquez, a referência à recuperação da memória coletiva e individual de fatos históricos, culturais e pessoais do autor, de um povo e de um continente. Esse resgate por meio de suas narrativas possibilita a utilização de metodologias alternativas capazes de tornar compreensível a representação de acontecimentos, identidades e cultura de uma coletividade em um determinado período, por meio da recriação artística do real. O estudo acadêmico da arte conjuntamente com a história desempenha o papel de registro da humanidade e amplia a reflexão social. Antônio Celso Ferreira (1996) em seu estudo aponta:

As relações entre história e literatura estão no centro do debate sobre a disciplina histórica na atualidade. Constituindo-se em linha de pesquisa destacada, o estudo desse intercâmbio remete, no entanto, a uma reflexão que já acumula várias décadas e envolve diferentes áreas das humanidades preocupadas com a linguagem. Pautada por uma ótica interdisciplinar e comparatista, tal linha acompanha a propensão contemporânea de se interrogar as fronteiras dos conhecimentos que a tradição institucional construiu. Questionam-se os limites entre arte, ciências e filosofia, ficção e verdade, gêneros literários, narrativa histórica e narrativa literária. Todavia essa tendência pode representar um caminho de renovação teórica, metodológica e disciplinar, lançando indagações de enorme amplitude (p.54).

Nesse contexto, é possível mediante análise literária revelar o conjunto social e construir mecanismos de debate sobre os referenciais históricos de um povo e de uma classe, como os trabalhadores e os movimentos sociais dentro da obra garciamarquiana. Outros renomados autores podem ser citados como exemplo nas técnicas narrativas que abordaram a mesma temática, como por exemplo Émile Zola e Jorge Amado, como se vê abaixo.

O romance *Germinal*, escrito por Émile Zola, publicado pela primeira vez em 1885, foi considerado uma das obras mais importantes do autor e um marco do naturalismo literário. O romance descreve as condições da classe operária do século 19 e os problemas socioeconômicos enfrentados pela sociedade francesa, ao expor a situação miserável a que os trabalhadores eram submetidos em contraposição ao modo de vida burguês.

A obra relata a trajetória da greve de mineiros ocorrida em Montsou, no norte da França, desencadeada pelas relações trabalhistas abusivas. O movimento liderado por Etienne, um jovem mineiro, que em pouco tempo de trabalho percebe as condições subumanas dos operários, que explorados, tratados com miséria e totalmente sem dignidade, aceitavam essa situação em troca de baixos salários e nenhuma segurança.

O discurso literário apresentado por Zola possui uma forte influência científica, cujas transformações econômicas e sociais, presentes na segunda metade do século 19, integram ativamente a obra. A formação social, a luta de classes e as diferentes teorias socialistas, como o marxismo, o anarquismo e o reformismo constituem a estrutura da trama narrativa. Nessa perspectiva, a formação discursiva do texto compreende o diálogo entre a ciência social e a literatura, em que a logicidade e o empirismo científico não se sobrepõem ao movimento literário. Sobre isso Cláudia Poncioni (1999) dispõe:

Quando Zola escreve *Germinal*, dirige-se a um público com quem compartilha referências culturais comuns. Nesse público-alvo, Zola pretende despertar reações de revolta, de medo, pela criação de uma obra que ele desejava que fosse premonitória das grandes mudanças sociais do início do século XX. Para tal, realizou uma pesquisa sobre a vida cotidiana dos mineiros do Norte da França em seu tempo, mas partiu de ideias pré-concebidas, que foram marcadas por referências inspiradas pela realidade concreta (...). Nisso reside a criação romanesca, senão tratar-se-ia de uma mera reportagem e não de uma obra naturalista. Em *Germinal* há uma ideia latente desde a escolha do título até o fim do romance. Trata-se de uma obra cujo pano de fundo é a Revolução Francesa. (...) Diversas vezes Zola faz alusões que são compreendidas direta ou indiretamente pelo leitor francês. Mas terão os leitores brasileiros e portugueses as mesmas reações? Evidentemente isso não ocorre no mesmo nível (p. 80-82).

A análise histórica de uma obra literária sempre levanta discussões complexas sobre a percepção da verdade e as implicações desta narrativa na expressão do conceito de realidade, principalmente quando se trata de um clássico tão grandioso como *Germinal*.

Nesse sentido, para escrever o romance, Zola trabalhou em uma mina de carvão a fim de experimentar pessoalmente a vida dos trabalhadores, suas paixões, seus sofrimentos e todo o descaso social por eles sofrido. Quando questionado sobre o estudo que resultou em sua obra, o autor assegurava que não simpatizava com rótulos nem representava um partido, somente traduzia por meio da literatura o que via e sentia, portanto poderia ser classificado como naturalista.

O romancista francês aponta fatos importantes da luta dos movimentos trabalhistas daquele período e daquela comunidade específica. Utilizou suas palavras como forma de denúncia da opressão que o sistema capitalista exercia sobre a classe operária, que lutava por melhores condições de higiene, segurança e salários que correspondessem aos serviços prestados.

A contribuição literária de Zola, neste contexto, serve de fonte para estudos sobre a história social dos movimentos trabalhistas. Sua linguagem toma por base a ficção literária, porém é notório o trabalho de investigação historiográfica da precariedade trabalhista, a construção teórica e o procedimento metodológico das questões sociais daquela sociedade.

Outro importante escritor que tratou dessa temática em suas obras foi o brasileiro Jorge Amado, que incorporou em muitos de seus projetos literários, denúncias, discursos inflamados e revolucionários, principalmente quando estava engajado em criar uma literatura proletária.

Amado aborda em diversas obras a vida de trabalhadores, que vivem à margem da sociedade, explorados pelo sistema e sem garantia de direitos fundamentais. Essa exploração do homem pelo homem é recriada por sua literatura, que tematiza a problemática social, econômica e comportamental de determinada comunidade.

A obra *Cacau* (1933), inaugurou o gênero “romance proletário”. Esse movimento enfatizava os pobres, as massas, os despossuídos de poder, tipos que simbolizavam o trabalhador, o operário, todos aqueles excluídos da sociedade. Em *Suor* (1934), apresenta uma proposta narrativa que tem por finalidade romper com as escolas literárias acadêmicas, ao expor as misérias de classes subalternas. O personagem deste romance, Álvaro Lima, um dos organizadores da greve da companhia dos bondes, buscava exaltar a necessidade de um movimento ordenado, que viabilizasse a luta por melhores condições de vida, conforme observa-se no trecho abaixo:

Camaradas! É preciso acabar com as explorações. Nós somos muitos, pobres, sujos, sem comida, sem casa, morando nesses quartos miseráveis. Explorados pelos ricos, que são poucos. É preciso que todos nós nos unamos, para nos defender. Para a revolução dos operários. É preciso que os operários se juntem em torno do seu partido, para acabar com as explorações. Com os governos podres e ladrões. Fazer um governo de operários e camponeses. Olhem para o caso de Joaquim [...] (p. 210).

Já em *Jubiabá* (1935), há clara demonstração do alinhamento do escritor com questões raciais, sociais e políticas. A militância de Balduino e seu contato com o sindicato dos estivadores do porto foi elemento fundamental para o desencadeamento da greve, que

proporcionou grandes reflexões sobre identidade cultural, consciência de classe e injustiça social.

Em *Mar Morto* (1936), a trama converge para a degradação social dos trabalhadores do cais, ao enunciar as condições precárias de trabalho, a insalubridade, a falta de segurança e a exploração por parte dos empregadores. Amado busca elucidar o sofrimento do povo, que se ampara na cultura popular para tentar superar um sistema exploratório e repleto de desigualdade social e econômica.

Em todas as obras citadas, é notável o fracasso dos movimentos trabalhistas. Essa visão pessimista do autor frente à situação de exploração dos pobres e marginalizados revela a característica realista de sua literatura. Realismo que mostra a luta pela valorização do trabalho, como forma de romper com a escravidão, por meio da união e organização dos trabalhadores como uma classe que resiste, mesmo sem forças.

Patrícia Galvão, publicou em 1933, o romance *Parque Industrial*, que ilustra as mazelas enfrentadas pelos trabalhadores no cenário industrial brasileiro. A narrativa é considerada um panfleto político e desenvolve uma crítica ao sistema de classes e a exploração laboral. O enredo trata da problematização da comunidade operária e destaca a representação feminina, que abandona seu papel secundário, estereotipado de dona de casa e passa a lutar por destaque, independência e respeito. O sofrimento das mulheres é marcado pelo assédio sexual dentro do ambiente de trabalho, pelo tempo excessivo na prestação dos serviços, pelos baixos salários e sobretudo pela ausência de direitos perante a maternidade. Abaixo um trecho da obra:

Camaradas! Não podemos ficar quietas no meio desta luta! Devemos estar ao lado dos nossos companheiros na rua, como estamos quando trabalhamos na fábrica. Temos que lutar juntos contra a burguesia que tira a nossa saúde e nos transforma em trapos humanos! Tiram do nosso seio a última gota de leite que pertence a nossos filhinhos para viver no champanhe e no parasitismo (p. 77).

Assim na literatura são fartos os exemplos de autores que trataram da temática do trabalhador explorado, que vende sua própria força para um sistema produtivo que não o valoriza nem oferece condições laborais dignas. Logo, é notável o compromisso da literatura em dar espaço para pautas minoritárias e proporcionar, ainda que pequenas, transformações sociais para que os atos de exploração não sejam esquecidos nem reproduzidos.

4.2 - O processo de industrialização na América Latina e seu reflexo na literatura

Cem anos de solidão traz a público temas densos e impactantes, porém, aqui, nos interessa buscar uma análise sobre o modo como a questão trabalhista, os movimentos sociais e as intervenções pública e privada neste contexto são abordadas. Ao dedicarmo-nos a compreensão da obra é importante o estudo do contexto histórico e as suas variadas dinâmicas. Dessa forma inicia-se a discussão levantando a origem do processo de industrialização latino-americano e suas implicações lógicas nos sistemas político, econômico e social.

O processo de industrialização, na América Latina, é denominado de industrialização tardia, isto porque este modelo foi adotado nos países fora do eixo do sistema capitalista, quase cem anos após a primeira revolução industrial, cujo movimento inicial tratou de um processo de substituição de importações de produtos primários para práticas industriais apoiadas na iniciativa privada estrangeira, representadas por grandes incorporações multinacionais.

Nesse sentido, a expansão industrial latino-americana, durante o século 20, foi forjada no exterior, ou seja, para pensar o desenvolvimento industrial foi necessário o investimento de capital estrangeiro para suprir o déficit tecnológico, a capacidade produtiva e o potencial do mercado interno. Frente a estas questões vitais, o setor industrial latino teve de nascer e ganhar forças para atender a grande necessidade de bens manufaturados exigidos pelo mercado internacional, gerado pela queda do mercado exterior. Em se tratando deste assunto, Galeano afirma:

O crescimento fabril da América Latina, em nosso século, foi determinado no exterior. Não foi gerado por uma política planificada e direcionada ao desenvolvimento nacional, nem coroou a maturação das forças produtivas, nem resultou da erupção de conflitos internos, já “superados”, entre os latifundiários e um artesanato nacional que morreu pouco depois de nascer. A indústria latino-americana nasceu do próprio ventre do sistema agroexportador, para responder ao agudo desequilíbrio provocado pela queda do comércio exterior (p. 294).

A ideia de um processo de industrialização baseava-se na concepção de uma política nacional desenvolvimentista, no entanto, o atraso tecnológico e científico de anos de bases históricas de colonização de exploração e a quebra da hegemonia de uma economia de importação mostrava-se como um vigoroso freio deste projeto. Este panorama foi terra fértil para que multinacionais ingressassem na América Latina, dadas as condições favoráveis do setor como mão de obra barata, fatura de matéria-prima e fortes incentivos fiscais.

A indústria, repousada sobre a exploração do trabalhador e dos recursos da nova terra, favoreceu o desenvolvimento de uma atividade de extração e pouco investimento. Como bem observa Eduardo Galeano:

Os grandes portos da América Latina, escalas de trânsito das riquezas extraídas do solo e do subsolo destinadas a longínquos centros de poder, consolidavam-se como instrumentos de conquista e dominação contra os países aos quais pertenciam, e eram os drenos por onde se escoava a renda nacional. Os portos e as capitais queriam se parecer com Paris ou Londres, e na retaguarda tinham o deserto (253).

Os efeitos desse processo de industrialização, gerou, nos centros urbanos latino-americanos, um crescimento populacional acelerado e descontrolado, proporcionado pelo grande êxodo rural e a vinda de numerosos grupos de imigrantes de todas as partes do mundo. A falta de planejamento público e a ausência de uma consciência de estruturação ambiental teve como consequência graves problemas sociais e fundamentais na constituição dos centros urbanos.

A movimentação das classes operárias na América Latina imprimiu novas formas e novos conceitos ao espaço urbano. A expansão da industrialização, na América, trouxe consigo uma grande separação entre as elites sociais e a classe trabalhadora, dessa forma a prática de criação de vilas operárias tornou-se algo comum no século 20.

O local de moradia dos operários era um fator importante na reorganização do trabalho e principalmente no controle dos trabalhadores. A necessidade de construção dessas habitações estava relacionada ao fato de que em diversas situações as fábricas eram constituídas em localidades rurais que facilitavam o manuseio de matérias-primas ou a utilização de fontes de energia. Diante dessa nova realidade, os espaços urbanos foram modificados e transformados, o que possibilitou aos industriais e donos de grandes companhias, a chance de atuar incisivamente sobre os trabalhadores, promovendo a submissão e exploração desse núcleo.

García Márquez ao tratar do movimento grevista dos trabalhadores da Companhia Bananeira coloca em pauta uma literatura engajada, que se ajusta aos interesses populares, ao conceder espaço às coletividades oprimidas. O romance reúne elementos reconhecíveis à comunidade latino-americana e proporciona reflexões sobre ações de inserções social e política na literatura.

Nesse sentido, ao versar sobre a vinda da Companhia para o povoado, aborda a temática social e confere visibilidade a questões de infraestrutura urbana e governamental. A construção de uma vila de operários ao redor de Macondo gerou uma grande mudança na estrutura da cidade e nas pessoas que nela habitavam. Assim é possível verificar, por meio da criação do colombiano, como a industrialização afetava os pequenos povoados e a vida das pessoas dessas localidades. Consoante se pode observar na passagem:

Não houve muito tempo para pensar no assunto, porque os desconfiados habitantes de Macondo mal começavam a se perguntar que diabos estava acontecendo, quando o povoado já havia se transformado num acampamento de casas de madeira com tetos de zinco, atotados de forasteiros que chegavam no trem de ferro, vindos de meio mundo, e não apenas nos assentos e estribos, mas até mesmo nos tetos dos vagões (p. 246).

Na maioria dos países latino-americanos, a classe de operários era composta por pessoas que deixavam o campo e afluíam às cidades à procura de empregos e por imigrantes de diferentes nacionalidades, que vinham para a América em busca de novas oportunidades. Entretanto, estas pessoas se aventuravam em grandes empresas multinacionais sujeitando-se a baixos salários e condições mínimas de subsistência, como moradias irregulares.

Acerca da implantação do trabalho assalariado nos países latino-americanos, Ricardo Antunes (2011) assevera que as necessidades do mercado interno e a expansão do capitalismo industrial obrigaram a transformação da economia, predominantemente rural, para uma economia voltada às atividades manufatureiras. Consequentemente surgiram os primeiros contingentes de trabalhadores urbanos:

Pouco a pouco, especialmente na primeira metade do século XX, estas foram se tornando autônomas, suplantando as próprias atividades rurais que lhe deram origem. Além disso, ao mesmo tempo que a indústria foi impulsionada pela demanda interna e pelas necessidades de acumulação das burguesias em desenvolvimento, a Primeira Guerra Mundial possibilitou um avanço significativo no processo de industrialização, o que fez com que um forte fluxo migratório de trabalhadores europeus viesse para este continente (principalmente para o Brasil, a Argentina e o Uruguai) em busca de trabalho (p. 18).

As habitações quando destinadas a abrigar pessoas que possuíam melhores posicionamentos na companhia ou na indústria, eram constituídas por uma estrutura de melhor qualidade, geralmente separadas das habitações dos subalternos. Já aos empregados de menor qualificação eram destinados a alojamentos ou casebres que, se comparados às antigas senzalas, revelavam poucas diferenças na infraestrutura, uma vez que as condições de higiene, ventilação e iluminação eram extremamente precárias.

Aos funcionários solteiros, comumente eram destinados os alojamentos coletivos em que dezenas e até mesmo centenas de homens ficavam aglomerados, dividindo o mesmo espaço, sem nenhuma qualidade de vida, cujo mau cheiro, os insetos e a sujeira ocasionavam a proliferação de diversas doenças. Aqueles que eram casados e com famílias tinham a chance de conseguir moradias mais adequadas e menos insalubres, preferencialmente unifamiliares,

dispostas em blocos, colônias ou até mesmo casas geminadas. Não estavam livres das péssimas condições de higiene nem dos problemas sociais, mas em relação aos alojamentos eram consideradas bem mais dignas de se habitarem.

No trecho abaixo, retirado de *Cem anos de solidão*, é possível perceber as distinções de tratamento dirigidas aos diferentes trabalhadores da Companhia Bananeira e como as habitações destes se distinguiam, clara definição do que realmente acontecia no processo de industrialização dos países latino-americanos.

Os gringos, que depois levaram suas mulheres lânguidas com roupas de musselina e grandes chapéus de gaze, construíram um povoado à parte, do outro lado da linha do trem, com ruas ladeadas de palmeiras, casas com janelas de tela metálica, mesinhas brancas nas varandas e ventiladores de pás dependurados nos tetos, e extensos prados azuis com pavões e codornas (p. 246-247).

A questão do lazer dos trabalhadores das fábricas, indústrias e companhias era um grande problema social, pois as normas dentro das empresas e de suas habitações costumavam ser bem rígidas, de forma que não era tolerados nenhum evento coletivo ou socialização entre os empregados, pois acreditava-se que nestes momentos de lazer aconteciam muitas situações que poderiam baixar o rendimento do trabalho, tais como bebidas, sexo e violência.

Nessa perspectiva, surgem os bairros de prostituição, que contribuía com o processo da nova civilização e industrialização das cidades. Tais bairros eram considerados o extremo da falta de dignidade e retratavam mulheres nacionais ou estrangeiras conhecidas como o “Baixo Meretrício”, as quais não ganhavam o suficiente para o próprio sustento e eram obrigadas a furtar alimentos ou objetos de algum valor para conseguir manter suas necessidades básicas. Estas mulheres viviam à mercê da violência de homens brutos, saciando seus desejos sexuais, sem qualquer tipo de proteção. No fragmento abaixo retirado do romance é possível contemplar a situação:

Para os forasteiros que chegavam sem amor, converteram a rua das carinhosas matronas da França num povoado mais extenso que o outro, e numa quarta-feira de glória levaram um trem carregado de putas inverossímeis, fêmeas babilônicas adestradas em recursos imemoriais, e providos de todo tipo de unguentos e dispositivos para estimular os inermes, avivar os tímidos, saciar os vorazes, exaltar os modestos, enquadrar os múltiplos e corrigir os solitários (p. 247).

Assim esses espaços urbanos em que se concentravam as ações de prostituição eram associados à violência e à criminalidade, bem como considerados pela sociedade como a

representação da degeneração feminina, da moral e da dignidade da pessoa humana, além de estabelecer um grande problema de saúde pública.

Paralelo a isto, encontrava-se o desenvolvimento de setores comerciais que atendessem aos anseios de uma classe trabalhadora cansada e de baixa renda, ou seja, surgiram bairros que comercializavam produtos de segunda mão, de pouca qualidade e baixo custo, mas que estavam dentro dos padrões que os operários poderiam suportar financeiramente.

Além disso, nestes bairros eram oferecidos aos trabalhadores formas baratas de lazer que envolviam muita bebida alcoólica e jogos de azar, o que permitiu o crescimento considerável de violência e criminalidade entre as pessoas que frequentavam esses lugares.

A Rua dos Turcos, enriquecida com luminosos armazéns de produtos ultramarinos que substituíram os velhos bazares com gaiolas de pintassilgos na porta, vibrava nas noites de sábado com as multidões de aventureiros que se atropelavam entre as mesas de sorte e azar, os balcões de tiro ao alvo, o beco onde se adivinhava o porvir e se interpretavam os sonhos, e as mesinhas de frituras e bebidas que amanheciam domingo esparramadas pelo chão, entre corpos que às vezes eram de bêbados felizes e quase sempre de curiosos abatidos pelos tiros, murros, navalhadas e garrafadas da pancadaria. (p. 247-248).

Dentro da classe trabalhadora existiam elites distintas em que grupos eram separados e excluídos dos demais operários. Essa estrutura de castas, advinda de um recente fim da escravidão, classificava os negros e mulatos como a classe mais baixa da sociedade. Esses dificilmente conseguiam um trabalho nas fábricas e indústrias, pois não possuíam a experiência necessária para atuar neste setor, diferentemente dos imigrantes que possuíam conhecimento de seus países já industrializados. Dessa forma, eram obrigados a procurar meios alternativos de subsistência e moradia, o que contribuiu para a marginalização do negro na sociedade e o surgimento do que hoje é conhecido popularmente como favelas. No excerto abaixo observa-se:

O único rincão de serenidade foi estabelecido pelos pacíficos negros antilhanos que construíram uma rua marginal, com casas de madeira sobre palafitas, em cujos pórticos se sentavam ao entardecer cantando hinos melancólicos em seu idioma destrambelhado. Tantas mudanças ocorreram e em tão pouco tempo, que oito meses depois da visita de Mr. Herbert os antigos habitantes de Macondo se levantavam cedo para conhecer a própria aldeia. (p. 248).

O trabalhador assalariado não possuía liberdade formal na relação com o empregador, tendo em vista que as habitações construídas serviam como instrumento para fazer pressão na

força de trabalho. A real situação de vida do povo era mascarada pelo aparente progresso recém-chegado ao povoado de Macondo. Apenas uma pequena parcela dos habitantes possuía roupas vindas da Europa e comidas abundantes e de qualidade e ainda casas aconchegantes, como bem definiu García Márquez “galinheiros eletrificados”, uma realidade paralela e distante, enquanto a maioria da população vivia à margem da sociedade, à mercê da prostituição e da exploração laboral, sem comida, sem teto e com as piores condições de vida.

A consolidação do sistema capitalista como modo de orientação política, filosófica e ideológica transformou as relações sociais existentes na América Latina. A redefinição da estrutura social, frente às dominações do poder econômico tornaram evidentes os problemas enfrentados pelos sul-americanos, principalmente no que tange ao subdesenvolvimento e às injustiças causadas por aparatos legislativo e jurídico que não conseguem suprir as demandas populares.

É importante trazer à discussão o histórico das conquistas trabalhistas em alguns países latino-americanos, como forma de ilustrar as dificuldades e a luta dos movimentos pelo reconhecimento dos direitos da classe.

A legislação trabalhista, na América Latina, passou a se solidificar por meio de códigos próprios ou legislações mais objetivas a partir das grandes mudanças econômicas e políticas implantadas no século 20, especificamente a partir de 1930.

Com a chegada da década de 1930 e com as alterações no cenário governamental do país, o Chile passou a adotar um sistema de matriz capitalista e uma nova configuração social foi necessária. O Código do Trabalho chileno foi instituído em 1931 e o estado assumiu a autoridade de regulamentação das relações de trabalho, colocando-se como agente mediador das relações trabalhistas entre os empregados e empregadores. Nesta década também ocorreu o auge da criação de sindicatos e a proliferação de movimentos sociais.

A questão trabalhista na Colômbia acompanha as fragilidades políticas e econômicas do país, além de suas instabilidades territorial e social causadas pelas crises políticas e duras ondas de violência, desde o período colonial até a dominação do narcotráfico. Leis de conteúdo trabalhista começam a surgir no final do século 19, mas somente a partir da década de 1930, a legislação ganha força e clareza na medida em que as instituições de fiscalização e justiça são constituídas. Na Argentina, os direitos trabalhistas foram sufocados em uma sociedade oligárquica e posteriormente pela predominância de um estado autoritário até 1943. A classe operária encontrou respaldo no governo de Perón, com a inclusão de institutos que apoiavam o trabalhador, na Reforma Constitucional de 1949. A política peronista se apoiava nas bases de controle da classe operária e no poder advindo das massas.

A legislação trabalhista do Uruguai está disposta em leis esparsas, não havendo codificação em um único instrumento normativo. A proteção laboral uruguaia é tutelada por normas heterônomas, em que o estado atua como agente regulador externo impondo as medidas a serem cumpridas. Entretanto a legislação possui diversas lacunas, que são supridas por entendimentos jurisprudenciais e doutrinários, ocasionando um sistema desorganizado e falho.

No Brasil, o período compreendido entre 1937 e 1945, denominado de Estado Novo, possibilitou a consolidação corporativista das relações de trabalho. Os trabalhadores brasileiros e os movimentos trabalhistas se tornaram, nesta época, subordinados ao Estado, de forma que os direitos e a autonomia das classes operárias foram restringidos. Foi somente em 1943, que as leis trabalhistas ganharam força no país através da codificação e organização da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). A relevante contribuição da CLT para os movimentos trabalhistas brasileiros permitiu que os empregados urbanos tivessem assegurados seus direitos diante de um mercado de trabalho até então pouco assistido pelo Estado. Embora a CLT tenha possibilitado diversos benefícios à classe trabalhadora, seu objetivo não era somente proteger o empregado, mas ao mesmo tempo controlá-lo.

Predomina em toda região latino-americana a semelhança entre os direitos trabalhistas e as constituições das Justiças do Trabalho, que baseadas historicamente no descumprimento das legislações, sofrem com o alto volume de demandas judiciais.

Recentemente, muitos países do continente sul-americano enfrentaram a flexibilização da legislação trabalhista e a consequente precarização do trabalho, como justificativa de uma política pública para a solução de crises econômicas. Entretanto, percebe-se que o abrandamento dessas legislações se mostra como um retrocesso às conquistas dos movimentos sociais e um incentivo à exploração da classe dos trabalhadores pelo sistema capitalista.

Dessa forma, a evolução da sociedade e das relações econômicas não serão alcançadas com a extinção de direitos fundamentais, basta analisar a história recente e verificar que as ausências de leis, de um sistema de fiscalização e da falta de planejamento público contribuíram para a formação de estados com altos índices de desigualdade social, desemprego e práticas discriminatórias nas relações laborais.

4.3 - O Massacre das Bananeiras

A busca por reconhecimento de direitos e a forma repressiva que o Estado tratou essas manifestações populares são reflexos na literatura de García Márquez, intelectual politicamente

engajado, que apresentava denúncias e discussões sobre as esferas econômicas e políticas em suas obras. Dessa forma, o romance, aqui analisado, externaliza um discurso que possui uma forte vertente de idealismo político e questões sociais, tais como os movimentos trabalhistas do século 20 que ocorreram na América Latina.

A empresa United Fruit Company, que inspirou o escritor colombiano a criar a *Companhia Bananeira* em seu romance, esteve presente em sua vida por meio de histórias contadas por seu avô. A companhia norte-americana pertencia a Minor Cooper Keith, membro de uma rica família do Brooklyn, de Nova Iorque, que se estabeleceu em Santa Marta, na Colômbia, no final do século 19 para plantar bananas para exportação, na região de Magdalena. O empresário fundador tornou-se muito conhecido na região, pois além da implantação da exportadora de frutas, foi responsável pela conclusão de uma ferrovia que ligava a produção de bananas ao porto, localizado em Porto Rico.

A dimensão e o poder da UFC eram tão fortes que foram instaladas filiais em outros países da América Latina, tais como Equador e Guatemala. A forma desumana como seus trabalhadores eram tratados serviram de base para outras obras literárias, como por exemplo a *Trilogia Bananeira*, publicada entre as décadas de 1950 e 1960, pelo escritor guatemalteco Miguel Angel Asturias.

Era de conhecimento geral, na época, que a companhia norte-americana possuía fortes ligações com o governo de Miguel Abadía Méndez, presidente colombiano entre 1926 e 1930 pelo partido Conservador. Neste sentido, os privilégios que o governo lhe fornecia eram bem maiores do que as demais empresas estrangeiras recebiam, ademais enormes territórios foram concedidos para que fossem utilizados com o plantio de bananas.

O apoio do partido conservador exerceu na direção da UFC uma forte influência de combate aos movimentos sociais e às lutas por direitos da classe trabalhadora, isso porque, acreditava-se que estas reivindicações eram financiadas e fomentadas por partidos comunistas.

O cenário desenhado pela empresa apresentava o ápice da desumanização do trabalho ao fornecer aos funcionários um ambiente laboral insalubre e perigoso, com recursos escassos ou até mesmo inexistentes para um desenvolvimento produtivo e saudável.

O vínculo empregatício dessas pessoas com a empresa americana era realizado mediante terceiros, ou seja, pessoas que atuavam como empreiteiros intermediários de trabalho, dessa forma, a companhia se isentava de prestar assistência e condições dignas para seus funcionários. Diante disto, em razão da precariedade dos documentos e registros bem como da falta de formalização das relações de trabalho, o número estimado de trabalhadores que prestavam

serviços nas plantações de bananas e demais setores era impreciso, mas estimado entre 10.000 e 30.000 pessoas.

Em meados de 1927, milhares de pessoas trabalhavam em suas plantações de bananas, em situação análoga à condição de escravos. Esses trabalhadores exerciam em média 12 horas efetivas de trabalho e não recebiam remuneração em dinheiro, mas créditos para serem utilizados nas dependências da empresa, em troca de mercadorias básicas de subsistência.

Em novembro de 1928, por meio de um sindicato, foi encaminhado um documento aos dirigentes da companhia de exportação, em que constava algumas reivindicações trabalhistas que cobravam o cumprimento de preceitos já previstos nas leis colombianas. Tratava-se de normas de segurança, ambiente de trabalho adequado, moradias com condições mínimas de higiene e um aumento de 50% nas remunerações.

A United Fruit não aceitou a pauta requerida pelos trabalhadores e as negociações com o sindicato foram cessadas abruptamente, pois não eram consideradas justas e sim subversivas ao sistema implantado. Diante disto, em 12 de novembro de 1928, iniciou-se uma grande paralisação trabalhista, embasada no slogan: *“Pelo operário e pela Colômbia”*.

O movimento foi qualificado pela imprensa, pelo governo e pela empresa como sendo uma forma de organização revolucionária comunista, em que agentes russos infiltrados teriam inflamado os ânimos dos operários para a insurreição trabalhista, a fim de propagar os ideais liberais.

O alto executivo da companhia, pressionado pela movimentação popular, recorreu ao governo de Miguel Abadía Méndez, que prontamente declarou estado de sítio na região afetada pela greve, por perturbação da ordem pública e, ainda, enviou tropas do exército nacional para conter a paralisação. Sob o comando do General Carlos Cortés Vargas, os militares tinham como objetivo e prioridade a proteção das dependências físicas da empresa e da vida dos dirigentes que ainda permaneciam no local.

Apesar da manutenção das forças militares no movimento e a recusa por parte da companhia em estabelecer negociações com os sindicatos, os trabalhadores se mantiveram fortes em sua luta e ampliaram a paralisação para o transporte ferroviário, em Ciénaga.

Na noite de 5 de dezembro de 1928, os grevistas se reuniram na praça central da cidade de Ciénaga, região de Magdalena, com o objetivo de ouvir o pronunciamento do governador, que supostamente seria o mediador de uma possível negociação entre empregados e empregador, entretanto, na praça, encontrava-se o general Cortés Vargas e seu exército, que rapidamente cercou os manifestantes.

Durante a madrugada, do dia 6, o general leu um decreto sobre perturbação da ordem e exigiu que a multidão se dispersasse sob pena de abrir fogo a quem desobedecesse. As pessoas se recusaram a deixar a praça e as tropas posicionadas nos telhados das casas vizinhas atiraram incessantemente contra o povo desarmado, sem possibilitar alguma forma de se proteger ou fugir. O número de pessoas atingidas e mortas pelo exército até hoje é incerto, mas se estima que havia centenas de operários, que inclusive, estavam acompanhados de esposas e filhos pequenos.

O político e advogado, Jorge Eliécer Gaitán, filiado ao partido Liberal e opositor ao governo, denunciou o massacre ao congresso colombiano e acusou os militares, comandados por Cortés Vargas, de atuar de forma premeditada e a executar cruelmente pessoas indefesas. A partir disso, uma comissão de inquérito foi formada para apurar os fatos e descobriu-se a existência de cemitérios clandestinos e valas comunitárias, assim se acredita que o número de mortos decorrentes dessa greve tenha ultrapassado 1.500.

Em janeiro de 1929, o embaixador estadunidense na Colômbia, Jefferson Caffery, escreveu um comunicado oficial para Washington, em que comemorava as mortes dos grevistas, “eu tenho a honra de informar que o assessor jurídico da United Fruit Company aqui em Bogotá, disse ontem que o total de grevistas mortos por autoridades militares colombianas estava entre 500 e 600”. Esse telegrama se encontra, atualmente, no National Archives de Washington.

O episódio, que ficou conhecido historicamente como o massacre das bananeiras, não resultou em qualquer responsabilidade penal ou política para seus idealizadores e executores, pelo contrário, o general Carlos Cortés Vargas foi promovido a diretor da Polícia Nacional e permaneceu neste cargo até ser destituído, pelo envolvimento na morte de um jovem de classe alta e influência política, em junho de 1929.

Diante de todos estes fatos apresentados, compreende-se que a United Fruit Company, representava a submissão que os países da América Latina prestavam aos Estados Unidos. A partir deste conflito, ficava claro a ideologia repressiva das empresas estrangeiras e o sistema de intervenção norte-americano nos países latinos, em que exerciam enorme poder sobre os governos, a ponto de serem reconhecidos mundialmente como “repúblicas das bananas”.

Gabriel García Márquez nasceu no ano de 1927, na cidade de Aracataca, cerca de 60 quilômetros de distância da cidade de Ciénaga, local em que ocorreu o massacre das bananeiras. Ainda que contasse com 1 ano de idade, cresceu escutando histórias de seu avô sobre o acontecimento, além de vivenciar o sistema de vassalagem que os Estados Unidos da América exerciam sobre a Colômbia.

Anos mais tarde, o escritor utilizou a histórica greve da United Fruit Company e as questões sociais e políticas que a envolviam em seu romance, de forma a possibilitar que o leitor pudesse sentir e refletir os fatores que ensejaram as reivindicações trabalhistas e como isto foi tratado pelo governo e pela própria empresa.

4.4 - A relação da literatura de García Márquez com o contexto histórico dos movimentos trabalhistas

Inicialmente, García Márquez aborda as primeiras manifestações lideradas por José Arcádio Segundo o qual junto a outros sindicalistas reivindicavam melhores condições de trabalho e moradia adequada aos funcionários da Companhia Bananeira, conforme vem apresentado:

José Arcádio Segundo e outros dirigentes sindicais que até então tinham permanecido na clandestinidade apareceram intempestivamente um fim de semana e promoveram manifestações nas aldeias e povoados da zona bananeira. A polícia se conformou em vigiar a ordem. Mas na noite de segunda-feira os dirigentes foram arrancados de suas casas e mandados com grilhões de cinco quilos nos pés para o cárcere da capital provincial (p. 323).

Assim como ocorreu na década de 1920, na cidade de Ciénaga, os movimentos trabalhistas na fantasiosa Macondo foram tratados de forma repressiva por aqueles que detinham o poder e o dever de conceder melhores condições de vida e de trabalho a quem necessitava.

As questões levantadas pelo autor no que tange às exigências laborais, assemelham-se aos inúmeros dilemas enfrentados pela classe operária do século 20, na América Latina. Os movimentos sindicais, as greves e outras formas de manifestação exigiam requisitos na adequação do ambiente de trabalho e na elaboração de uma legislação mínima para a tutela das relações entre as forças trabalhistas e o empregador capitalista, praticamente ausente nos países latino-americanos. A falta de condições mínimas de existência humana digna tornava-se cada vez mais difícil de suportar e o inconformismo da classe operária ganhava força, conforme o trecho abaixo do romance:

No entanto, antes que se passassem três meses estavam em liberdade, porque o governo e a companhia bananeira não conseguiram chegar a um acordo sobre quem deveria alimentá-los na cadeia. Desta vez, o inconformismo dos trabalhadores se

baseava na insalubridade das moradias, no engodo dos serviços médicos e na iniquidade das condições de trabalho (p. 323).

Com a adoção do sistema capitalista, a dignidade do trabalhador não se tornou um fator de importância e preocupação dos grandes executivos e industriais. O trabalhador era visto apenas como uma força produtiva, parte integrante da geração de capital, facilmente substituível e descartável.

Dessa forma, esse modo de organização do trabalho em que o empregado era submetido à intensa exploração de sua mão de obra e no usufruto de péssimas condições no ambiente de trabalho, mostrou-se corriqueiro no precário e tardio processo de industrialização da América Latina.

A liberdade do trabalhador de contratar empregos com disposições dignas de trabalho não era e, em alguns casos, ainda não é, uma questão plenamente aceitável dadas as condições das leis de oferta e procura, uma vez que é comum que o complexo laboral imponha às pessoas a aceitação das piores condições de trabalho e de retribuição financeira, que não supre as necessidades básicas do empregado e de sua família.

Posto isso, verifica-se que o trabalho remunerado deveria ser o alicerce do sistema econômico, isto porque exerceria a função primordial na vida em sociedade, em virtude da inserção de pessoas economicamente ativas que permitiriam o giro do capital e as movimentações financeiras do mercado.

O salário é, portanto, requisito obrigatório de todo contrato de trabalho e direito fundamental da pessoa humana, com previsão legal na Declaração Universal dos Direitos do Homem, em seu artigo XXIII:

Todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.

De acordo com a teoria dominante, salário é a contraprestação recebida ao final de um período de trabalho, como parcela de natureza econômica, paga pelo empregador ao empregado como pagamento aos serviços prestados, em razão do contrato de trabalho.

A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, convocada em Genebra pelo Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho, em 8 de junho de 1949, adotou diversas proposições em relação à proteção do direito dos trabalhadores, entre elas a regra de que as remunerações atribuídas aos empregados devem ser pagas exclusivamente

em moeda de curso legal; o soldo sob forma de ordem de pagamento, bônus, cupons, ou sob qualquer outra configuração que se suponha representar a moeda de curso legal, é proibido.

García Márquez levanta esta questão em sua narrativa ao dispor que uma das principais motivações que ensejaram o início das manifestações, e posteriormente, a grande greve dos trabalhadores da Companhia Bananeira foi justamente o fato dos salários serem pagos em forma de vales e só poderem ser gastos dentro da própria empresa. Vejam o que dispõe o romance:

Afirmavam, além disso, que não eram pagos em dinheiro, mas com vales que só serviam para comprar presunto da Virgínia nos armazéns da companhia. José Arcádio Segundo foi encarcerado porque revelou que o sistema dos vales era um recurso da companhia para financiar seus barcos fruteiros, pois se não fosse pela mercadoria dos armazéns teriam de vir vazios de Nova Orleans até os portos de embarque da banana (p. 324).

Este esquema de pagamento em vales é conhecido como *Truck System*, que surgiu na Inglaterra, no século 15 e se expandiu durante a Revolução Industrial. Consiste no sistema pelo qual o empregador efetua o pagamento dos salários em forma de créditos ou vales para que os empregados adquiram mercadorias dentro da própria empresa ou de terceiros subordinados a ele.

Essa prática viola o direito do trabalhador, que perde sua autonomia e se torna escravo do empregador, uma vez que esses artigos de primeira necessidade geralmente são de má qualidade e fixados com preços abusivos, o que gera um estado de endividamento e submissão perpétuo.

A saúde do empregado e a proteção social no cenário das relações de trabalho também são assuntos importantes desenvolvidos no romance de García Márquez. A obra aborda o descaso que a empresa tratava seus funcionários e como essa questão se tornava um problema social. O autor utiliza os recursos literários para explorar com precisão os problemas de saúde e a falta de segurança enfrentados pelos trabalhadores nas grandes empresas da América Latina.

As outras acusações eram de domínio público. Os médicos da companhia não examinavam os doentes, mas os faziam ficar parados em fila indiana na frente dos dispensários e uma enfermeira punha em suas línguas uma pílula da cor do vitríolo azul, tivessem impaludismo, blenorragia ou constipação. Era uma terapêutica tão generalizada que as crianças entravam na fila várias vezes, e em vez de engolir as pílulas as levavam para suas casas para marcar com elas os números cantados no jogo de víspera (p. 324).

As relações de trabalho e a saúde dos operários é um tema que ganhou visibilidade na Europa, no século 19, com a criação da Medicina do Trabalho e a implantação de assistência médica dentro das empresas. A adoção dessas medidas não tinham como prioridade a promoção de saúde aos colaboradores, mas, sim, a manutenção da produção maciça. García Márquez coloca em evidência a precariedade e a desumanidade a que os funcionários da Companhia Bananeira eram submetidos:

Os trabalhadores da companhia eram amontoados em palhoças miseráveis. Os engenheiros, em vez de construir latrinas, levavam aos acampamentos, no Natal, uma retrete portátil para cada cinquenta pessoas, e faziam demonstrações públicas de como utilizá-las para que durassem mais (p. 324).

Desde a fundação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1929, houve uma preocupação na elaboração e inserção de normas preventivas que regulamentassem a proteção dos direitos humanos do trabalhador, por meio de políticas e programas internacionais que priorizassem a melhoria das condições de vida e de trabalho e a proteção dos grupos mais vulneráveis da classe, como as mulheres, crianças e migrantes.

Entretanto, a luta por direitos básicos nas relações de trabalho sempre foi vista como um grande inconveniente ao avanço do capital, e os sindicatos, atores desse processo, vistos como nocivos a todo sistema capitalista, principalmente por meio da política neoliberalista implantada no século 20, na América Latina, cujas principais características eram a flexibilização das legislações que regulavam a economia e a restrição aos direitos trabalhistas.

O sistema judiciário aparece no romance, quando os trabalhadores decidem encaminhar ao executivo da Companhia Bananeira uma petição contendo todas as reivindicações pelas quais lutavam. Os advogados representados por homens de preto são descritos pelo autor como aqueles que criavam verdades por meio do excesso de formalismo e das argumentações pretenciosas:

Os decrepitos advogados vestidos de negro que em outros tempos assediaram o coronel Aureliano Buendía, e que agora eram procuradores da companhia, desvirtuavam essas acusações com chicanas que pareciam coisa de magia. Quando os trabalhadores redigiram um documento de petições unânimes, passou-se muito tempo sem que pudessem notificar oficialmente a companhia bananeira (p. 324).

Em primeiro plano, ao analisar o trecho acima, destaca-se como o discurso jurídico, ao adotar uma linguagem rebuscada e o uso excessivo da liturgia afeta a eficácia do acesso à justiça. Ao longo da história, a linguagem jurídica especificou-se de tal forma que passou a

segregar as relações sociais e a ser utilizada como exercício de poder, demonstração de erudição e autoridade. Os termos técnicos e conceitos específicos do Direito somados à complexa organização dos espaços jurídicos adquiriram caráter intimidatório e geraram ao cidadão comum o não reconhecimento desse ambiente como um lugar adequado para a resolução de seus conflitos e a busca por justiça social.

Como qualquer outra ciência, é natural que o Direito possua uma linguagem técnica, que englobe termos e conceitos utilizados dentro da área de conhecimento, porém os recursos de ornamentação, arcaísmos e expressões latinas exageradas levam à perda do fundamento humanitário das ciências jurídicas, cujo foco deveria ser sempre a dignidade humana e o atendimento a suas necessidades urgentes. No caso em tela, o narrador declara que os procuradores da companhia “desvirtuavam essas acusações com chicanas que pareciam magia”, pressupondo-se, na visão dos trabalhadores, que o exercício da advocacia e todo processo judicial, por meio de terminologias e signos inacessíveis, tinham a função de criar verdades, a fim de atender aos interesses do poder econômico e excluir os necessitados.

Para Pierre Bourdieu, em o *Poder Simbólico* (2007), o Direito e o discurso jurídico são concebidos como manifestação do poder simbólico, em que as limitações às interpretações jurídicas embasam o controle social. O autor formula a ideia de que as normas jurídicas são símbolos que controlam a conduta humana, de modo que a sociedade aceita e se submete à imposição das obrigações sem contestar ou se subverter.

Quando o Estado toma para si o dever de aplicação do Direito e a tutela dos conflitos sociais, eclode a necessidade de um discurso persuasivo, que edifique e exponha os fatos de forma clara e efetiva. O discurso jurídico extremamente burocrático, com suas particularidades inoportunas foi comparado por inúmeros operadores do Direito às missas rezadas em latim, diante da expressão linguística complexa e da ritualística autocrática, que afasta seus seguidores da verdadeira essência da fé e da comunhão. Dessa forma, o que se quer extrair dessa reflexão é que o Estado exerce um fator de dominação sobre a sociedade, ao concentrar o conhecimento jurídico e a compreensão de direitos fundamentais a uma elite letrada, enquanto grande parte da população sofre os efeitos da desigualdade social e do processo de hierarquização de forças econômicas.

Nesse sentido, a linguagem normativa acessível pode ser garantida aos homens médios, para a fácil compreensão das informações processuais e consequentemente a interação necessária entre o Direito e a sociedade, tendo em vista que conhecimento prévio das leis e uma interpretação limpa de sua aplicação permitem o exercício da cidadania e a concretização do Estado Democrático de Direito.

Ainda diante desta visão pessimista sobre o judiciário, manifestada por meio da forma como o processo se desenvolve e é manipulado para beneficiar às elites em detrimento das minorias, na passagem abaixo, García Márquez retrata criticamente e de maneira bem realista a insatisfação do povo perante este sistema, deixando transparecer a ausência de resoluções justas e compatíveis com a lei. Vejam:

Os enlutados advogados demonstraram em juízo que aquele homem não tinha nada a ver com a companhia, e para que ninguém pusesse em dúvida seus argumentos fizeram com que o usurpador fosse preso. Mais tarde, o senhor Brown foi surpreendido viajando incógnito num vagão de terceira classe, e fizeram com que assinasse outra cópia do documento de petições. No dia seguinte compareceu diante dos juízes com os cabelos pintados de negro e falando um castelhano sem tropeços. Os advogados demonstraram que não era o senhor Jack Brown, superintendente da companhia e nascido em Prattville, Alabama, e sim um inofensivo vendedor de plantas medicinais, nascido em Macondo e ali mesmo batizado com o nome de Dagoberto Fonseca. Pouco depois, diante de uma nova tentativa dos trabalhadores, os advogados exibiram em lugares públicos o certificado de defunção do senhor Brown, autenticado por cônsules e chanceleres, e no qual se dava fé de que no dia nove de junho próximo passado ele havia sido atropelado em Chicago por um carro de bombeiros. Cansados daquele delírio hermenêutico, os trabalhadores repudiaram as autoridades de Macondo e elevaram suas queixas aos tribunais supremos. E foi lá que os ilusionistas do direito demonstraram que as reclamações careciam de qualquer valor, simplesmente porque a companhia bananeira não tinha, nem tivera jamais, trabalhadores a seu serviço, mas os recrutava ocasionalmente e em caráter temporário. Portanto, desbaratou-se a patranha do presunto da Virginia, das pílulas milagrosas e das retretes natalinas, e estabeleceu-se por decisão do tribunal, e se proclamou em decretos solenes, a inexistência dos trabalhadores (p. 325).

É justamente nesse espaço literário, entendido como a plataforma de formação de García Márquez enquanto crítico social, que ocorre a possível constatação da descrença do povo nas instituições públicas, aqui representadas pelo poder judiciário. A ideia de um sistema jurídico puro, que não sofre interferência política e econômica foi refutada ao longo da história da humanidade e pode ser observada na literatura garciamarquiana, em virtude de frentes governamentais que utilizaram o conceito de justiça para sobrepor os interesses de grupos dominantes.

O romance coloca em evidência fatores importantes da formação do poder judiciário e da perspectiva do povo sobre tais instituições democráticas. A construção textual e os eventos descritos na obra, embora caricatos e hiperbólicos, sugerem aos olhos de um povo formado por

uma enorme diversidade cultural e econômica, um panorama negativo do sistema judiciário, que perpassa da advocacia até as instâncias julgadoras. Esse cenário não se distancia da realidade observada na América Latina.

Nesse sentido, a crise na credibilidade das instituições democráticas latino-americanas está compreendida na deficiência do aparato jurídico e no atraso das resoluções dos conflitos. Historicamente a estrutura do sistema judiciário não consegue atender com eficiência e celeridade necessária a enorme demanda de casos, isso porque, o arcabouço jurisdicional sofre com um déficit administrativo, que atinge a produtividade prestacional, gerando desigualdade na condução das atividades levadas a juízo.

Para além da problemática interna do poder judiciário, existem fatores ainda mais graves que afetam a concretização da democracia e aumentam o descrédito dos poderes públicos, circunstâncias estas que comprometem a autonomia fundamental destas instituições no que tange ao exercício de suas funções constitucionais.

Assim na seara de estudos culturais e sociológicos, observa-se que países enquadrados em democracias recentes tais como os pertencentes à América Latina, a população apresenta um grau mínimo de confiança nos poderes estatais. Esse fenômeno pode ser explicado ao tomar por base a construção histórica das próprias instituições, tendo em vista as instabilidades proporcionadas por governos autoritários que causavam e, em alguns casos ainda causam, interferências diretas na independência destas entidades.

Na Colômbia, até meados do século 20, a disputa pelo poder estatal, entre liberais e conservadores impactou efetivamente a organização do sistema judiciário. Após a década de 1960, a justiça colombiana passou a sofrer com a expansão da violência e das interferências políticas de grupos de guerrilhas e de movimentos militares. Países como Argentina, Chile e Equador não requerem um exame ou concurso para o acesso à magistratura, vigorando um sistema de indicação. Já os novos magistrados do Brasil, Peru e Venezuela passam por uma rigorosa seleção de conhecimento técnico e psicológico, porém, em alguns casos, como o judiciário brasileiro, o poder executivo tem ingerência na nomeação de ministros para a composição das cortes supremas. Esse fator potencializa o poder do Executivo ao conformar os órgãos superiores de acordo com as linhas ideológicas de seu governo.

É evidente a importância de um sistema jurídico sólido e independente dentro de um Estado Democrático de Direito. Hely Lopes Meireles, *Direito Administrativo Brasileiro* (2020) ensina que os integrantes dos órgãos julgadores e do Ministério Público são agentes políticos que exercem função fiscalizatória e como tais devem agir com total imparcialidade, sem vínculos subjetivos com o processo, a fim de conduzi-lo com isenção e garantir às partes

isonomia, evitando assim qualquer tipo de favoritismo ou predisposição. Dessa forma, a interferência política de autoridades que poderão ser alvo de fiscalização e investigação pelo poder judiciário contamina violentamente os princípios fundamentais da justiça em sua mais plena acepção.

O trecho de *Cem anos de solidão*, destacado acima, aborda aspectos polêmicos, porém comuns na luta cotidiana pela efetivação de direitos inerentes à dignidade da pessoa humana. A burocratização do acesso à justiça e a presença da influência econômica sobre os poderes públicos gera a anulação dos trabalhadores da Companhia Bananeira, que passam a ser vistos como vilões e não como vítimas de um grupo dominante que lhes tirou todas as oportunidades.

Ao seguir com o desenvolvimento do romance, García Márquez alude à deflagração da greve e ao grande massacre que ocorreu em frente à estação de trem de Macondo. Acontecimento que marcou profundamente a história do povoado.

José Arcádio Segundo estava no meio da multidão que se concentrou na estação desde a manhã da sexta-feira. Havia participado de uma reunião dos dirigentes sindicais e tinha sido encarregado, junto com o coronel Gavilán, de se confundir na multidão e orientá-la de acordo com as circunstâncias. Não se sentia bem, e amassava uma pasta salobra no céu da boca desde que percebeu que o exército havia armado ninhos de metralhadoras ao redor da praça, e que a cidade cercada da companhia bananeira estava protegida por peças de artilharia. Lá pelo meio-dia, esperando um trem que não chegava, mais de três mil pessoas, entre trabalhadores, mulheres e crianças tinham transbordado o espaço descoberto na frente da estação e se apertavam pelas ruas adjacentes, que o exército fechou com filas de metralhadoras (p. 327-328).

Retomando a interlocução entre a literatura e os movimentos trabalhistas, pode-se verificar que a marca ideológica de García Márquez é fundamentada na adoção de uma narrativa que servia aos objetivos da causa social e tencionava a conscientização da dura realidade dos trabalhadores no cenário de industrialização da América Latina. Diante do recorte proposto para análise, a forma crítica em que o autor levanta essa problemática busca aproximar sua obra ao evento do massacre das bananeiras.

O discurso adotado no romance legitima e reforça a experiência de José Arcádio Segundo como indivíduo, inserido em um modelo de exploração e disputa de poder, no qual permanece à margem da sociedade, excluído, marginalizado e sem amparo legal. Ao mesmo tempo, apresenta uma visão coletiva da luta sindical por melhores condições de vida, em que é possível compreender a força que a organização proletária pode exercer sobre as estruturas do poder. A personagem representa a estirpe Buendía que atua na defesa do território macondense e de seus habitantes, fortalecendo a dura ligação existente entre a família e o povoado.

Ao tomar por base as movimentações trabalhistas ocorridas na América Latina, no século 20, percebe-se que os trabalhadores sempre foram alvo das perseguições políticas de governos autoritários, por meio de ataques e repressões violentas aos seus órgãos representativos, além de implantações de medidas que beneficiavam os interesses das elites econômicas, à custa do empobrecimento e das péssimas condições de trabalho dessa classe operária.

As ações militares perpetradas contra os movimentos trabalhistas ocasionaram sérias violações de direitos humanos, consagrados na legislação internacional, especialmente em convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A esse exemplo, cita-se a violação à liberdade de associação, a fim de controlar as organizações sindicais; as prisões ilegais, como método de repressão, seguidas de torturas, assassinatos e desaparecimentos injustificados, bem como inúmeras mortes e massacres de pessoas que lutavam à frente das causas trabalhistas.

Mesmo diante desse quadro repressivo, os trabalhadores latino-americanos estiveram mobilizados na busca por direitos e reconhecimento de sua classe, na esperança de construir um movimento trabalhista democrático e sólido, a fim de estabelecer estratégias opostas às estruturas corporativistas impostas pelo sistema econômico e defendidas por políticas públicas que desvalorizavam a força operária. A união dos trabalhadores e a reivindicação de direitos rompem com o *status quo* e possibilitam a difusão de uma ideia revolucionária que denuncia as agruras do sistema social e vislumbra uma libertação futura.

García Márquez resgata detalhes importantes do dia 6 de dezembro de 1928, em que durante uma manifestação na praça de Ciénaga, centenas de pessoas foram executadas em uma ação prepotente do exército colombiano. Volta-se, novamente, à concepção da obra literária como produto da criação humana e a tensão na discussão da representação da realidade por meio da arte. Nesse sentido, levanta-se novamente a posição de Antonio Candido em que defende que o texto e contexto se fundem por intermédio da relação dialética, em que o externo e o interno tornam-se parte de um mesmo conjunto.

Ainda nesse sentido, Rama (2001) aponta que a literatura entre as décadas de 1930 a 1950 passou a representar uma classe social de emergentes, submissa aos desmandos de uma estrutura dominante e exploradora. As obras neste período buscavam restabelecer a característica nacional-regionalista, como afirma no trecho abaixo:

Restabelecer as obras literárias dentro das ações culturais desenvolvidas pelas sociedades americanas, reconhecendo suas audaciosas construções de significados e o ingente esforço para tratar autenticamente as linguagens simbólicas desenvolvidas

pelos homens americanos, é um modo de reforçar esses conceitos vertebrais de independência, originalidade, representatividade. As obras literárias não estão fora das culturas, mas as coroam, e na medida em que essas culturas são invenções seculares e multitudinais, fazem do escritor um produtor que trabalha com as obras de inumeráveis homens (p. 247).

As particularidades presentes no romance que permitem a associação com a realidade são abordadas e definidas de acordo com o desenvolvimento da narrativa, dentro daquilo que for fundamental ao fortalecimento da história. Assim ao tratar do massacre da Companhia Bananeira, percebe-se que o autor utilizou elementos externos para recriar um evento baseado em questões sociais de sua vivência e a literatura, nesse ponto, pode ser compreendida como um aporte à compreensão da conexão com a realidade social. Esse reflexo é bastante claro na obra de García Márquez, a exemplo disso é possível verificar no texto literário elementos significativos dos eventos que marcaram a história da Colômbia, como observa-se no trecho abaixo:

[...] o Decreto Número 4 do Chefe Civil e Militar da província estava assinado pelo general Carlos Cortes Vargas e pelo seu secretário, o major Enrique García Isaza, e em três artigos de oitenta palavras declarava que os grevistas eram uma quadrilha de malfeitores, e facultava ao exército o direito de matá-los a bala (p. 328).

Ao citar o Decreto Número 4 do Chefe Civil e Militar, García Márquez alude, mais uma vez, ao episódio de Ciénaga, quando o general Cortés Vargas leu aos grevistas da United Fruit Company o decreto que classificava o ato como de perturbação da ordem e requeria aos manifestantes a desocupação da praça. O discurso é tão direcionado que os dados oficiais do decreto, incluindo seu número e a quantidade de páginas, foram utilizados pelo autor, que recorreu aos registros dos Arquivos Nacionais da Colômbia.

Nesse ato, também é possível avaliar a perspectiva negativa que o Estado difundiu sobre a luta dos trabalhadores por condições mais dignas de trabalho. Os atores dos movimentos grevistas eram vistos como “uma quadrilha de malfeitores”, de pessoas que tinham a intenção de atrasar a economia, de praticar a corrupção, de depredar patrimônio público e privado e de praticar ações ilegais. Essa ideia ao longo dos anos foi implantada no seio da sociedade latino-americana e os movimentos de trabalhadores taxados de reduto de bandidos.

As principais medidas públicas adotadas pelos governantes durante a ascensão das lutas trabalhistas, foram os ataques às organizações sindicais, a fim de dismantelar as instituições, pois sem uma organização institucional solidificada os trabalhadores não teriam força

necessária para modificar o sistema. Assim o Estado passa a atuar de forma repressiva para desarticular as bases sindicais.

A repressão estatal violenta pode ser vista na forma como o autor descreve com minuciosos detalhes os militares atacarem as pessoas que se manifestavam pacificamente em uma praça:

No final de seu grito aconteceu uma coisa que não produziu nele nenhum espanto, mas uma espécie de alucinação. O capitão deu a ordem de fogo, e catorze ninhos de metralhadoras responderam no ato. Mas tudo parecia uma farsa. Era como se as metralhadoras tivessem sido carregadas com balas de festim, porque ouviu-se a tosse arfante, e viam-se as suas cusparadas incandescentes, mas não se notava a mais leve reação, nem uma voz, nem mesmo um suspiro, na multidão compacta que parecia petrificada por uma invulnerabilidade instantânea (p. 329).

Como já apontado neste trabalho, García Márquez busca em sua escrita estabelecer técnicas de verossimilhança com as histórias contadas por seus avós e episódios históricos ocorridos em toda América Latina. No trecho acima, observa-se todo espanto, horror e desespero de José Arcádio Segundo ao perceber que de fato os militares abriam fogo contra pessoas inocentes, sendo elas mulheres, crianças e trabalhadores que só reivindicavam o que lhes cabia por direito. Sob a ótica da ficção e de toda licença poética fornecida pela literatura, percebe-se que o autor rememora o massacre da United Fruit Company e expressa o sentimento de revolta, de perplexidade e tristeza que o evento suscitou na Colômbia.

As duas primeiras linhas já tinham se jogado, varridas pelas rajadas das metralhadoras. Os sobreviventes, em vez de se jogarem no chão trataram de voltar para a praça, e o pânico então deu rabanada de dragão e os mandou numa onda compacta contra a outra onda compacta que se movia em sentido contrário, jogada pela outra rabanada de dragão da rua oposta, onde as metralhadoras também disparavam sem trégua. Estavam encurralados, girando num torvelinho gigantesco que pouco a pouco se reduzia ao seu epicentro porque as bordas iam sendo sistematicamente recortadas em círculo, como quem pela uma cebola, pelas tesouras insaciáveis e metódicas da metralha (p. 330).

Os elementos narrativos que o autor utiliza para descrever o fato violento e sangrento em frente à estação de trem de Macondo permitem que o leitor compartilhe a angústia, o medo e a inércia dos trabalhadores frente ao covarde ataque perpetrado pelos militares. O escritor constrói um cenário de guerra ao mencionar os disparos sem trégua das metralhadoras e o pânico que se instaurou entre os presentes, que encurralados eram abatidos sem terem a chance de fugirem ou se protegerem. José Arcádio Segundo vivencia essa carnificina, em que a dor e o desespero predominam em meio à multidão. O silêncio que reverbera entre a agitação das

peessoas e a falta de ação causada pela surpresa do ato geram uma enorme confusão e aos poucos as pessoas são aniquiladas em camadas até se atingir o eixo central.

A morte de centenas de trabalhadores torna expressa a fragilidade de uma classe que, atingida pela miséria social, mobiliza-se, mas logo é duramente exterminada por um sistema burguês, que assiste ao acontecimento em seus postos de privilégio, de conforto e segurança, enquanto pais, mães e filhos morrem como se fossem insetos que atacam o centro de poder.

Quando despertou, José Arcádio Segundo estava deitado de costas nas trevas. Percebeu que iam num trem interminável e silencioso, e que estava com os cabelos engomados de sangue seco, e que seus ossos doíam. Sentiu um sono insuportável. Disposto a dormir muitas horas, a salvo do terror e do horror, acomodou-se do lado que doía menos, e só então descobriu que estava deitado sobre os mortos. Não havia espaço livre no vagão, a não ser no corredor central. Deviam ter passado muitas horas depois do massacre, porque os cadáveres tinham a mesma temperatura do gesso no outono e a mesma consistência de espuma petrificada, e quem os havia posto no vagão teve tempo de arrumá-los na mesma ordem e no sentido em que transportavam os cachos de bananas (p.331).

José Arcádio Segundo ao acordar em um trem abarrotado de mortos empilhados, exatamente como os cachos de bananas eram transportados em outros tempos, permite ao leitor a percepção de que as pessoas que trabalharam naquele empreendimento, que deram seu suor e sua força para a conquista de muitos lucros e dividendos, eram agora descartadas como um produto podre e sem vida, que já não servia mais aos interesses de seus patrões.

Esse discurso adotado por García Márquez ilustra seu ideal anti-imperialista ao denunciar os graves impactos sociais ocasionados pela intervenção econômica estrangeira na América Latina, uma vez que o autor sempre esteve vinculado a movimentos de oposição à política imperialista. Firmou sua posição ao defender a identidade latino-americana e lutou para que o continente conquistasse independência política, econômica e cultural.

As lutas desses movimentos tinham a finalidade de fortalecer as demandas populares, a regulamentação de uma legislação contra as discriminações trabalhistas e uma política econômica que combatesse as desigualdades sociais. Os temas pautavam-se na defesa de uma frente nacionalista distante do “milagre econômico” advindo do modelo neoliberal.

O conflito provocado pela Companhia Bananeira, em *Cem anos de solidão*, traz à tona a discussão da relação de exploração e submissão estrangeira que a América Latina enfrenta desde o período de colonização e que ficou mais intensa com o processo de industrialização. Nesse sentido, o autor utiliza a questão dos problemas sociais e econômicos para legitimar a identidade regional e a unidade latino-americana. Sua obra proporcionou reflexões sobre a

intervenção política frente à dominação econômica e se apoiou na defesa dos ideais de autonomia e soberania da comunicada latino-americana.

As críticas social e política, presentes no romance, retratam por meio da literatura do insólito, o processo de industrialização tardia implantado na América Latina que, forjado no investimento de capital estrangeiro e no padrão deletério de exploração de mão de obra e extração de recursos naturais, proporcionou o surgimento de um pseudoprogresso em suas nações. O grande efeito causado pela adoção desse modelo econômico é a consolidação de uma classe burguesa extremamente burocrática, cujo interesse baseava-se no seu próprio desenvolvimento, sem se preocupar com a formação de estruturas de bases nacionais e tecnologias viáveis.

Eduardo Galeano, em *As veias abertas da América Latina* (1971), retrata a relação de dependência e subordinação a que os países latino-americanos se sujeitaram ao longo de sua história, primeiro aos colonizadores e posteriormente às grandes economias mundiais. Essas submissão e exploração de recursos materiais e naturais geraram nestas nações um grande atraso econômico e uma forte repressão cultural. Assim para Galeano (2010):

Há dois lados na divisão internacional do trabalho; um em que alguns países se especializam em ganhar, e outro em que se especializam em perder. Nossa comarca de mundo que hoje chamamos de América Latina foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se abalançaram pelo mar e fincaram os dentes em sua garganta (p. 13).

Dessa forma, um dos pontos altos do romance em estudo, baseia-se em um acontecimento icônico da história da Colômbia e por meio dele é possível analisar o tratamento desumano dado aos trabalhadores latino-americanos, que careciam de qualquer valor nas relações de proteção laboral e seguridade social, sem amparo de uma legislação que pudesse garantir o mínimo para uma vida com dignidade. O descaso que as autoridades conferem aos trabalhadores em Macondo, ao negar o reconhecimento de seus direitos resultam na proclamação oficial da inexistência dessas pessoas.

Assim, ao tomar a história da América Latina como parâmetro, percebe-se a verossimilhança com a narrativa de García Márquez, haja vista que em ambas ocorrem o massacre de pessoas inocentes em nome da ordem e do Estado de Direito, cujos dados oficiais são deturpados pelas autoridades.

Por fim, merece destacar que após a violenta intervenção militar ocorrida no vilarejo, Macondo sofre com um fenômeno natural extremado, em que fortes chuvas tomam conta da região por quatro anos, onze meses e dois dias. Esse acontecimento consagra o silenciamento e

o esquecimento do episódio dos trabalhadores e de suas lutas. Além disso, marca o fim de uma fase do romance, em que o paraíso de José Arcádio Buendía é violado pela interferência estrangeira, explorado e massacrado em proveito de lucros, retomando, assim, seu estado original, em torno de uma atmosfera mítica e regionalista.

5. AS MOBILIZAÇÕES AGRÁRIAS E SEU REFLEXO NA LITERATURA

A estrutura fundiária, as mobilizações políticas e a violência social e institucional para o estabelecimento de direitos de propriedade são fatores regulares na análise histórica da América Latina. Nesse sentido, este capítulo tem o intuito de investigar e expor os reflexos desse fenômeno na narrativa de *Cem anos de solidão*.

O romance de García Márquez germinado sobre as inquietações latino-americanas, do século 20, traz claras demonstrações da situação territorial do continente, da posse forçada das terras e das fraudes na formalização dos títulos de propriedade, razão que torna fundamental sua discussão e questionamento sobre a dimensão da influência do direito de propriedade e dos conflitos de terra em sua literatura. Assim constitui objetivo desse capítulo examinar o vínculo entre o discurso literário garciamarquiano e as mobilizações territoriais do continente, estabelecendo uma relação dialógica, capaz de desvendar diferentes análises comparativas entre literatura, história e concretização de direitos.

Antes de adentrar ao tema especificamente proposto, é importante salientar a perspectiva da intertextualidade narrativa presente na obra analisada. Ao considerar a transcendência histórica, a aproximação das memórias e o ideário político presentes no processo de escrita de García Márquez, verifica-se que a construção textual se constitui de um aglomerado de componentes temáticos essenciais à compreensão da relação literária com a bagagem cultural e a formação dos estados latino-americanos.

Desse panorama, é possível compreender que os eventos e as bases históricas utilizados na obra podem ser definidos de acordo com os estudos de Hayden White, que considera esse efeito como “imaginação construtiva” (1994, p. 100). O autor defende que a narrativa histórica não deve ser interpretada de forma absoluta, pois mesmo ao retratar episódios e acontecimentos reais pressupõem a adoção de características figurativas, de acordo com a visão do historiador. Seguindo essa lógica, a pintura de fatos históricos não se distancia da ficção, pelo contrário, aproxima-se e permite que o autor do romance se utilize das lacunas historiográficas para complementar com subjetividade, alegorias e licença poética.

Embora a obra analisada não se enquadre na categoria de romance histórico, por seu desenvolvimento se dar em um espaço e em um tempo indeterminado, bem como suas personagens não designarem diretamente nenhuma figura histórica, não há como estudar sua narrativa, sem se atentar à verossimilhança com o contexto histórico da América Latina e suas referências a eventos marcantes.

García Márquez tinha plena consciência de que seu romance trabalhava a interlocução entre a história e a literatura, tanto que deixou claro em diversas entrevistas e mesmo em sua biografia que *Cem anos de solidão* partiu de seu imaginário e de suas memórias de infância, que consequentemente envolvem a história de sua terra natal, a Colômbia. Ao trabalhar com elementos da realidade de seu povo o escritor reconhece: “[...] não há uma única linha em meus livros que não tenha surgido de um fato verdadeiro que conheci ou que me contaram ou que eu tenha vivido”.¹² (1996, p.5).

Os recursos narrativos, as hipérboles e os elementos míticos utilizados na obra pelo autor criam um universo insólito, mas também contribuem para traçar pontos significativos da história da América Latina e das questões geográficas, econômicas e sociais desse povo. Tomando essa ideia como parte da interpretação da obra, Vargas Llosa (2006) afirma sobre a obra:

[...] um dos mais vastos e duráveis mundos literários forjados por um criador do nosso tempo. A imaginação, aqui, rompeu todas as suas amarras e galopa, atrevida, febril, vertiginosa, se permitindo todos os excessos, levando de encontro todas as convenções (p.156).

Tais informações corroboram com a ideia de real maravilhoso, do escritor Alejo Carpentier, concebido em 1949, em seu livro *O reino deste mundo*. O termo elaborado pelo cubano designava uma característica de escritores latino-americanos, que buscavam em suas narrativas reproduzir a cultura da América Latina, seus acontecimentos históricos e as mazelas sociais, ao mesmo tempo que introduziam elementos sobrenaturais, mágicos e comuns da cultura popular, como viu-se no início deste estudo.

Os insólitos eventos que ocorrem com frequência no decorrer de toda obra são vistos como naturais pelas personagens. Assim o colombiano cria um ambiente extraordinário, repleto de magias e fantasias, que serve como um mecanismo que une a memória coletiva da América Latina. Ao escrever o romance e utilizar referenciais históricos e identitários latino-americanos,

¹² “[...] “no hay una sola línea en mis libros que no surja de un hecho verdadero que conocí o que me contaron, o que he vivido” (1996, p. 5).

García Márquez promove uma nova visão do continente e de seu povo e convida o mundo a desbravar seu território, sua cultura e sua gente.

Durante toda sua vida, o autor afirmou que o maior trabalho dos escritores latino-americanos não estava em tornar concreta suas criações, mas sim tornar verossímil essa realidade a quem não tivesse conhecimento dessa história, ou seja, tornar acessível aos diferentes leitores do mundo. Assim afirma: “[...] em síntese, os escritores da América Latina e do Caribe têm de reconhecer, com a mão no coração, que a realidade é melhor escritora que nós. Nosso destino e talvez nossa glória é tentar imitá-la com humildade, da melhor forma que nos seja possível” (2006. p.203).

A partir dessa perspectiva, observa-se que a obra pode ser lida e interpretada de acordo com a visão da trajetória do continente latino-americano, uma vez que sua narrativa engloba as diferentes culturas dos povos formadores de seus países, como os índios, os europeus e os ciganos, além de aproximar os leitores de eventos estruturais da formação destes países.

Para muitos críticos literários, *Cem anos de solidão* é considerada a maior criação literária colombiana do século 20 e a principal representante da literatura fantástica, pois a obra constrói toda uma simbologia mítica ao mesmo tempo que articula um discurso com elementos históricos e culturais do país.

Essa nova narrativa criada na América Latina, da qual a obra em análise é um modelo, passando a promover a enorme complexidade cultural do continente, por meio da junção da ficção com a realidade histórica, que foi debatida no primeiro capítulo deste trabalho. Dessa forma, o diálogo desenvolvido produz uma literatura com forte engajamento social. Seguindo essa lógica Karla Cunha Pereira (2007) define em seu estudo:

O que caracteriza esta nova literatura é a renovação da linguagem, além de uma nova atitude diante da realidade que serviu como suporte sobre o qual se firmaram as conquistas admiráveis alcançadas pela nova narrativa hispano-americana. O Realismo Maravilhoso visava a combinar o mítico com a dura realidade da porção hispânica deste continente americano e dessa união obter um produto literário capaz de, por meio de uma nova linguagem, denunciar as mazelas sofridas pelo povo deste lugar (uma história quase sempre cruel, injusta e sem rumo definido). Em outras palavras, o que esta literatura buscava era unir a ficção à história e fazer de seus romances verdadeiros manifestos sociais (p. 51-52).

Diante dessa ruptura com a cultura europeia surge uma nova literatura que exalta os regionalismos, a identidade latina, as lendas e principalmente os problemas sociais, políticos e econômicos sofridos pelo povo latino-americano. Nessa direção, a literatura de García Márquez

contempla uma narrativa nacional potencializada, marcada por referências literárias e não literárias.

É por meio desse regionalismo e dessas referências não literárias que se introduz a discussão sobre as questões agrárias, a obtenção dos direitos à propriedade privada, a formalização do território, a ocupação das terras e as mobilizações sociais no bojo de *Cem anos de solidão*. Para tanto, é necessário analisar a obra desde o seu início em que as personagens partem de sua terra natal em busca de uma nova vida, passando pela fundação de Macondo, os conflitos revolucionários entre os partidos Liberal e Conservador, a revisão dos títulos de propriedade e, por fim, a tomada das terras por José Arcádio.

Como já exposto, o romance narra a história da fundação, ascensão e queda de Macondo e de seus personagens fundadores, a família Buendía. Nesse capítulo interessa analisar o caminho percorrido por esse povo, a conquista territorial e o reflexo que as referências históricas geraram na obra. Assim de todos os países latino-americanos, a Colômbia terá destaque nessa análise, pois as configurações histórica, política e geográfica utilizadas pelo autor no romance se assemelham as deste país.

A jornada inicia-se no assassinato de Prudencio Aguilar por José Arcádio, que motivado na defesa de sua honra após sofrer com os boatos de sua impotência o mata e, a partir disso, leva os Buendía e todos aqueles que decidiram os seguir a abandonar o temeroso passado e a se arriscarem no incerto futuro. A saga em que a família Buendía e mais vinte e uma famílias amigas se propuseram a enfrentar tinha como propósito desbravar terras inóspitas, nunca pisadas por outros seres humanos, rumo a um novo mundo e a uma nova vida, até alcançar o mar. Como verifica-se no trecho abaixo:

Foi assim que empreenderam a travessia da serra. Vários amigos de José Arcádio Buendía, jovens como ele, encantados com a aventura, desfizeram as suas casas e carregaram com as mulheres e os filhos para a terra que ninguém lhes havia prometido (p. 25).

A aventura dos Buendía se assemelha às diversas expedições migratórias ocorridas na América Latina, nas quais algumas famílias buscavam por terras e suas potencialidades econômicas, enquanto outras a esperança de encontrar a liberdade e uma vida com dignidade. A peregrinação de muitas famílias foi encarada ao longo da história como forma de resistência e luta contra a dominação, submissão e exploração das elites que dominavam as terras.

A partida rumo ao desconhecido retrata uma população migrante, que parte em busca de um novo tempo, motivada por construir uma vida melhor sem os fantasmas que as assombravam. Essa jornada descrita por García Márquez pode simbolizar a reconstituição da

cultura e dos valores humanos, de seus regionalismos, folclores, além dos medos e esperanças do povo latino-americano.

Certa manhã, depois de quase dois anos de travessia, foram os primeiros mortais que viram a vertente ocidental da serra. Do pico enevoadado contemplaram a imensa planície aquática do grande pantanal, que se estendia até o outro lado do mundo. Mas nunca encontraram o mar. Certa noite, depois de andarem vários meses perdidos entre os charcos, já longe dos últimos índios que haviam encontrado no caminho, acamparam às margens de um rio pedregoso cujas águas pareciam uma torrente de vidro gelado (p. 31).

A travessia que durou exatos vinte e seis dolorosos meses culminou na desistência de encontrar o mar e na fundação de uma aldeia sonhada por José Arcádio. A cidade fundada em uma terra de mata virgem e pantanosa, ladeada por um rio de águas diáfanas remete à própria geografia dos países da América Latina, principalmente o país de origem do escritor. A Colômbia possui um território com traços geográficos caribenhos e andinos, constituído por cadeias de montanhas, vales, extensas planícies, mata fechada e áreas pantanosas, o que é facilmente verificado na descrição de Macondo. Ao se levar em consideração a cidade de Aracataca, em que García Márquez viveu durante sua infância, é possível perceber características específicas de sua localização.

Há ainda na obra referência à ocupação europeia do território latino-americano. A viagem empreendida pelas personagens e a fundação de Macondo apresenta elementos que remetem ao processo de descobrimento e colonização, porém por meio de um procedimento inverso, em que as pessoas saem do interior em direção ao mar. Dessa maneira, Michele Torre define:

A descrição da terra, que avistam os viajantes, remete a um lugar virgem, no qual nenhum homem havia estado antes. Mas, ao invés de virem do mar, os personagens estão vindo do interior do continente e não alcançam o mar, ou seja, na obra há uma inversão da chegada dos colonos nas terras do novo mundo. A alusão aos povos indígenas encontrados no caminho, também remete a esse encontro dos colonos com os nativos no momento da colonização. Esses são elementos que aparecem na narrativa compondo uma referência à colonização, como a viagem, os indígenas e a fundação do povoado às margens de um rio (p. 94).

Assim a forma como o romance foi construído, a viagem empreendida pelas personagens, o abandono da terra de origem e a busca por um recomeço, pode ser interpretada como uma metáfora da história do povo latino-americano. De acordo com Selma Calasans Rodrigues (2001), toda trajetória dos Buendía e a fundação de Macondo simbolizam a

construção da identidade do continente sul-americano, principalmente no que se refere ao passado e ao seu não reconhecimento como fonte de orgulho. A colonização predatória, os massacres dos povos originários e o roubo de riquezas naturais são motivos para o esquecimento.

Segundo Rodrigues, ao se estabelecerem em um novo território criam um ambiente utópico, em que não há interferência do passado, nem dos poderes institucionais. A ideia de uma nova história permite que o povo latino-americano tenha meios para instituir uma evolução social e superar seu passado tão conturbado e indigno. Esse lugar fantástico surge por meio de um sonho de José Arcádio e esse se convence a fundar a sociedade ideal:

Naquela noite José Arcádio Buendía sonhou que bem ali erguia-se uma cidade ruidosa com casas de paredes de espelho. Perguntou que cidade era aquela, e lhe responderam com um nome que nunca havia ouvido, que não tinha significado algum, mas que teve no sonho uma ressonância sobrenatural: Macondo. No dia seguinte convenceu os seus homens de que jamais encontrariam o mar. Mandou que derrubassem as árvores para fazer uma clareira junto ao rio, no lugar mais fresco da margem, e ali fundaram a aldeia (p. 31).

É importante ressaltar a forma como se deu a tomada das terras em que se fundou Macondo. Os viajantes cansados, após longa jornada em busca do mar chegaram a uma terra que aparentemente não tinha dono, nem mesmo o Estado sabia de sua existência. Diferentemente dos grileiros e posseiros que tomavam posse de terras alheias, o que se vê no início do romance é a manifestação pioneira de descobrimento e posse de uma terra virgem, nunca tocada pelo homem, sem dono e sem lei.

A fundação e construção desse ambiente perfeito é uma característica da literatura no período em que o romance foi escrito. A concepção de uma estrutura sem mácula, em que a justiça social, a igualdade de classe, o respeito e a convivência sem a intervenção de um sistema corrupto e fragilizado era uma expectativa do movimento que predominava na década de 1960.

Assim ao criar Macondo, García Márquez gera um ambiente favorável para abordar as histórias, os mitos, as dores e os traumas de muitos países latino-americanos, mas também para abordar seus sonhos e seus desejos. O vilarejo aparece em diversas de suas obras, mas somente em *Cem anos de solidão*, o escritor solidificou sua existência e desenvolveu questões pontuais sobre a problemática da América Latina, tais como as guerras e conflitos armados, a formação democrática, a colonização, o progresso industrial, dentre outros. Assim afirma Moreno (1979):

[...] *Cem anos de solidão* (1967) é um romance de uma terra e de uma família, da terra e dos homens, dos ciclos progressivamente infernais que levam do paraíso e da

inocência à morte. A magia predomina no romance; magia feita de terra e sonho que é também mito e lenda mais do que história. Talvez o mais extraordinário de *Cem anos de solidão* (1967) seja a capacidade de narrar com realismo preciso e, às vezes, descarnando até transformar a realidade em lenda sem que a lenda perca a aparência de realidade (p. 194).

Essa interpretação de Macondo como uma grande metáfora da formação dos estados latino-americanos e da constituição de sua gente, vislumbra a perspectiva de uma América sofrida, roubada e desolada, mas também de um espaço e de um povo sonhador, rico em cultura, que sempre está em busca de redenção e de um futuro melhor.

Posto isso, passa-se à análise da abordagem agrária no romance de García Márquez e como esse fator tomou como referência a história da Colômbia e seus conflitos políticos e sociais.

Na Colômbia, os latifúndios, denominados de *haciendas colombianas*, tiveram origem no final do período colonial e início de sua independência. As terras, habitadas pela população indígena, ou mesmo inabitadas, foram tomadas e exploradas pelos colonizadores. Esse processo de ocupação intensificou-se, na segunda metade do século 19, em que grandes movimentações populacionais se apossaram de terras públicas ou pertencentes a povos originários, que foram massacrados ou escravizados.

Já no início do século 20, a Colômbia se transformou em um centro de polarização política, que divide as elites dominantes entre o partido Liberal e o partido Conservador na luta pela hegemonia territorial. A matriz latifundiária iniciada no período colonial e pós-colonial refletiu diretamente na questão agrária, cujas extensões incalculáveis de terras se concentravam nas mãos de poucos.

As lutas agrárias tomaram graves proporções quando os movimentos sociais ganharam força e o Estado foi incapaz de repreendê-los, tais como o massacre dos trabalhadores da United Fruit Company em 1928, no qual os participantes buscavam por melhores condições de trabalho e o ato envolvia questões agrárias advindas das grandes fazendas produtoras de bananas. Assim um projeto de reforma agrária foi estudado pelos liberais com o intuito de abrandar os ânimos revolucionários e tomar o controle das sociedades urbana e rural. Entretanto, os latifundiários liberais não concordavam com a reforma proposta e um grande conflito foi instaurado. Na obra de Leslie Bethell (2015) é possível verificar esse conflito no interior do partido Liberal:

Enquanto os industriais colombianos viam com simpatia o projeto liberal, os latifundiários manifestaram um crescente mal-estar, particularmente depois que foram criados novos impostos para as grandes propriedades fundiárias e que o Congresso

promulgou uma lei de reforma agrária - a Lei 100 de 1936 - que permitia aos colonos (arrendatários e parceiros) reivindicar como própria a terra que cultivavam, desde que essa terra não tivesse sido inscrita oficialmente no registro por outro proprietário (p. 395-396).

O conflito agrário existente dentro do movimento liberal, em que os latifundiários se revoltam com as pautas territoriais defendidas pelo partido Liberal e não apoiam a causa revolucionária, passando a se unir com os latifundiários conservadores, cujos interesses eram compatíveis, pode ser visto no excerto abaixo destacado de *Cem anos de solidão*:

Era talvez o momento mais crítico da guerra. Os latifundiários liberais, que no começo apoiavam a revolução, haviam firmado alianças secretas com os latifundiários conservadores para impedir a revisão dos títulos de propriedade (p.180).

É interessante observar o cuidado de García Márquez ao abordar a disputa de terras e a desmobilização de partidos e revoluções, que traziam o tema e afrontavam os direitos das oligarquias territoriais. A proximidade com a história da Colômbia é indiscutível, no entanto é perceptível o reflexo destas questões em toda América Latina, em que o uso da violência, da brutalidade e dos arranjos políticos eram frequentes na defesa dos grandes latifúndios e da soberania de algumas famílias.

Ao se estabelecer a verossimilhança com a situação política da Colômbia, é possível compreender aspectos importantes ocorridos no início do século 20, cujas reformas que previam a revisão de títulos de terras, propostas pelo partido Liberal, geraram uma grave divisão entre seus membros, de um lado os tradicionalistas e do outro os populistas. Essa reforma marcava o início da descoberta de um grande mal dos países subdesenvolvidos: a corrupção. Na obra, as fraudes agrárias de José Arcádio são descobertas pelo coronel Aureliano:

Foi então que decidiu rever os títulos de propriedade da terra, até cem anos atrás, e descobriu as violências legalizadas do seu irmão José Arcádio. Anulou os registros de uma assentada. Num último gesto de cortesia, abandonou as suas ocupações por uma hora e visitou Rebeca para pô-la ao corrente da sua determinação (p.172-173).

Dessa forma, é importante ressaltar que a Colômbia foi marcada pela acirrada disputa entre os partidos Liberal e Conservador, o que se mostra presente também no romance. Os conservadores se apoiavam em políticas que defendiam o Estado centralizado, os interesses da manutenção dos latifúndios, a proteção do mercado nacional, sempre sob forte influência dos valores implantados pela Igreja Católica. Já os liberais, baseados em uma linha ideológica oposta, buscavam por medidas modernas que favoreciam à expansão do mercado, a democratização das terras e um estado laico. Nesse sentido, o objetivo da reforma projetada

pelos Liberais era destinar uma utilização econômica para as terras, torná-las produtivas para atender as necessidades dos mercados internos e externos, sem redistribuí-las, apenas democratizá-las, de forma a regulamentar a produção.

No início da década de 1930, movimentos camponeses radicais surgiram com o objetivo de mobilizar a população para se estabelecer uma legislação sólida que dispusesse sobre a reforma agrária e amparasse os trabalhadores. Esses movimentos foram fortemente rejeitados pelo partido Conservador e por aqueles mais tradicionalistas pertencentes ao partido Liberal. Logo em seguida, o partido Conservador retomou o poder ao vencer as eleições de 1946 e as tais propostas de reforma agrária dos liberais foram abolidas, preservando as grandes *haciendas* por todo território colombiano. Essa repressão sobre a iniciativa de revisão das terras é descrita de forma bem clara no texto literário de García Márquez, de modo que o coronel Aureliano é forçado a voltar atrás em sua decisão:

Na abafada sala de visitas, junto ao espectro da pianola amortalhada com um lençol branco, o Coronel Aureliano Buendía não se sentou desta vez dentro do círculo de giz que traçaram os seus ajudantes de campo. Ocupou uma cadeira entre os seus assessores políticos, e embrulhado na manta de lã escutou em silêncio as breves propostas dos emissários. Pediam, em primeiro lugar, renunciar à revisão dos títulos de propriedade da terra para recuperar o apoio dos proprietários liberais (p.184).

Durante o período político conflituoso, que gerou desentendimentos entres os partidos e contradições entre os liberais sobre as reformas agrárias, observou-se que a situação das propriedades e posses de terra no país mostravam-se em extrema desigualdade, em que as maiores extensões se concentravam em poder de pequenas parcelas da população, geralmente famílias tradicionais. Outro fator que merece importância é a cultura desenvolvida nestas terras, enquanto as *haciendas* se dedicavam à pecuária, café, arroz e cana-de-açúcar para o mercado, os minifúndios cultivavam apenas a agricultura de subsistência. A desigualdade agrária sempre foi um fator crucial na Colômbia e motivo de conflitos armados entre os maiores e os menores proprietários de terra, Leslie Bethell (2015) aponta:

Nas décadas de 1940 e 1950, apesar da Lei 100, 50% da população rural não tinha terra. Em 1954, ano em que se realizou o primeiro levantamento exaustivo na Colômbia, 55% dos proprietários de terra eram minifundiários que cultivavam parcelas de no máximo dois hectares que somadas equivaliam a apenas 3,5% do total da área cultivada; e 35% eram proprietários de porte médio com uma parcela média de quinze hectares, o que significava 20% da área cultivada. Em contrapartida, as haciendas de cem ou mais hectares representavam 10% das propriedades e 76,5% da área cultivada (p. 396).

O projeto dos liberais de democratizar as terras e torná-las produtivas, solucionando um grande atraso econômico no país, gerou ainda mais problemas políticos e sociais. A violência se instaurou no campo e milhares de pessoas, que viviam como arrendatários, colonos e trabalhadores foram expulsas das terras pelos grandes latifundiários. Conforme afirma Pinheiro (2015): “Em outras palavras, o governo liberal não conseguiu resolver nem os conflitos existentes nem o problema da utilização atrasada da terra; ao contrário, as reformas propostas trouxeram mais contradições e o aumento da violência” (p.27).

Frente a esses aspectos levantados, analisa-se as analogias existentes na obra entre as personagens centrais, o espaço geográfico definido para o vilarejo de Macondo e o território da América Latina, especificamente com a Colômbia. *Cem anos de solidão* representa um panorama latino-americano que se tornou fundamental não apenas para o mundo literário, mas também como fonte de estudo e observação da cultura nacional. O movimento macondista se difunde como uma oposição ao estrangeiro, ao intruso e ao estranho de sua cultura local.

No que tange ao assunto abordado neste capítulo, essa nova visão apresentada por García Márquez na construção de Macondo, permite que pessoas fora do contexto histórico latino-americano tomem conhecimento dos conflitos agrários na América Latina e com isso compreendam a significativa representação na formação estatal, do surgimento de inúmeros conflitos, guerrilhas e golpes violentos ocorridos no continente.

A apropriação das terras vinculava-se ao seu desenvolvimento útil. Entretanto, na maioria dos casos, a conquista e ocupação destas terras foram banhadas por morte, dor e corrupção. A violência dos movimentos sociais e políticos na Colômbia é algo marcante em sua história, especificamente em referência à violência latifundiária que gerou diversos e sangrentos conflitos.

Os conflitos violentos de terras na Colômbia caracterizaram-se em quatro categorias. A primeira ficou conhecida como “*a vingança dos hacendados*”, em que os possuidores das grandes propriedades rurais se voltavam contra os camponeses, que invadiam suas terras e desafiavam seu poder e domínio econômico, terras essas, muitas vezes desocupadas e improdutivas. A segunda categoria de conflitos ocorria, frequentemente, em regiões de propriedades menores, cuja disputa baseava-se na rivalidade entre famílias tradicionais, que brigavam pelo controle político e econômico das colônias. Já a terceira, consistia em terras abandonadas por seus legítimos proprietários, que deixavam para trás confrontos incessantes por recursos naturais e por lideranças partidárias. Por fim, a quarta categoria referia-se à insurreição de grupos rebeldes que atacavam seus inimigos políticos.

García Márquez aborda esses conflitos no romance e José Arcádio figura como o representante de grandes propriedades rurais que afugenta os pequenos mediante ameaças e violências fundamentadas na lei do mais forte. Vejam o trecho abaixo:

Dizia-se por aí que ele começou arando seu quintal e havia continuado direto pelas terras vizinhas, derrubando cercas e arrasando ranchos com seus bois, até se apoderar à força dos melhores campos das redondezas. Aos camponeses que não havia despojado, porque suas terras não lhe interessavam, havia imposto um tributo que cobrava a cada sábado com os cães ferozes e a carabina de dois canos. Não negou nada. Baseava seu direito no fato de que as terras usurpadas haviam sido distribuídas por José Arcádio Buendía nos tempos da fundação, e acreditava ser possível demonstrar que seu pai já estava louco naquela época, pois distribuía um patrimônio que na realidade pertencia à família. Era um argumento desnecessário, já que Arcádio não tinha ido até lá para fazer justiça. Ofereceu simplesmente criar um escritório de registro de propriedade, para que José Arcádio legalizasse os títulos da terra usurpada, com a condição de que delegasse ao governo local o direito de cobrar tributos. Os dois se puseram de acordo. Anos depois, quando o coronel Aureliano Buendía examinou os títulos de propriedade, encontrou registradas em nome de seu irmão todas as terras que se avistavam da colina de seu pátio até o horizonte, inclusive o cemitério, e que nos onze meses de seu mandato Arcádio havia carregado não apenas o dinheiro dos tributos, mas também o que cobrava do povo pelo direito de enterrar seus mortos nas terras de José Arcádio (p. 127-128).

O autor explicita a dimensão problemática dos confrontos territoriais ao trazer aspectos relevantes que se encaixam nas diferentes categorias definidas. As tensões que havia entre as divisões territoriais e a retomada violenta dessas terras por José Arcádio, deixa claro a disputa de poder pelas forças sociais, principalmente na recuperação do domínio da região em nome de uma família tradicional, quando declara que as terras foram distribuídas por seu pai. No trecho em destaque, é possível verificar o tratamento que o Estado oferecia diante dos problemas territoriais. A violência passou a ser institucionalizada, com a promulgação de leis que viabilizavam a tributação dessas terras e a facilitação da emissão de títulos de posse a pessoas que nem sequer possuíam a posse direta dos imóveis. Os cartórios registravam terras sem ao menos conferir a legitimidade da posse e das propriedades.

Dentro dessa lógica de atuação, traça-se algumas particularidades comuns entre a história da Colômbia e o romance de García Márquez, como a colonização exploratória, que resultou na ocupação desmensurada das terras e na constituição de uma estrutura fundiária marcada por grandes propriedades, a violência social e política, a omissão do governo e do

Poder Judiciário em meio às relações sociais de violência e as guerras travadas entre os partidos Liberal e Conservador a fim de se manterem no poder.

Como resultado desses confrontos intermináveis e sem uma aparente solução, surgiu no povo, especificamente nas populações camponesas e trabalhadores rurais sem terras, uma descrença nas instituições democráticas, que não garantiam os direitos fundamentais, como a função social da terra. Diante disso, as determinantes históricas e econômicas da propriedade rural na Colômbia foram razão para a eclosão de inúmeros conflitos e disputas políticas, bem como o surgimento de milícias e grupos de guerrilhas violentos.

Do ponto de vista político-institucional, os estados latino-americanos, em sentido amplo, perceberam a necessidade de elaboração de um sistema que revesse a situação agrária em seus países, mas essa reforma efetiva nunca chegou a se concretizar na América Latina. Nesse sentido, Eduardo Galeano (2010) declara que “a reforma agrária já não é um assunto maldito: os políticos aprenderam que a melhor maneira de não a fazer consiste em não parar de falar nela” (p.83).

Dessa forma, o fenômeno de descaso do Estado não foi exclusivo da Colômbia. Todos os países da América Latina sofreram com a má distribuição de terras, os conflitos territoriais e o surgimento de mobilizações sociais, que lutavam pelo direito à organização do espaço rural produtivo e econômico. Assim nascem os movimentos de assentamentos rurais, com o objetivo de pressionar o Estado a se posicionar e adotar políticas públicas que façam cumprir a função social das terras. Bergamasco & Norder (1996), afirmam:

[...] a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando ao reordenamento do uso da terra, em benefício dos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Como o seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e à vida comunitária (p. 07).

Assim o debate em torno da distribuição de terras e de toda luta agrária existente na América Latina pode ser objeto de reflexão no romance *Cem anos de solidão*. Ao tomar a obra como interpretação e referência da história latino-americana, observa-se que a estrutura fundiária desde os tempos da fundação esteve voltada ao favorecimento das grandes propriedades e ao benefício e concentração da terra em poder de poucos.

É claro como a disputa entre os partidos políticos influenciou e trouxe à tona a discussão sobre a questão agrária, e a revisão dos títulos de propriedade fraudados ou inexistentes e

principalmente como se deu a pressão pelas grandes e poderosas oligarquias frente às ameaças de reformas impostas.

Posto isso, a narrativa de García Márquez pode ser encarada como um confronto a uma cultura hegemônica e às instâncias de poder, ao mesmo tempo que o autor apresenta um quadro de desigualdade socioeconômica no campo e o surgimento de injustiças, violência e morte em razão das disputas por terras. O romance gera reflexão e identificação.

6. PERSPECTIVAS POLÍTICO-SOCIAIS: LITERATURA, MEMÓRIA E REVOLUÇÃO

Este capítulo parte de duas premissas fundamentais, a abordagem histórica dos movimentos revolucionários do século 20, embasados na perspectiva crítica da política na América Latina e a relação dialógica com a literatura, principalmente no que tange ao romance *Cem anos de solidão*, sua interface com a realidade, a memória coletiva e a representação no mundo literário.

O pensamento e as ideias revolucionárias advindos da crítica à política econômica e administrativa desses países geraram impacto direto na literatura. Este cenário contribuiu para que muitos escritores diante da utopia propagada pelos movimentos sociais, guerrilhas e conflitos armados, escrevessem obras que ressaltassem o descontentamento dos setores médios da sociedade com as oligarquias dominantes.

A análise da interação entre a literatura e os movimentos revolucionários permite o estudo sistematizado da arte com dimensão histórica e política, capaz de fornecer meios viáveis para a compreensão do fenômeno de lutas armadas, típico dos processos formais de independência dos países latino-americanos.

A metodologia do estudo proposto se atém à análise das inúmeras guerras presentes em grande parte do romance. Busca-se observar a ascensão destes conflitos e como afetaram a vida das personagens, bem como a dinâmica da sociedade idealizada, tudo isso acompanhando a trajetória do coronel Aureliano Buendía. No decorrer desta pesquisa, serão estudados os pormenores de cada conflito colombiano e a forma como a disputa entre os partidos Liberal e Conservador foram cruciais na história do país nas diversas áreas de conhecimento social e formação política.

Para tanto, é necessário compreender aspectos importantes do aparato teórico utilizado no desenvolvimento desta pesquisa. O capítulo baseia-se em conceitos específicos, tais como a

Representação e a Verossimilhança, a fim de tornar possível a utilização da história como fonte da narrativa, além de compreendê-la por meio da perspectiva cultural e artística.

Os acontecimentos, as personagens, os ideais e todos os conflitos humanos e sociais presentes na obra e abordados neste estudo possibilitam a consideração do poder da literatura como instrumento de reflexão sobre questões reais do homem em sociedade, tanto no que tange aos seus problemas internos, dentro de uma perspectiva intimista e subjetiva, como nos externos sob enfoques social e político.

De acordo com o dicionário de termos literários de Carlos Ceia, a verossimilhança pode ser compreendida como sendo: “a qualidade ou o caráter do que é verossímil ou verossimilhante; e verossímil, o que é semelhante à verdade, que tem a aparência de verdadeiro, que não repugna à verdade provável”. Essa noção surge do estudo de Aristóteles, em sua obra *Poética*, cujo fundamento defendia não ser responsabilidade do poeta narrar o que de fato aconteceu, mas sim o que poderia ter acontecido, ou seja, o que seria possível e aceitável dentro dos padrões de verossimilhança e necessidades literárias.

Sendo assim, a literatura mostra-se como meio apropriado para interpretar, dizer e representar o mundo seguindo regras próprias, mas obedecendo a modelos que respeitam a aproximação com o real. Dialoga com as noções de veracidade, mas não as confirma nem as nega, apenas projeta algo novo, que aprecia o presente, rememora o passado e idealiza o futuro. Dessa maneira, o texto literário ao adotar este conceito possibilita a construção, reconfiguração e leitura de experiências sociais e pessoais, de modo geral, utiliza as fontes históricas como pilares de sustentação.

Todorov em sua obra *Poética da prosa* (1971), no capítulo *Introdução ao verossímil*, defende o conceito de verossimilhança em seu aspecto moderno, cuja concepção baseia-se no reflexo direto do exterior para o texto, ou seja, não há uma negação à teoria aristotélica da mimési, mas uma reestruturação do conceito, que passa a identificá-lo com o sentido de “conforme a realidade”. Assim destaca-se os dois trechos abaixo:

[...] falar-se-á da verossimilhança de uma obra na medida em que esta tenta nos fazer crer que ela se conforma ao real e não a suas próprias leis; ou seja, o verossímil é a máscara com que se disfarçam as leis do texto, e que deveríamos entender como uma relação com a realidade (p. 116-117).

A literatura, que simboliza a autonomia do discurso, não foi suficiente para vencer a ideia de que as palavras refletem as coisas. O traço fundamental de toda nossa civilização continua a ser esta concepção de linguagem-sombra, com formas talvez

modificáveis, mas que não deixam de ser as consequências direta dos objetos que refletem (p. 129).

Ao criar uma história com personagens resistentes que questionam os valores e costumes vigentes, García Márquez adota os conceitos de verossimilhança e representação e os utiliza como instrumentos de contestação dos modelos ideológico, político e social em que estava inserido. O leitor pode observar um universo totalmente imaginário e fantástico, construído com traços de consciência moral e crítica social. A força da narrativa garciamarquiana se consolida na peculiaridade de sua escrita, na engenhosidade de seu enredo e na composição da verossimilhança estabelecida entre a sua ficção e a formação histórica dos estados latino-americanos.

Inclui-se nesta perspectiva o que entende Antonio Candido sobre a contribuição das Ciências Sociais ao estudo da literatura. O autor defende uma abordagem que considere o conjunto de fatores sociais atuando sobre a construção da obra não apenas como matéria, mas como parte essencial de sua constituição enquanto arte. Sendo assim, “o externo (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se assim, interno” (p. 6).

Assim a literatura não busca estabelecer um retrato fiel dos eventos históricos ocorridos na realidade, mas procura desenvolver um registro das impressões, sentimentos, críticas e desejos daqueles contextos dentro de uma criação ficcional e fantasiosa. Neste sentido, observa-se em *Cem anos de solidão*, sua ligação com a *Guerra dos Mil Dias*, com os períodos da *Regeneração*, de *La violencia* e com todos as personalidades marcantes que protagonizaram esses episódios. Acrescenta-se com isso, que o autor é um descendente direto dos conflitos civis e políticos de seu país de origem e um grande observador e estudioso da causa em toda América Latina, o que permite ao leitor vivenciar um momento de reflexão ao consumir a obra literária.

Dessa forma, compreende-se a abordagem teórica de Todorov ao defender a concepção do verossímil como repercussão da realidade exterior no texto. Entretanto, há que se ressaltar a importância do equilíbrio dessa perspectiva, uma vez que ao se analisar uma obra literária não se deve priorizar os fatores externos que se manifestam na narrativa, pois a literatura deve ser compreendida em sua especificidade enquanto área de conhecimento, para depois se investigar sua relação com o exterior.

Prosseguindo com a exposição dos conceitos teóricos relevantes ao estudo, vale destacar a definição de Representação difundida por Sandra Jathaí Pesavento (2004):

A representação é conceito ambíguo, pois na relação que se estabelece entre ausência e presença, a correspondência não é da ordem do mimético ou da transparência. A

representação não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele (p. 40).

Logo, a Representação deve ser encarada como a percepção do indivíduo a respeito da realidade, ou seja, o estudo da literatura sob o espectro representativo admite a compreensão e a reflexão de uma realidade existente perante a visão de uma pessoa ou de um determinado grupo de pessoas que possibilitará a criação de discursos e a discussão de ideologias. A literatura, dessa maneira, apresenta uma verdade simbólica, cujos pilares foram consolidados a partir da ótica do autor e da recepção dos leitores.

É certo dizer que a criação literária não nasce do nada, não se produz literatura a partir de algo nulo, inexistente. O contato com a história, com a cultura e com os meios sociais são fundamentais e resultam do entrecruzamento de aspectos individuais e coletivos que viabilizam a edificação e a concretização da representação pautada na verossimilhança. Antonio Candido (2000, p.24) afirma que a criatividade, a imaginação e a originalidade partem das condições do tempo e do lugar, como destacado acima, tornando concreta e coerente a existência de suas experiências dentro do texto.

Ao estudar a obra de García Márquez, verificou-se que a força da representação surge na capacidade de proporcionar sentido e mobilização social. A construção do romance transforma e reformula a memória coletiva de eventos históricos, de modo que o texto literário não tem a intenção de estabelecer uma configuração idêntica e imutável do real ou da verdade, mas ensinar a representação desses acontecimentos e legitimar a verossimilhança.

Seguindo esta lógica de força representativa, o texto *História e literatura: algumas considerações* (2010), de Valdeci Rezende Borges, em análise ao estudo de Chartier (1990, p. 62), define que:

[...] todo documento, seja ele literário ou de qualquer outro tipo, é representação do real que se apreende e não se pode desligar de sua realidade de texto construído pautado em regras próprias de produção inerentes a cada gênero de escrita, de testemunho que cria “um real” na própria “historicidade de sua produção e na intencionalidade da sua escrita” (p. 96).

Com base nisto, considera-se que para compreender o texto é necessário contextualizar o lugar e o momento em que foi escrito, a linguagem adotada, a sociedade, a história e as raízes do autor. À vista disto, segundo Chartier (1990, p.16), o emprego de conceitos como a representação, a verossimilhança, o dialogismo, a intertextualidade e outras tantas noções tem por objetivo demonstrar como determinadas realidades cultural e social são compreendidas, construídas e refletidas como práticas intelectuais, sejam elas literárias ou não. Dessa forma, os

discursos incorporados ao texto promovem a posição social de quem os idealizou e de quem os recepciona, visto que as percepções sociais e políticas não tendem a serem neutras e sim a impor uma visão, uma autoridade e uma escolha.

Por este ângulo, ao tratar de uma obra literária, por mais que esta seja fictícia, e no caso específico da obra em análise, fantasiosa e maravilhosa, é perfeitamente admissível a concepção de um cenário que estabeleça, por meio da verossimilhança, uma relação com a verdade, não em seu sentido literal e corrente, mas em razão a sua semelhança e possibilidade de ser.

Assim o impacto causado pelo romance é indiscutível, pois seu autor alcançou sucesso ao desenvolver questões existenciais, que unem elementos insólitos com o real e gera um mundo novo e diferente ao mesmo tempo que discute temas totalmente comuns e presentes no cotidiano da sociedade. Apesar de não ser uma leitura fácil frente ao contexto cíclico do núcleo principal e dos numerosos fenômenos míticos e surreais que compõem a saga, trata-se de um texto que conduz o leitor ao prazer.

O deleite não é o único sentimento provocado pela obra, essa toma outras proporções e de certa forma aproxima o leitor dos problemas do continente latino-americano. Percebe-se assim, em meio ao estudo, que em *Cem anos de solidão* há um aspecto fundamental, que é a representação de Macondo em relação à América Latina. A construção da cidade, desde seus aspectos geográficos até a forma como se deu seu progresso, ascensão e queda pode ser encarada como a definição da América sob a ótica de García Márquez. A forma como o povoado é abandonado, esquecido e seus personagens condenados à solidão e à tristeza fazem referência aos sofrimentos e abandonos infligidos ao povo latino.

Posto isso, é válido dizer que a literatura registra múltiplos aspectos socioculturais, pois exerce o papel de testemunha por meio de um olhar, de uma percepção e aponta a historicidade das experiências humanas ao representar o produto de uma época, de um espaço e de uma história. A interpretação artística deste universo requer a tentativa de apresentar os fatos como inéditos, originais, preenchendo as lacunas e subvertendo as significações, a fim de construir uma nova visão sobre estes. Dessa forma, a obra literária em seus variados gêneros possui a difícil missão de traduzir o real para uma configuração poética, recorrendo à história como fonte cultural.

6.1 - Representação e reconstrução: Guerra dos Mil Dias e o general Rafael Uribe Uribe

As revoluções na Colômbia constituem interessante objeto de análise, tendo em vista se tratar dos conflitos civis mais longos e violentos da América Latina. Desde sua constituição

como Estado, o país enfrentou múltiplos embates políticos que ocasionaram duras instabilidades nos campos da economia e da administração, o que afetou concretamente sua população, em especial as camadas mais vulneráveis.

A história da Colômbia é marcada por nove conflitos de abrangência nacional e incontáveis conflitos regionais, cuja violência é uma característica comum aos eventos. Estes movimentos radicais geraram efeitos em diferentes segmentos da sociedade que perduram até a atualidade, principalmente no que se refere ao surgimento de grupos de guerrilhas e paramilitares, que controlam boa parte do território nacional e fomentam o narcotráfico e a venda de armas.

Nesse sentido, é importante ressaltar que a ideia revolucionária, a violência, as disputas entre os partidos políticos e tudo o que envolveu a constituição do Estado colombiano afetaram a arte e conseqüentemente a literatura do país. Dessa forma, escritores, artistas e poetas utilizaram esse espírito de luta para mostrar ao mundo os sofrimentos de seu povo, as dores ocasionadas pela guerra e as necessidades vitais de uma sociedade transtornada e abandonada à própria sorte.

Cem anos de solidão pode ser analisado levando em consideração a referência de diversos acontecimentos e personalidades consagrados em diferentes épocas. Nesta mesma linha de raciocínio, Manuel Antonio Arango, em sua obra *Gabriel García Márquez y la novela de violencia en Colombia* (1985), defende como característica do autor a junção entre a realidade e a fantasia, o maravilhoso e o histórico, elencados em uma série de eventos que marcaram o país.

Posto isso, apresenta-se nesta parte do trabalho uma leitura sobre a relação de proximidade dos fatos históricos da Guerra dos Mil Dias com o romance de García Márquez. Por meio de uma interpretação mais atenta e reflexiva, busca-se relacionar aspectos reais da história da Colômbia introduzidos na literatura, com o intuito de disseminar o conhecimento sobre os principais eventos conflituosos do país, ao mesmo tempo que o leitor experimenta a emocionante trama dos Buendía. Embora não se possa afirmar as reais intenções do autor ao escrever a obra, garante-se com segurança que a narrativa se tornou uma espécie de retrato da realidade, uma vez que as conquistas e derrotas do povo colombiano foram referências marcantes no texto.

A ficção e a realidade são separadas por uma linha tênue, uma vez que exercem influências uma sobre a outra. Por conseguinte, traços da história real contribuem para a composição de mundos inventados, enquanto narrativas ficcionais podem ser utilizadas como fortes instrumentos de interpretação e reflexão do mundo real. O romance em estudo não pode

ser reputado como uma obra que reproduz efetivamente e fielmente a história do povo colombiano, tendo em vista que o autor não se refere diretamente a uma determinada época ou local, mas é evidente a alusão de certos episódios que de fato aconteceram e de pessoas que fizeram parte destas lutas.

Diante disto, ressalta-se os estudos de Antonio Candido que propõem o conceito de transfiguração, no qual enfatizava que uma obra ao representar a realidade, não a apresenta de forma absolutamente pura, ou seja, não se trata de uma reprodução efetiva e imediata do real, pois esta realidade representada se transforma, altera-se e se deforma para atender as necessidades do texto literário. Então quando Candido trata deste instituto enfatiza que, mesmo os autores mais vinculados à concepção de que a obra literária deve retratar fielmente a realidade, a literatura demonstra que a alteração dos dados, fatos e noções constituem um importante aspecto da construção textual. Vejam o que ele diz:

Esta liberdade, mesmo dentro da orientação documentária, é o quinhão de fantasia que às vezes precisa modificar a ordem do mundo justamente para torná-la mais expressiva; de maneira que o sentimento da verdade se constitui no leitor graças a esta traição metódica. Tal paradoxo está no cerne do trabalho literário e garante a sua eficácia como representação do mundo. Achar, pois, que basta aferir a obra com a realidade exterior para entendê-la é correr o risco de uma perigosa simplificação causal (p. 13).

Ao tomar este estudo como referência compreende-se que há influência dos fatores externos na edificação do romance de García Márquez, de modo a lhe fornecer elementos determinantes em sua validação e nos efeitos causados em seu público leitor. Entretanto é fundamental que se evite os extremos, ou seja, nem tomar a obra como reflexo puro da realidade nem a tomar como algo totalmente dissociado da vida social. Afinal o texto literário não deve ser visto isolado do mundo, pois a obra de arte possui autonomia, mas é criada e consumida por pessoas que estão inseridas em contextos histórico-sociais específicos.

O romance contém traços marcantes dos povos latino-americanos, mas esses elementos estão transfigurados por meio da arte. A narrativa possui dimensão histórica, mas não é uma cópia dela, pois o autor articula no texto suas vivências de uma forma ficcionalizada, que nasce da construção das personagens, de suas expressões, ideias, emoções e do desfecho que cada uma desenvolve ao longo do texto.

É nesta configuração que se explora a correspondência de personalidades do coronel Aureliano Buendía e do general Rafael Uribe Uribe, cujas trajetórias foram em defesa do liberalismo e dos movimentos sociais.

A personagem coronel Aureliano Buendía foi construída e inspirada em diferentes vivências de García Márquez. A trajetória de vida do escritor permitiu ricos elementos para a construção do caráter, das ambições, das ideologias e lutas da personagem. O fato de ter passado a infância aos cuidados de seus avós possibilitou escutar e participar de diversas histórias de revoluções contadas por seu avô materno, um coronel veterano de guerra. Segundo Vargas Llosa: “graças às recordações deste veterano, o neto reviveu os episódios mais explosivos, os heroísmos e padecimentos desta guerra (1971, p.15).¹³

A relação familiar com seus avós, durante sua infância, marca a formação de sua personalidade e sua percepção cultural e social de mundo. De seu avô, o coronel Nicolás Ricardo Márquez Mejía, com quem tinha proximidade e carinho, recebeu uma educação exemplar e tornou-se um modelo masculino de admiração, com ele também tomou conhecimento de inúmeras histórias sobre guerras, militância e consciência filosófica e política. Já com sua avó Tranquilina Iguarán Cotes, adveio o contato com os mitos, fábulas e contos, um mundo repleto de fantasias e misticismos. No livro *Cheiro de goiaba*, o autor revela ao amigo Plinio Apuleyo Mendoza a importância das histórias contadas por seu avô: “Muitas vezes me havia falado da guerra civil e daí surgiu o interesse que aparece em todos os meus livros por esse episódio histórico” (1985, p. 17).

A importância destas duas figuras na vida de García Márquez é evidente, tanto no que tange a sua existência como cidadão engajado em questões políticas e sociais como também em seu reconhecido e premiado trabalho como escritor, em que se pode dizer que todas as suas obras retratam essa mistura de denúncia, sofrimento, memória, magia e fabulações recebidas ao longo dos anos que viveu em Aracataca.

Posto isso, interessa-nos estabelecer a conexão entre as memórias do autor e a construção da personagem coronel Aureliano Buendía. Em um estudo que se pauta nas representações e semelhanças, apegamo-nos à Guerra dos Mil Dias e à imagem do general Rafael Uribe Uribe, fatores que podem ter sido fundamentais na configuração dos personagens, cenários e enredo de *Cem anos de solidão*.

Assim para entender melhor a influência exercida por seu avô em sua literatura, especificamente na obra em estudo, analisa-se um pouco sobre Nicolás Ricardo Márquez Mejía. Por volta dos trinta e cinco anos, alistou-se às tropas liberais e lutou em diversas batalhas da Guerra dos Mil Dias, na região de Guajira, Padilla e Magdalena ao lado do general Uribe Uribe. Dessa forma, embora na época em que o conflito foi deflagrado García Márquez nem havia

¹³ “gracias a los recuerdos de este veterano, el nieto revivió los episodios más explosivos, los heroísmos y padecimientos de esta guerra” (1971, p.15).

nascido, seu avô lhe transmitiu a experiência das lutas pelas pautas liberais contra as conservadoras, ao lado de um emblemático e heroico personagem da história colombiana. Vargas Llosa aponta a importância dessas representações: “Don Nicolás e Uribe são o modelo de toda uma genealogia no mundo fictício de García Márquez: os coronéis” (1971, p. 23- 24).¹⁴

A denominada Guerra dos Mil Dias ocorreu no final do século 19 e início do século 20, entre os anos de 1899 e 1902 na Colômbia. Este sangrento conflito deixou cicatrizes profundas na história do país e consequências desastrosas, dadas ao enorme número de mortos, estimado em cerca de 100 mil, bem como o abalo considerável na infraestrutura econômica e social. Os recursos governamentais foram destinados ao financiamento da guerra, além disso passou a ser emitida uma quantidade exorbitante de dinheiro que gerou inflação e desvalorização da moeda no mercado internacional. As lavouras foram abandonadas ou devastadas pelas batalhas e a mão de obra se tornou escassa frente ao alistamento e à morte nos combates.

Ao analisar esta revolução e estabelecer pontos de intersecção com a literatura de García Márquez, é relevante levar em consideração seu precedente histórico e os efeitos causados no país naquele período. Na década de 1880, predominavam no governo colombiano ideais e valores exclusivamente conservadores, posto que o partido detinha o poder e o controle da maioria dos aliados. Restava a oposição ao partido Liberal e algumas vertentes dissidentes do conservadorismo que não se enquadravam na denominada aliança *nacionalista-conservadora*.

Entre as principais pautas fortalecidas pelo governo encontrava-se a restauração do poder da Igreja Católica na política e na sociedade, cujos princípios voltavam-se à limitação da liberdade de imprensa e da livre expressão popular. Também, nesta fase, houve o fortalecimento das forças militares e da rígida atuação perante a população e suas diferentes formas de manifestação. Neste contexto, foi instituída a Constituição de 1886 que tinha como base o centralismo do poder nas mãos das elites dominantes, enquanto crescia a precariedade das massas, que não recebiam condições dignas de existência nem garantias de direitos fundamentais. Sobre isso Forrest Hylton aborda:

A Constituição de 1886 fortaleceu o poder central, dando ao presidente autoridade para designar governadores provinciais e estendendo os períodos de permanência nos cargos - que passaram de dois para seis anos para o Poder Executivo, e de dois para quatro no caso do Legislativo – com o objetivo de reduzir a frequência das eleições. As demonstrações públicas foram proibidas, as Sociedades Democráticas foram perseguidas, e a “ordem” converteu-se no lema da época (p. 53).

¹⁴ “Don Nicolás y Uribe son el modelo de toda una genealogía en el mundo ficticio de García Márquez: los coroneles” (1971, p. 23- 24).

Foi neste período que se iniciou um movimento político denominado de Regeneração. Seu principal incentivador e articulador era Rafael Nuñez, advogado, escritor e político, que exerceu o mandato de presidente da Colômbia por quatro vezes. As ideias de Nuñez se opunham à política liberalista, pois se acreditava que o federalismo implantado enfraquecia o poder central e levava o país a uma situação insustentável em termos de economia e governabilidade. Após uma longa e ferrenha disputa de poder entre os dois partidos regentes, o então senador Rafael Nuñez efetuou um discurso que pode ser classificado e sintetizado na expressão "Regeneração ou catástrofe", conforme se verifica: “O país promete a você, senhor, uma política diferente, porque chegamos a um ponto em que estamos enfrentando esse dilema preciso: regeneração administrativa fundamental ou catástrofe”.¹⁵

Assim o sistema político foi alterado de federal para centralista e os estados passaram a ser departamentos e intendências, governados diretamente da capital. A democracia foi limitada e uma enorme parcela do povo perdeu seus direitos. Conforme observa-se nos dizeres de Hylton (2010):

A Regeneração consolidou o controle oligárquico, que não havia sido seriamente ameaçado durante a Guerra dos Mil Dias, e fechou os caminhos para a participação democrática popular radical que uma coalização heterogênea de trabalhadores rurais, legisladores municipais de classe média - também conhecidos como *tinterillos* - e artesãos urbanos havia aberto depois da metade do século. Indígenas, afro-colombianos, artesãos e, principalmente, camponeses mestiços viram seus direitos de cidadania restringidos sob o comando dos conservadores, enquanto a “raça” católica antioquenha, mitificada na imagem do colono paisa, converteu-se no eixo cultural de uma nova ordem política e econômica (p. 54).

Dessa forma, o período da Regeneração abriu caminho para estabelecer uma regência protecionista, em que o governo central dominava e controlava a administração e a economia do país. Além disso, permitiu que a Igreja Católica retomassem seus privilégios históricos, tais como a interferência na economia e predomínio na educação.

Concluindo a preliminar histórica da Guerra dos Mil Dias, é significativo ressaltar que, embora a aliança política da época possuísse elementos fundamentais nacionalistas, não havia nenhuma mobilização que desenvolvesse o sentimento de pertencimentos cultural, regional e linguístico do povo colombiano, pelo contrário, marcava o início da expansão econômica norte-

¹⁵ “El país le promete, señor, una política diferente, porque hemos llegado a un punto en el que nos enfrentamos a este preciso dilema: regeneración administrativa fundamental o catástrofe. Otero Muñoz, Gustavo (1951)”. Un hombre y una época: La vida azarosa de Rafael Núñez. Biblioteca de historia nacional. Bogotá: Editorial ABC. p. 81.

americana e o posterior imperialismo predominante na América Latina. Nesta razão de domínio do capital estrangeiro aduz Galeano (2010):

E a América Latina, a região das veias abertas. Do descobrimento aos nossos dias, tudo sempre se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal se acumulou e se acumula nos distantes centros do poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos (p.18).

Diante dos fatos apresentados, muitas são as teorias sobre qual evento marcou o início do conflito armado mais intenso da Colômbia. Entre as possibilidades registradas está a alegada fraude eleitoral ocorrida nas eleições de 1899 pelo partido Conservador. O certo é que a principal motivação a dar ensejo à guerra foi a tentativa do partido Liberal derrubar do poder os Conservadores, tendo em vista o enorme descontentamento da população em relação à economia, à dominação estrangeira e à falta de direitos fundamentais essenciais aos trabalhadores e camponeses, bem como garantias que assegurassem a existência de uma concreta democracia.

Acredita-se que a revolução tenha surgido e tomado força na área rural da região de Santander e logo se estendeu às regiões de Tolima, Cundinamarca e Cauca para posteriormente se espalhar por todo o país. A insurgência desenvolveu-se entre a classe trabalhadora, prioritariamente envolvendo os camponeses, artesões e mineiros, que incentivados por seus padrões e encarregados defendiam o livre comércio, o federalismo, o afastamento da Igreja Católica do centro governamental e o fortalecimento de uma nova ordem política.

As memórias herdadas por García Márquez de seu avô sobre o episódio podem ter influenciado a construção de *Cem anos de solidão*, uma vez que o romance traz uma relação metafórica da constituição da América Latina, em especial da Colômbia. Na obra, as discussões política e social, por meio de guerras civis e revoluções populares, são extremamente importantes e marcam diversas gerações da família Buendía. Entretanto, é na segunda geração, na figura do coronel Aureliano, que se verifica a verdadeira resistência e o amplo desejo na busca por um salvador.

A necessidade de uma revolução nasceu após a primeira eleição efetuada em Macondo. Dom Apolinar Moscote, representante do governo, institui-se como autoridade no povoado e organizou a eleição presidencial, na qual o cargo era disputado entre os partidos Liberal e Conservador. Apesar de o evento ter sido muito bem arquitetado e dado ao povo a impressão de uma votação limpa e justa, a verdade por trás dos bastidores foi totalmente distinta e

Aureliano presenciou seu sogro fraudando a urna e substituindo as cédulas vermelhas dos Liberais, por cédulas azuis dos Conservadores.

A indignação com a situação e ainda mais com o descaso do governo para com o povo levou Aureliano a reunir os amigos e partir para a guerra que já estava instaurada, sem preparo, sem armas, apenas seguindo o instinto de justiça e liberdade. O tomaram por líder, mesmo com sua personalidade solitária e evasiva e, assim, nascia ali o coronel Aureliano Buendía:

Aureliano entrou na casa de Gerineldo Márquez e com a sua parcimônia habitual pediu uma caneca de café sem açúcar. Quando os dois ficaram sozinhos na cozinha Aureliano imprimiu à voz uma autoridade que nunca lhe havia conhecido. “Prepare os rapazes”, disse. “Vamos para a guerra.” Gerineldo Márquez não acreditou (p. 114).

Na passagem acima, verifica-se a semelhança entre a literatura e a realidade, tendo em vista que o povo, em especial os camponeses colombianos, que padeciam com a violência estatal e os inúmeros abusos de poder, passou a se organizar e a lutar contra a hegemonia conservadora que ocupava os Poderes Executivo e Legislativo da época. Assim nascem as primeiras tropas constituídas por civis, com o intuito de autodefesa de suas terras e de suas necessidades, que foram desprezadas ou mesmo aniquiladas pelo Estado.

A reação de Aureliano diante dos desmandos e opressões estatais com o povo anuncia a radicalização de camponeses ligados por um interesse comum, a luta contra as classes dominantes que usufruíam do trabalho, da terra e do capital e explorava o povo, sem lhe conceder garantias fundamentais, tais como direitos trabalhistas, direitos de propriedade e direitos à democracia de forma justa e limpa.

Frente a esta análise da obra, percebe-se que o romance traz a perspectiva de uma América Latina explorada, violentada pelo imperialismo norte-americano, pelos conflitos e mobilizações civis que buscavam por direitos e garantias fundamentais e que foram brutalmente caladas e massacradas, mas acima de tudo, demonstra um povo revolucionário, que busca redimir seus erros e sofrimentos na figura de um herói salvador.

Com sua multiplicidade de sentidos, García Márquez quebra as fronteiras entre a realidade e a ficção e concebe um mundo cuja fantasia, magia e excesso tornam-se convincentes diante da necessidade de tornar expressas as tensões sociais e o grande enigma da existência humana. A fascinante e mágica Macondo junto de seu povo sofrido, porém sonhador, permite traçar a indiscutível semelhança com a vida real, por meio da transbordante poética e de um humor peculiar. Igualmente como ocorre com o povo latino-americano, os macondianos anseiam por um salvador que trará glória e libertação aos explorados.

Nesse ponto, busca-se conectar aspectos significantes da formação da personagem do coronel Aureliano Buendía com a imagem do general Rafael Uribe Uribe, o qual é reconhecido como um herói nacional na Colômbia, revolucionário político, exímio militar e defensor da diplomacia e da não violência. No que tange as suas ideologias, defendia as causas liberais, mas era adepto à liberdade de consciência, seguindo uma vertente humanista, cujo objetivo pautava-se na mobilização por reformas sociais e na concretização do Estado Democrático de Direito.

Rafael Victor Zenón Uribe Uribe (1859-1914) nasceu no então município de Caramanta, na região da Antioquia, na *hacienda El Palmar*. Iniciou seus estudos na Universidade de Antioquia, na época chamada de *Colegio del Estado*, por conta disto mudou-se com toda família para Cauca. Foi nesta circunstância que teve seu primeiro contato com a guerra civil, alistando-se ao exército liberal no ano de 1876. Formou-se em Direito pela *Universidad del Rosario* em 1880 e no ano seguinte foi admitido na *Universidad de Antioquia*, em Medellín, como professor de Direito Constitucional e Economia Política, logo em seguida atuou como Procurador do Estado.

No levante das forças liberais contra o governo conservador de Miguel Antonio Caro, em 1895, Uribe atuou efetivamente, sendo derrotado pelo general Rafael Reyes e preso em Cartagena. Já no ano seguinte, foi eleito Representante da Câmara, único liberal na função congressista e, portanto único opositor dos ideais conservadores do governo no período já definido de Regeneração. No entanto, foi em 1899 que Uribe tornou-se uma grande personalidade da história da Colômbia, quando o partido Liberal declarou guerra aos conservadores e se deu início ao conflito mais longo, violento e expressivo do país, a referida Guerra dos Mil Dias.

Revolucionário e grande ativista, Uribe foi reconhecido por sua liderança, altivez e força militar, um homem de armas e sede de luta, mas seu verdadeiro reconhecimento se deu por sua inteligência, diplomacia, bem como estrategista e articulador político. Teve uma formação progressista com influência socialista. Defendia os ideais da política liberal, entre eles a laicização do Estado e as reformas sociais que envolvessem as classes mais vulneráveis. Apesar de seu forte ideal político, mostrou-se como defensor da liberdade de consciência, admitindo o peso que a Igreja Católica exercia e inúmeras vezes atuou com notável ponderação nos diálogos entre o partido Liberal e a Igreja.

Antes de apresentar a fundo as características ideológicas, morais e históricas em comum entre o general Uribe Uribe e o coronel Aureliano Buendía, é importante apontar que as duas figuras possuíam atributos físicos semelhantes. Tanto o general quanto o coronel detinham bigodes negros, densos e de pontas torcidas, além de uma voz grave e intensa, capaz

de se fazer ouvir ao longe, como verifica-se no excerto do romance: “Naquela altura já havia começado a cultivar o bigode negro de pontas engomadas e tinha a voz meio de trovão que haveria de ser sua característica na guerra” (p. 67).

Ademais, compartilhavam outras características marcantes, tais como a estatura e a forma física. O caudilho colombiano era alto, esguio e possuía um rosto afilado que ressaltava os ossos da face. Aureliano também é descrito como um homem alto e magro, diferente dos homens da família que eram robustos e fortes. Vejam:

Tinha espichado tanto que em pouco tempo a roupa abandonada pelo irmão já não servia nele, e começou a usar as do pai, mas foi necessário que Visitación fizesse pregas nas camisas e refizesse a cintura das calças, porque Aureliano não tinha puxado a corpulência dos outros (p. 47).

Nesse sentido, compara-se as figuras representativas abaixo. Na figura 1, trata-se de um fragmento da gravura de Carybé¹⁶ que retrata o coronel Aureliano Buendía em seu laboratório praticando a arte da ourivesaria, na fabricação de seus peixinhos de ouro. Já a figura 2 é uma imagem do general Rafael Uribe Uribe¹⁷. Diante das descrições do coronel criadas por García Márquez e representadas por Carybé, observa-se a verossimilhança física entre a personagem e o colombiano.

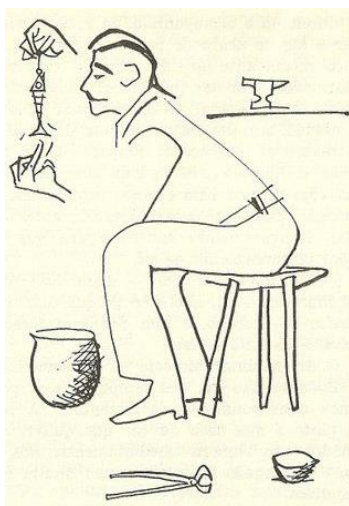


Figura 1



Figura 2

¹⁶ Carybé, nome artístico de Hector Julio Páride Bernabó. Artista argentino, naturalizado brasileiro. Em 1971 ilustrou o romance de Cem anos de solidão, de Gabriel García Márquez.

¹⁷ Imagem retirada de: Ruiza, M., Fernández, T. y Tamaro, E. (2004). Biografia de Rafael Uribe Uribe. En Biografías y Vidas. La enciclopedia biográfica en línea. Barcelona (España). Web. 10/05/2021. <<https://www.biografiasyvidas.com/biografia/u/uribe.htm>>.

Retomando a história da Guerra dos Mil Dias constata-se tratar do maior empreendimento militar colombiano entre os partidos Liberal e Conservador. A contenda exigiu um enorme recrutamento de civis para formação dos exércitos liberais, uma vez que os conservadores controlavam as tropas oficiais. A infantaria liberal constituía-se de todo tipo de pessoa, predominando as classes mais baixas e os camponeses. A necessidade de um recrutamento rápido para compor suas forças militares impediram um treinamento adequado e o fornecimento de um armamento condizente com o que teriam de enfrentar. Assim munidos com facas, lanças, facões e espingardas velhas, que não garantiam possibilidade de vitória, os homens partiram para os combates.

Na primeira fase da guerra havia um código de conduta moral que ambos os lados respeitavam. Práticas tradicionais e honradas de aprisionamento e execução de oficiais eram seguidas nos campos de batalha. No entanto, a crescente formação de guerrilhas e milícias desvirtuaram os princípios de civilidade existentes e até mesmo o general Uribe Uribe, que inicialmente portava-se como grande antagonista destas facções, acabou lutando ao lado dessas pessoas consideradas infratoras e foras da lei.

Ao longo da guerra, os ideais de Uribe Uribe até mesmo sua liderança frente às tropas liberais foram questionadas diante das inúmeras derrotas sofridas. Contudo, o fato é que os Liberais não possuíam estrutura para enfrentar o exército conservador e o povo não tinha condições de sustentar as contingências necessárias. No desenrolar dos conflitos, as verdadeiras convicções pelas quais se iniciou a contenda foram se perdendo e novos interesses surgindo, o que corrompeu os valores iniciais, tornando-se apenas um massacre generalizado, com um governo instável e um empobrecimento da população, que passou a ser ainda mais esquecida e fragilizada do que antes.

No romance em análise, observa-se que a fraude eleitoral, representada pela violência e corrupção do sistema estatal, resultou no fato gerador para o nascimento do coronel Aureliano Buendía como um herói nacional, que parte em busca de justiça para o povo, contra o domínio das elites conservadoras. Entretanto, assim como ocorre nos fatos históricos colombianos da Guerra dos Mil Dias e com a própria figura do general Uribe Uribe, verifica-se que a representação honrosa e pacifista não se sustenta, uma vez que na trajetória dos conflitos intermináveis e sanguinários, o coronel Aureliano e seus seguidores liberais acabam cometendo atos que corrompem os princípios valorosos iniciais.

A passagem abaixo deixa clara as alterações nas convicções do coronel Aureliano Buendía, que o tornaram um homem, muitas vezes, considerado violento, autoritário, implacável e irracional em seus atos. Analisa-se o diálogo um pouco antes de mandar executar

o amigo da família, general Moncada, este descrito no romance como um homem justo e pacifista, embora lutasse pelos conservadores. É possível ao leitor constatar a visão da personagem sobre as atitudes do coronel, que se tornava cada vez mais semelhante aos homens contra os quais combatia:

O general Moncada levantou-se para limpar os grossos óculos de armação de tartaruga nas fraldas da camisa. “Provavelmente”, disse. “Mas o que me preocupa não é que você me fuzile, porque afinal de contas, para gente como a gente isto é morte natural.” Pôs os óculos na cama e tirou o relógio de corrente. “O que me preocupa – continuou – é que de tanto odiar os militares, de tanto pensar neles, você acabou sendo igual a eles. E não existe um só ideal na vida que mereça tanta abjeção.” Tirou a aliança e a medalha da Virgem dos Remédios e as colocou ao lado dos óculos e do relógio. - Do jeito que a coisa anda – concluiu - você não apenas será o ditador mais despótico e sanguinário da nossa história, como vai acabar fuzilando minha comadre Úrsula, tratando de apaziguar a própria consciência (p. 175).

Seguindo esta linha de raciocínio, destaca-se também o trecho do romance, no qual compreende-se aos olhos de Úrsula, como a guerra transformou a fisionomia e a personalidade de seu filho, que agora se comportava como um verdadeiro militar, sempre vigilante e paranoico com possíveis traições de seus homens e até mesmo de seus amigos mais próximos. A matriarca já não reconhecia naquele homem as qualidades e características de seu filho, pois a frieza e a falta de compaixão predominavam em seu rosto e em seu coração:

Levava no cinto uma pistola com o coldre desabotoado, e a mão sempre apoiada na culatra revelava a mesma tensão vigilante e decidida de seu olhar. Sua cabeça, agora com entradas profundas, parecia assada em fogo brando. Seu rosto curtido pelo sal do Caribe havia adquirido uma dureza metálica. Estava preservado contra a velhice iminente por uma vitalidade que tinha algo a ver com a frieza de suas entranhas. Era mais alto do que quando foi embora, mais pálido e ossudo, e manifestava os primeiros sintomas de resistência à nostalgia. “Meu Deus”, disse Úrsula, alarmada. “Agora parece um homem capaz de qualquer coisa.” E era. (p. 172).

Toda esta questão abordada gerou uma enorme banalização da violência no país, que se escondia atrás dos ideais políticos para praticar todo tipo de atrocidade e obter todo benefício e lucro que se achassem no direito de tomar posse. Os que mais sofriam com esta situação era a camada mais pobre da sociedade e aqueles que viviam nos campos, conforme constata-se no excerto de Herbert Braun (2003):

[as contendas entre liberais e conservadores] envolviam a vida pessoal das pessoas, adentravam o interior de suas casas, suas terras e seus lugares de trabalho. A própria

existência de esposas e filhos estava em jogo pelo simples fato de se sentirem membros de um partido ou de outro. [...] Muitas vezes, a identificação partidária também servia como pretexto e como justificativa para as ambições pessoais, para tirar a terra do outro, roubar ou denegrir alguma pessoa. Seja por razões ideológicas ou por razões pessoais, a política atravessava a vida cotidiana das pessoas (p. 262).

Esta situação foi claramente retratada no romance de García Márquez, quando José Arcádio Buendía espalha o terror ao invadir as terras dos camponeses, expulsando-os e tomando para si suas propriedades. As fraudes nos títulos de propriedade e falta de legislação específica permitiram que essa prática se tornasse um mecanismo de enriquecimento pessoal.

Outros fatores também desenvolvidos brilhantemente pelo autor em seu romance foram as inúmeras derrotas sofridas pelos liberais que geraram momentos de grande incerteza e desilusão no coronel Aureliano e seus homens. Apesar de travarem diversos confrontos, as duas únicas significativas vitórias do romance foram a tomada de Rioacha e a da própria Macondo. No trecho abaixo é possível perceber o desalento do coronel Aureliano:

Apesar de seu regresso triunfal, o Coronel Aureliano Buendía não se entusiasmava com as aparências. As tropas do governo abandonavam as guarnições sem resistência, e isso suscitava na população liberal a ilusão de uma vitória que não convinha desmentir, mas os revolucionários conheciam a verdade, e o Coronel Aureliano mais do que ninguém. Embora naquele momento mantivesse mais de cinco mil homens sob seu comando e dominasse dois estados do litoral, tinha consciência de estar encurralado contra o mar, e metido numa situação política tão confusa [...] (p. 148).

A narrativa passa a descrever o sentimento de incerteza do coronel e seus questionamentos sobre o sentido de seu verdadeiro papel na guerra, já que os conflitos eram articulados pelos partidos, que se apoiavam em interesses maculados por corrupção e disputas por poder, enquanto o povo que morria a cada dia pela luta permanecia excluído e maltratado. Vejam o que demonstra o trecho abaixo:

Buscando uma válvula de escape, passava horas e horas no escritório do telégrafo, conferenciando com os chefes de outras guarnições, e cada vez saía com a impressão mais definida de que a guerra estava empacada. Quando chegavam notícias de novos triunfos liberais, comemorava-se com mensagens de júbilo, mas ele media nos mapas seu verdadeiro alcance, e compreendia que suas hostes estavam penetrando na selva, defendendo-se da malária e dos mosquitos, avançando no sentido contrário ao da realidade. “Estamos perdendo tempo”, queixava-se aos oficiais. “E estaremos perdendo tempo enquanto os sacanas do partido estiverem mendigando um assento no congresso” (p. 149).

O sentimento de incerteza e abandono toma conta da personagem, que não vê mais sentido em persistir lutando contra um sistema que gira em torno dos interesses de poucos, esse fator acelera a sua decadência. Esses aspectos de tristeza e solidão de Aureliano são reflexos dos finais trágicos dos heróis nacionais que serviram de inspiração ao autor, uma vez que esses foram calados e seus ideais destruídos pelo mesmo sistema opressor.

O paralelismo entre Aureliano e Uribe Uribe continua em outros aspectos. A Guerra dos Mil Dias terminou em 1902, após longos e sofridos anos de batalhas, grandes perdas e insignificantes vitórias para o partido Liberal. O general foi fundamental nesta reta final do conflito, pois em 24 de outubro de 1902, guiado pela esperança de uma paz duradoura subscreveu o tratado de Neerlândia. O acordo recebeu este nome, pois foi negociado e firmado em uma fazenda de bananas de nome homônimo, que pertencia ao holandês Ernesto Cortissoz. Entretanto, a guerra só teve de fato fim, um mês depois, no dia 21 de novembro, com a assinatura do tratado de Wisconsin.

O tratado de Neerlândia previa um cessar fogo e o desarmamento das tropas liberais, além de estabelecer uma mudança nas demarcações dos círculos eleitorais, de modo a permitir que houvesse uma melhor representação de ambos os lados, porém a mais importante das condições prefixadas foi a de que o governo conservador concederia aos veteranos de guerra – dos dois lados – uma pensão vitalícia, que permitisse aos soldados o retorno às suas casas e recomeço de suas vidas. No entanto, esta última condição nunca foi cumprida e todos os militares que lutaram na Guerra dos Mil Dias morreram sem receber os valores prometidos.

O avô de García Márquez foi um dos militares veteranos que esperou pela pensão de Neerlândia até o último dia de sua vida. O autor acompanhou o sofrimento e desilusão de seu avô no tempo em que viveram juntos e isso refletiu diretamente em sua obra, conforme destacado no excerto a seguir:

O ato se realizou a vinte quilômetros de Macondo, à sombra de uma paineira gigantesca, em torno da qual se haveria de fundar mais tarde o povoado de Neerlândia. Os delegados do governo e os do partido e a comissão rebelde que entregou as armas foram recebidos por um buliçoso grupo de noviças de hábitos brancos, que pareciam uma revoada de pombas assustadas pela chuva. O Coronel Aureliano Buendía chegou numa mula enlameada. Estava barbado, mais atormentado pela dor dos furúnculos que pelo imenso fracasso dos seus sonhos, pois tinha chegado ao fim de qualquer esperança, além da glória e da saudade da glória. De acordo com o determinado por ele mesmo, não houve música, nem foguetes, nem sinos de júbilo, nem placas comemorativas, nem nenhuma outra manifestação que pudesse alterar o caráter triste

do armistício. Um fotógrafo ambulante, que tirou o único retrato seu que poderia ser conservado, foi obrigado a destruir o filme sem o revelar (p.193).

No trecho abaixo, restou verificado o desejo e a esperança dos militares em receber a pensão vitalícia. Ao mesmo tempo constata-se a visão negativa do autor, que transmite a ideia de algo que nunca iria se concretizar e os cansados soldados esperariam pelo pagamento até a morte:

A última vez em que foi visto atender a algum assunto relacionado com a guerra foi quando um grupo de veteranos de ambos os partidos solicitou o seu apoio para a aprovação das pensões vitalícias, sempre prometida e sempre no ponto de partida. “Esqueçam isso”, disse a eles “Não vêem que eu recusei a minha pensão para evitar a tortura de ficar esperando até a morte?” (p. 217).

Diante de tudo o que foi apresentado, compreende-se que a personagem do coronel Aureliano Buendía traz uma reconfiguração do herói. Percebe-se que ele percorre uma jornada em busca de um ideal e de motivações aparentemente amparadas no campo da moral e da honra, em que representa um povo e defende a identidade e os direitos sociais, mas por outro lado, no decorrer do desenvolvimento do romance, passa a apresentar traços de contradição, principalmente no momento em que percebe que não sabe o motivo pelo qual está lutando e a guerra perde o sentido ao descobrir que o desejo de mudança e de revolução nada mais é que uma forte manifestação de orgulho.

Neste emaranhado de emoções, de conflitos e contradições, a genialidade de García Márquez é notável, pois esse consegue compor a personagem com diversas particularidades biográficas, físicas e características da personalidade de líderes políticos de seu país de origem. Aqui, além de Rafael Uribe Uribe, inclui-se também, Eliécer Gaitán, figura extremamente importante na história colombiana, conforme se vê adiante.

Dessa forma, a partir de toda essa argumentação apresentada, é possível entender o interesse e a sintonização do autor colombiano com o processo de apropriação do tema das guerras e revoluções de seu país. Por meio de sua perspectiva observa-se uma série de conjunções sociais, ideológicas, intelectuais e, certamente, pessoais e afetivas do escritor, o que é materializado em sua expressão literária, ao proporcionar destaque às massas excluídas e exploradas.

6.2 - Revolução, violência e memória

A proximidade da violência entre os conflitos existentes em *Cem anos de solidão* com os acontecimentos históricos revolucionários na Colômbia é algo que merece uma análise profunda. Tomando como base o reflexo histórico e social do país na obra de García Márquez, é relevante destacar outro evento de grande importância na construção do romance, das personagens e do enredo. Diante disso, esta parte do estudo é dedicada a um dos períodos mais sombrios e violentos, denominado de *La Violencia*.

O período de *La Violencia* ocorreu entre os anos de 1946 e 1957. Tratou-se de anos de intensos conflitos armados, com enorme violência, mortes, disputas partidárias pelo poder e principalmente da luta social por condições mínimas de dignidade. O confronto entre os partidos Liberal e Conservador pela hegemonia política deram abertura a discussões e protestos contra o descaso do Estado com o povo, sobretudo no que se refere à questão agrária, monopólio das elites latifundiárias do país.

Embora o número seja controverso entre os historiadores, acredita-se que a contenda tenha contribuído para a morte de cerca de 200 mil pessoas em toda Colômbia. A vitória do partido Conservador em 1946, a morte de Jorge Eliécer Gaitán e o Bogotazo foram os principais episódios do conflito e razão do colapso político e administrativo do governo. Nessa linha, analisa-se o que foi abordado por Forrest Hylton (2010) sobre o período:

La Violencia (1946-1957) foi uma época que misturou terror oficial, sectarismo partidário e políticas de terra arrasada que resultaram da confluência da crise da república cafeeira, da debilidade do Estado central e da concorrência pelos direitos de propriedade, principalmente no eixo do café. Esse período se distinguiu pelo “terror concentrado”, utilizado para suprimir as políticas populares radicais e canalizar os crescentes conflitos raciais-étnicos e de classe entre as vias do bipartidarismo. A violência política, que sempre foi um elemento básico nas regiões e municipalidades, foi desencadeada pela primeira vez em nível nacional contra as insurreições gaitanistas que irromperam na capital, nas cidades e aldeias provinciais de todo o país, depois que Gaitán foi assassinado em 1948 (p. 71).

Para explicar melhor esse período, é importante traçar uma linha do tempo e levantar informações sobre o seu início, além de trazer ao conhecimento figuras revolucionárias fundamentais da história.

O século 20 trouxe à Colômbia uma intensa mudança econômica e política. O crescente processo de industrialização gerou transformações sociais que desencadearam guerras civis e tornaram ainda mais acirrados os confrontos e a luta pela hegemonia dos dois partidos predominantes no país, o Liberal e o Conservador. A economia passou a ser regida pela

ideologia liberalista, o que tornou acessível a inserção do capital estrangeiro e o distanciamento do Estado em relação às decisões econômicas.

Paralelo a este contexto político, intensificaram-se as mobilizações violentas e consequentemente o aumento do índice de mortes, marginalização e exclusão social. Assim apesar da expansão do setor industrial e da modernização nos meios de produção, os lucros e o progresso econômico não eram percebidos pela população colombiana e os conflitos entre os trabalhadores e empresários tornaram-se cada vez mais brutais.

Foi diante desta conjuntura política que uma importante figura pública ganhou destaque, o jovem Jorge Eliécer Gaitán. Proveniente de uma família culta, declaradamente progressista e aliada aos ideais liberais, formou-se em Direito e Ciências Políticas em 1924, pela *Universidad Nacional de Colombia* e fez carreira como professor universitário de Direito Penal, tornando-se reitor da *Universidad Libre* em 1931. Sua carreira política inicia-se em 1928, quando é eleito deputado e adquire prestígio entre as massas populares ao estabelecer uma ideologia contra a hegemonia conservadora, lutando em defesa dos trabalhadores e contra a corrupção administrativa, política e econômica implantadas pelo Estado e pelo imperialismo estadunidense.

Entretanto foi sua política em relação à propriedade fundiária que produziu mais polêmicas, inclusive dentro do próprio partido Liberal. Eliécer Gáitan defendia reformas na propriedade privada, por meio da revisão dos títulos de propriedade e do atendimento de sua função social. O partido Liberal dividiu-se em duas frentes, os tradicionalistas e os populistas, esses liderados por Gaitán. Assim define Forrest Hylton (2010):

As juntas gaitanistas encarnavam para a autoridade do governo central e, mais ainda, do governo regional – assim como para as hierarquias raciais e os direitos de propriedade – uma ameaça fundamental, que nos deixa ver a magnitude do revés sofrido pelas forças nacionais populares incipientes (p. 71).

Diante de sua conduta na carreira política, o colombiano passou a ter uma relação aclamada pela população, principalmente por parte dos trabalhadores, tanto que em 1928, no Massacre das Bananeiras, ocorrido em virtude das manifestações contra a United Fruit Company, tomou a defesa dos operários e denunciou a violência e o número de mortes oficiais à Câmara dos Representantes.

Dessa forma, foi reconhecido por sua luta contra a violência na Colômbia e até organizou atos contra as agressões e mortes sofridas pelo povo. A manifestação mais importante nesta causa ficou conhecida como *Manifestación del silencio*, ocorrida em fevereiro de 1948, em que cerca de 200 mil pessoas caminharam em silêncio pelas ruas de Bogotá. Ao final, os

participantes em frente à Praça Bolívar presenciaram seu mais famoso discurso, *Oración por la paz*.

A manifestação totalmente pacífica e seu discurso inflamado foram marcos na história da Colômbia, pois a situação do país encontrava-se em meio à forte instabilidade política e social. O povo organizava-se contra o governo que adotava uma postura indiferente aos problemas sociais, às causas trabalhistas e às dificuldades econômicas. Gabriel García Márquez, em sua obra *Viver para contar* (2002) aborda a sensação envolvente e significativa daquele ato e daquelas palavras de Gaitán:

[...] naquela noite compreendi de repente que ele havia ultrapassado o país que falava espanhol e estava inventando uma língua franca para todos, não tanto pelo que as palavras diziam, mas pela comoção e pelas astúcias da voz. Ele mesmo, em seus discursos épicos, aconselhava seus ouvintes, num malicioso tom paternal, a regressar às suas casas em paz, e eles traduziam como uma ordem cifrada para expressar seu repúdio contra tudo que as desigualdades sociais e o poder de um governo brutal representavam. Até os próprios policiais que deveriam proteger a ordem ficavam motivados por uma advertência que interpretavam do avesso (p. 269-270).

Dois meses depois da manifestação, no dia 9 de julho, Jorge Eliécer Gaitán foi brutalmente assassinado, em frente ao edifício que trabalhava no centro de Bogotá, com três tiros no peito. O episódio gerou uma enorme comoção entre a população colombiana, uma vez que Gaitán simbolizava a promessa da renovação política, com sua possível eleição para presidência, capaz de contribuir para a diminuição das desigualdades sociais e dos sérios problemas administrativos e econômicos enfrentados pelo país. Outro fator que contribuiu ainda mais para a revolta popular foi o de que o assassino, Juan Rosa Sierra, era considerado um militante fanático pelos movimentos sociais gaitanistas.

A multidão enfurecida perseguiu, prendeu e linchou em vias públicas o autor do crime, arrastando seu corpo até o Palácio Presidencial, onde passaram a exigir esclarecimentos do presidente Mariano Ospina Pérez. As manifestações extremamente violentas tiveram, inicialmente, alvos direcionados, os quais eram vinculados ao governo e à Igreja Católica, comumente defensores do conservadorismo. Posteriormente, a destruição alcançou jornais, comércios e a embaixada dos Estados Unidos da América, pois esses simbolizavam o imperialismo e o capitalismo norte-americano, razão de inúmeros problemas sociais. O evento, composto por uma série de protestos violentos, ficou conhecido mundialmente como *Bogotazo*.

A popularidade de Gaitán e sua morte inesperada despertaram na população um sentimento de perda incomensurável, pois acabava ali a esperança de um país melhor. A

necessidade do povo de figuras heroicas é comum na história e essa busca incessante por um líder salvador, que colocasse fim ao sofrimento social está presente na história política da América Latina.

No contexto mundial, esse período foi marcado pelo início da Guerra Fria, de modo que a imprensa internacional passou a veicular que o assassinato do político e o consequente Bogotazo haviam sido articulados por agentes comunistas, o que colaborou ainda mais para tensão entre os partidos Conservador e Liberal. Entretanto após investigações principalmente lideradas pelos Estados Unidos, concluiu-se que o assassinato de Gaitán não possuía ligação política com nenhum dos partidos rivais.

É diante desse cenário histórico, que se busca estabelecer a relação entre García Márquez, a morte de Jorge Eliécer Gaitán e os atos violentos que se seguiram. Naquela época, o autor vivia em Bogotá, onde cursava Direito e já se interessava por causas políticas e sociais, embora ainda não atuasse exclusivamente como escritor, já colaborava com alguns textos para os jornais locais e no inesquecível dia 9 de julho, estava na cidade. Assim acompanhou de perto toda a movimentação popular, mas não participou ativamente das manifestações, pois segundo ele, na época não compreendia a devida importância do ato.

Anos mais tarde, em *Viver para contar* o escritor levantou a discussão sobre o Bogotazo e abordou aspectos da atuação política de Gaitán, além de tudo o que o político representava para o povo colombiano. Mesmo que não tenha participado efetivamente dos atos e protestos daquele período, foi capaz de expor com precisão e consciência política suas memórias, pois acompanhou de perto o desenrolar da explosão social e os amadurecimentos pessoal e político possibilitaram sua contribuição posterior. Assim sua análise retrata a violência e a desolação do país nos anos seguintes, uma vez que aquela situação foi crucial na história recente da Colômbia. Abaixo uma passagem de seu relato:

Todo sonho de mudança social de fundo pelo qual Gaitán havia morrido esfumou-se entre os escombros fumegantes da cidade. Os mortos nas ruas de Bogotá, e aqueles mortos pela repressão oficial nos anos seguintes, devem ter sido mais de um milhão, além da miséria e do exílio de tantos outros. O sonho esfumou-se muito antes que os dirigentes liberais no alto governo comessem a perceber que tinham assumido o risco de passar à história na condição de cúmplices (p.289).

Diante do exposto, nota-se que a morte de Gaitán se tornou um símbolo do início do período de *La Violencia*, no entanto é possível compreender realmente que a violência, a repressão estatal e os abusos econômicos e sociais já vinham acontecendo em todo o país há

muito tempo e o político atuou como um denunciante dessa crueldade, o que levou à sua própria morte.

Dessa forma, o período mencionado intensificou o terror, a violência e as desigualdades sociais na Colômbia, o que ocasionou um enorme retrocesso na legislação, na política e na economia. O que se identifica no excerto de Hylton (2010):

Em geral, La Violencia foi uma grande regressão histórica na qual as hostilidades partidárias impediram não só o legado do populismo de Gaitán, mas também a oportunidade de políticas de classe independentes baseadas no campesinato, nos artesãos, no proletariado e em frações importantes da classe média. Esse fato gerou novas formas de terror. No século XIX, os termos do combate militar foram acordados, mas durante La Violencia não foi respeitada nenhuma regra ou limite que protegesse adultos não combatentes e crianças (p. 82).

A questão da violência generalizada durante o conflito, em que não se respeitava limites ou regras nas batalhas e execuções, é um fator contundente das mobilizações de guerrilhas na Colômbia, conforme já verificado na Guerra dos Mil Dias, recorrente durante o Bogotazo e nos atos que se seguiram. O exagero e a crueldade nos trâmites da guerra podem ser observados na escrita de García Márquez e no desenrolar da trajetória dos Buendías, que atuaram como executores sem piedade ao mesmo tempo que foram massacrados e executados em diferentes formas.

Assim sendo, os meios repressivos adotados pelo Estado perante as mobilizações sociais por justiça e direitos desempenharam papel significativo na história do país, haja vista que diversos pactos e negociações, bem como violências exageradas, esquecimentos e abandonos marcaram o povo. Acontecimentos recentes repletos de brutalidade, medo e morte construíram o Estado colombiano, cujos efeitos são sentidos até hoje.

Posto isso, a intenção deste tópico é refletir sobre a influência dos discursos e práticas políticas da trajetória de Gaitán sobre a obra literária de García Márquez. É evidente que o autor utilizou de aspectos deste período, da heroificação e da perspectiva de mudança social na Colômbia para criar a movimentação revolucionária de seu romance.

Na concepção de Arango (1985), toda problemática política e conflituosa desenvolvida no romance pode ser considerada como uma recriação, reinterpretação dos fatos ocorridos na Colômbia, desde a insurreição dos liberais, com a Guerra dos Mil Dias, passando pelo evento do massacre das bananeiras e o imperialismo norte-americano até o período de *La Violencia*.

Dessa forma, ao analisar a biografia de Gaitán, averigua-se que seu pensamento se fundamentava nos interesses de grupos sociais, igualmente à ideologia do já mencionado

general Rafael Uribe Uribe. A liderança política de ambos se pautava em discursos engajados nos ideais nacionalistas do país, razão pela qual se viabilizou a aproximação com o escritor, uma vez que a ideologia de exaltação nacional deste sempre foi algo público e notório.

As personagens históricas foram transformadas em personagens de sua ficção e o desejo por mudanças, de amparo e reconhecimento de identidades ultrapassaram as fronteiras nacionais da Colômbia e por meio de Macondo e de suas lutas, leitores de toda a América Latina puderam se reconhecer e o restante do mundo pode se conscientizar das diversidades e das glórias latino-americanas.

É perceptível que, tanto na realidade como na ficção garcimarquiana, os líderes revolucionários tiveram um final sem glória. Esse percurso de luta, de possibilidade de mudança e seu resultante fracasso demonstram o confronto entre o mito do herói e o mito do Estado, em que os protagonistas sofrem com um triste desfecho, o assassinato para Uribe Uribe e Gaitán, ceifando prematuramente suas intenções de transformações política e social e as imensas decepção e solidão até a morte para o coronel Aureliano. Neste âmbito, a construção de uma ideia de justiça política e consolidação de direitos é barrada pela perpetuação da hegemonia do Estado e da disputa de poder entre as elites, levando a pior forma de exclusão daqueles que lutam, o seu total esquecimento.

De acordo com Julio Ortega (1992), Macondo toma conhecimento da dominação, das rebeliões e conflitos, bem como de todos os impasses administrativo, legislativo e de disputas de poder entre os partidos Liberal e Conservador, quando o povoado é conquistado por forasteiros, vindos de fora e invadindo o espaço, a economia e modificando a vida dos locais. Assim como a consecução desses eventos levaram o personagem de Aureliano Buendía a sua ascensão e destruição, a cidade teve destino semelhante e conheceu o progresso, todas as suas consequências até seu total aniquilamento.

Seguindo esta linha, a colombiana Lucila Inés Mena, em seu trabalho denominado de *La función de la historia en Cien años de soledad* de 1979, entende que todos os movimentos civis e conflitos militares e de guerrilha abordados em *Cem anos de solidão*, inclusive a greve dos trabalhadores da Companhia Bananeira, correspondem à representação de cem anos de história da Colômbia e a destruição definitiva de Macondo condiz com o momento histórico de *La Violencia*, caracterizado pela repressão intensa e violenta. Mena acredita que ao abordar esses temas no romance, García Márquez faz uma reinterpretação da política colombiana e dos movimentos subversivos ocorridos no país.

Assim como Mena, Ángel Rama (1986) defende que García Márquez busca entender a violência na Colômbia ao representar o problema por meio de um viés social em seu romance.

Rama explica que alguns episódios foram apagados e esquecidos da história do país e o autor os recriou e os perpetuou no tempo em sua obra. Ainda ressaltamos o reflexo de Eliéser Gáitan na narrativa, pois esse esteve envolvido tanto na greve das bananeiras, em que levou ao parlamento uma requisição contra o massacre, como também em sua morte e no que se desencadeou subsequentemente.

A partir da observação do estudo dos autores sobre a obra, é possível compreender que o romance percorre um caminho evolutivo, no qual a cidade fechada em seu microcosmo se abre para a entrada do progresso e é destruída por diferentes formas de dominação e exploração. Diante disso, Antonie Compagnon em sua obra *O demônio da teoria* defende que “a literatura pode estar de acordo com a sociedade, mas também em desacordo; pode acompanhar o movimento, mas também precedê-lo” (2010, p. 37). Fato que a literatura como instrumento de revisão e reflexão exerce a função essencial de não apagamento e perpetuação da memória, de modo que a sociedade possa desenvolver um senso crítico sobre determinados assuntos, evitando sua reincidência.

Nesse contexto de esquecimento da história, percebe-se que García Márquez atua como um militante da preservação da memória, cujo intuito é denunciar as injustiças, a violência, a opressão estatal, as fraudes e corrupções do governo por meio da arte, a fim de que tais acontecimentos históricos sejam resguardados do tempo e do esquecimento coletivo e não venham a se repetir. Por meio de seu romance, evoca situações conflituosas e cruéis infligidas ao povo e, assim, possibilita reflexões sobre o passado e o que isso gerou no presente.

Na tentativa de burlar o esquecimento, o autor se utiliza de sua consciência histórica e anseio pela consolidação de uma identidade nacional para firmar a memória e representar os problemas sociais de um povo que lutou, deu seu sangue e suas vidas na busca por direitos e por um país mais justo e menos violento, mas foi subjugado aos interesses dos poderosos, que os reprimiu e os oprimiu até sua destruição e apagamento de suas memórias. É importante ressaltar que a literatura não tem o dever com a verdade, mas sim de possibilitar meios efetivos de representá-la e torná-la objeto de reflexão.

Levando-se em consideração esses aspectos, o romance em estudo auxilia-nos não só na compreensão da representação de uma identidade nacional, mas também na representação da memória, da história e do passado colombiano e da América Latina como um todo. O autor foi capaz de absorver o mundo em que viveu e representá-lo por meio de sua narrativa, de seus personagens e de seus conflitos, criando uma verdadeira metáfora da condição humana latino-americana. Posto isso, vale ressaltar o que ensina Todorov quanto ao objeto da literatura, “a

própria condição humana, aquele que a lê e a compreende se tornará não só um especialista em análise literária, mas um conhecedor do ser humano” (2010, p. 92-93).

A contribuição de García Márquez neste romance direciona o realismo mágico como fundamentação de uma luta política, marcando seu testemunho e ao mesmo tempo seu desabafo. É evidente o poder do romance no imaginário popular e no mundo editorial à época de sua publicação, pois o desejo histórico de representar uma crise continental, dar voz ao povo e demonstrar sua exclusão é ultrapassado pela intenção criativa e artística.

O paradigma narrativo estudado neste capítulo situa-se na composição da guerra e como ela transforma uma personagem excêntrica e filial em protagonista e heroica, e no final de seu ciclo a torna esquecida, apagada e solitária, o que nos leva ao ponto central da obra, a solidão de um povo e o esquecimento de uma causa.

O retrato da guerra no romance, portanto pode ser visto por meio de duas vertentes, de um lado atua como expositor dos conflitos internos, refletindo os problemas políticos e sociais enfrentados por anos pelo povo e sua constante luta contra a exclusão e o reconhecimento de direitos, e por outro lado atua como um mecanismo de preservação da memória coletiva, perpetuando uma história que tende a ser esquecida ou mesmo abafada para que possa ser repetida sem uma movimentação opositiva concreta.

Considerações finais

O maior enfoque deste trabalho é estimular o debate entre Literatura e Direito no meio acadêmico. Buscou-se com isso, portanto estabelecer parâmetros que aproximassem esses dois campos do saber, respeitando as concepções metodológicas que delimitam as particularidades de cada ciência.

Dito isso, é importante mencionar que, quando se trata de um estudo interdisciplinar ainda recente, muitas são as adversidades a serem superadas, como as questões teórica e crítica, ou mesmo a própria aceitação da comunidade científica. A relação entre Literatura e Direito no Brasil, apesar de contar com trabalhos brilhantes e críticos renomados na área, ainda possui escassas fontes de pesquisa e metodologias próprias. À vista disto, o intuito do trabalho foi dar visibilidade a esta temática e demonstrar a existência possível de um diálogo entre estas disciplinas com a intenção de contribuir para uma nova hermenêutica que reúna diferentes esferas do conhecimento humano.

A importância de estudos que conectem métodos e procedimentos distintos está na necessidade de buscar soluções alternativas para a complexidade social. Dessa forma, para que isso se torne algo concreto e de relevância científica não se almejou eliminar as especificidades de cada ciência, mas as tornar comunicativas e colaboradoras entre si.

Entendeu-se que a prática interdisciplinar permite a ruptura de conceitos, teorias e modelos enrijecidos pelo tempo e que não acompanham a evolução do contexto sociocultural. Logo a diversidade de perspectivas sobre um determinado objeto de estudo gera debates, reflexões e novas estratégias para o gerenciamento de conflitos sociais e culturais.

Nesse sentido, pensar na associação da Literatura e do Direito exigiu cautela, pois foi necessário compreender o texto literário como objeto central da análise e, ao mesmo tempo, aproximá-lo de outras formas de expressão cultural, política e social. Ao se estabelecer o vínculo entre as ciências revelou-se a superação de padrões positivistas, tendo em vista que a narrativa literária se mostrou receptiva aos paradoxos do homem em suas relações com o meio. Percebe-se com isto, que esta relação interdisciplinar concebe caminhos de reconstrução da realidade e dos lugares de sentido, na medida em que viabiliza a experimentação, por meio da arte, de novos horizontes.

Nesta pesquisa, trabalhou-se com o romance *Cem anos de solidão*, de Gabriel García Márquez e foi feita apenas uma de tantas leituras possíveis desta obra primorosa. Optou-se por seguir a linha de apreciação privilegiada da sociedade e dos múltiplos conflitos emocionais, sociais, econômicos e políticos, próprios da condição humana. A narrativa dialoga com a história da formação dos Estados latino-americanos e traz à baila reflexões sobre sua identidade, sua memória e sua cultura.

É evidente que García Márquez adotou em sua trajetória pessoal e profissional a defesa de questões sociais e políticas em prol do povo latino-americano. O autor acreditava na necessidade da união desses países frente à grande dominação econômica dos estrangeiros. Na obra aqui analisada, é clara a metáfora acerca do isolamento, abandono e dominação que sofreram os povos latino-americanos bem como a forma com que esse povo lutou, sofreu e foi subjugado.

Assim se verificou no terceiro capítulo, aspectos do Direito Eleitoral e da formação do Estado Democrático de Direito adotados na América Latina e como esse processo de organização foi utilizado como embasamento no texto literário em análise. A visão artística presente no romance, sobre um sistema político fraudulento, repleto de insegurança jurídica e desrespeito às liberdades civis, que macula o regime democrático e perpetua no poder um

ordenamento ilegítimo e autoritário repleto de violações aos direitos fundamentais, assemelha-se à realidade presenciada pelo autor em sua terra.

Dessa forma, a obra deixa claro em seu desenvolvimento que esse sistema baseado em violência e exclusão social que sempre gira em torno de um bipartidarismo fanático favorece o aumento das desigualdades, da pobreza e da marginalização, além de contribuir para o crescimento da corrupção e da perpetuação das elites no poder. Esse cenário de incerteza democrática foi essencial no surgimento de fenômenos revolucionários, nos quais se acreditava que o método mais eficaz de combate ao sistema opressor era por meio da revolução armada e da violência.

Já no quarto capítulo, destaca-se a referência à recuperação da memória coletiva e individual de fatos históricos, culturais e pessoais do autor, de um povo e de um continente. Analisa-se como o colombiano tratou a questão trabalhista e os movimentos sociais em seu romance ao abordar a situação da Companhia Bananeira, alusão à United Fruit Company e o massacre envolvendo seus funcionários, ocorrido em dezembro de 1928.

O discurso adotado na narrativa legitima e reforça a experiência de José Arcádio Segundo como indivíduo, inserido em um modelo de exploração e disputa de poder, no qual permanece à margem da sociedade, excluído, marginalizado e sem amparo legal. Ao mesmo tempo, apresenta uma visão coletiva da luta sindical por melhores condições de vida, em que é possível compreender a força que a organização proletária pode exercer sobre as estruturas de poder. Compreende-se também o descaso com que as autoridades lidam com os trabalhadores em Macondo, o que acarreta a negação de reconhecimento de seus direitos e na proclamação oficial da inexistência dessas pessoas.

Assim nota-se que um dos pontos mais significativos da obra se baseia em um acontecimento icônico da história da Colômbia e por meio dele é possível entender a forma desumana como os trabalhadores foram tratados e qual foi o sentimento do povo latino-americano em relação a este episódio. A obra de García Márquez promoveu, assim, o resgate de uma memória nacional e tornou público a dor de muitos trabalhadores que careciam de qualquer valor nas relações de proteção laboral e seguridade social, sem amparo de uma legislação que pudesse garantir o mínimo para uma vida com dignidade.

O quinto capítulo examinou o vínculo entre o discurso literário garciamarquiano e as mobilizações territoriais da América Latina, estabelecendo uma relação dialógica entre literatura, história e a concretização de direitos. Aqui é possível explorar a percepção do escrito em relação à trajetória dos diferentes povos em seu continente, uma vez que sua narrativa

engloba as culturas dos povos formadores, como os índios, os europeus e os ciganos, além de aproximar os leitores de eventos estruturais da formação destes países.

Em um primeiro momento, contemplou-se a partida de pessoas rumo ao desconhecido, retratando uma população migrante, que parte em busca de um novo tempo, motivada por construir uma vida melhor sem os fantasmas que as assombravam. Esta jornada simboliza a reconstituição da cultura e dos valores humanos, de seus regionalismos, folclores, além dos medos e esperanças de um povo. A criação de um ambiente utópico, em que não há interferência do passado nem dos poderes institucionais, traz a ideia de uma nova história que permite recursos para instituir uma evolução social e superar seu passado tão conturbado e indigno. Por meio desta interpretação, na qual se vê Macondo como uma grande metáfora da formação dos estados latino-americanos e da constituição de sua gente, vislumbra-se a perspectiva de uma América sofrida, roubada e desolada, mas também de um povo sonhador, rico em cultura, que sempre está em busca de redenção e de um futuro melhor.

Posteriormente, a questão territorial no romance é analisada do ponto de vista das mobilizações e lutas agrárias. Aprecia-se o cuidado do autor ao abordar a disputa de terras e as revoluções que afrontavam os direitos das oligarquias territoriais. Nota-se a proximidade com a história da Colômbia, no entanto é perceptível o reflexo destas questões em todo território latino-americano, cuja violência, a brutalidade e os arranjos políticos foram frequentes na defesa dos grandes latifúndios e da soberania de algumas famílias.

A verossimilhança com a situação política de seu país de origem, leva-nos a compreender aspectos importantes entre a história e o romance, como a colonização exploratória, que resultou na ocupação desmensurada das terras e na constituição de uma estrutura fundiária marcada por grandes propriedades, a violência social e política, a omissão do governo e do Poder Judiciário e as guerras travadas entre os partidos Liberal e Conservador a fim de se manter no poder. O que nos permite concluir que a violência passou a ser institucionalizada, com a promulgação de leis que viabilizavam a tributação das terras e a facilitação da emissão de títulos de propriedade a pessoas que nem sequer detinham a posse direta dos imóveis.

Por fim, no sexto capítulo abordou-se as guerras, conflitos e revoluções ao longo de toda trama e como isso afetou o desenvolvimento das personagens. O protagonista deste núcleo foi o coronel Aureliano Buendía e, por intermédio dele, verificou-se o poder da literatura como instrumento de reflexão sobre questões reais do homem em sociedade, tanto no que tange aos seus problemas internos, dentro de um princípio intimista e subjetivo, como aos externos sob um enfoque social e político.

García Márquez é um descendente das guerras colombianas. Sua convivência com o avô materno o fez crescer sob a influência de ideais revolucionários. O autor com sua multiplicidade de sentidos quebrou as fronteiras entre a realidade e a ficção e concebeu um mundo, cuja fantasia, magia e o exagero tornaram-se convincentes diante da necessidade de expressar as tensões sociais e o grande desejo do povo em encontrar um salvador que trouxesse glória e libertação aos explorados. A personagem do coronel Aureliano Buendía traz esta reconfiguração de herói salvador e em sua composição percebe-se algumas características de líderes políticos reais que foram, certamente, pessoas que inspiraram o escritor.

O romance levanta fatores essenciais de preservação da memória, cujo intuito é denunciar as injustiças, a violência, a opressão estatal, as fraudes e corrupções do governo mediante a manifestação artística, a fim de que tais acontecimentos históricos sejam resguardados do tempo e do esquecimento coletivo e não se repitam. A narrativa evoca situações conflituosas e cruéis impostas ao povo e, assim possibilita o debate sobre o passado e o que isso gerou no presente. Diante disso, é possível deduzir que o texto literário destaca a consciência histórica e política do autor, principalmente o anseio pela consolidação de uma identidade nacional que perpetue a memória e represente os problemas sociais de um povo que lutou, deu seu sangue e vida na busca por direitos e por um país mais justo e menos violento, mas foi subjugado aos interesses dos poderosos, que o reprimiu e o oprimiu até sua destruição e apagamento de suas raízes.

Este trabalho centralizou os estudos interdisciplinares entre Literatura e Direito a fim de contemplar múltiplas interpretações que possam substituir conceitos restritos e puramente dogmáticos por novas formas de compreensão, mais profundas e comprometidas com a análise sociológica e antropológica. A conclusão, portanto é de que os textos literários nos permitem pensar além do senso comum, cuja capacidade de reestruturar o sistema, entender a raiz dos conflitos e mudar os paradigmas se torna evidente.

Referências:

- Aguiar, Flávio; Sandra Guardini T. Vasconcelos (Orgs.) *Ángel Rama: Literatura e cultura na América Latina*. São Paulo: Edusp, 2001.
- Amado, Jorge. *Suor*. 1 ed. São Paulo: Livraria Martins, 1934.
- _____. *Jubiabá*. 1 ed. São Paulo: Livraria Martins, 1935.
- _____. *Cacau*. 47. ed. Rio de Janeiro: Record, 1987.
- Antunes, Ricardo. *O continente do labor*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- Apuleyo Mendoza, Plinio. *El olor de la guayaba*. Conversaciones com Plinio Apuleyo Mendoza. 5ª ed. Buenos Aires: Sudamericana, 1996.
- Arango, Manuel Antonio. *Gabriel García Márquez y la novela de la violencia en Colombia*. México D.F: Fondo de Cultura Económica, 1985.
- Aristóteles. *Poética*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- Auerbach, Erich. *Introdução aos estudos literários*. Trad. Jose Paulo dos Reis. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- _____. *Mimeses: a representação da realidade na literatura ocidental*. Trad. George Bernard Sperber e equipe da Perspectiva. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- Avelar, Idelber. *Alegorias da derrota: a ficção pós-ditatorial e o trabalho de luto na América Latina*. Trad. Saulo Gouveia. Belo horizonte, Editora UFMG, 2003.
- Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira. Luiz Antonio Cabelo Norder. *O que são assentamentos rurais*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- Bethell, Leslie. (Org.) *História da América Latina: A América Latina após 1930: Estado e Política*. Trad. Antonio de Pádua Danesi. 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.
- Borges, Valdeci Rezende. *História e literatura: algumas considerações*. Web. 31/08/2020 <https://www.historia.ufg.br/up/114/o/ARTIGO__BORGES.pdf>.
- Bourdieu, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz, 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- Braga, Elda Firmino. Literatura, poder e contrapoder. *Revista Hispanista*. n.397. Rio de Janeiro. 2010. Web. 11/05/2021.
<<http://www.hispanista.com.br/artigos%20autores%20e%20pdfs/397.pdf>>
- Braun, Herbert. *Honra, amnésia e reconciliação na Colômbia*. In:_____. Alberto Aggio; Milton Lahuerta (orgs.). *Pensar o século XX: problemas políticos e história nacional na América Latina*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- Britto, José Gabriel Lemos. *O crime e os criminosos na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1946.

Candido, Antonio. *A educação pela noite e outros ensaios*. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.

_____. Direitos humanos e literatura. In:____. Antonio Carlos Ribeiro Fester (Org.). *Direitos humanos e Cjp*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

_____. O direito à literatura. In:____. *Vários escritos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2004.

_____. *Literatura e sociedade. Estudos de teoria e história literária*. 13. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

Camargos, Bruna Tavares. Mario Vargas Llosa e a Teoria dos ‘Demônios’: Entre Obsessões, Rebeldia e Liberdade. In____ *Macondo “nuestra América”*. Dissertação de mestrado – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2017.

Carpentier, Alejo. *O reino deste mundo*. Trad. João Olavo Saldanha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

_____. O barroco e o real maravilhoso. In:____ *A literatura do maravilhoso*. Trad. Rubia Prates Goldoni e Sérgio Molina. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, edições Vértice, 1987.

Carvalho Filho, Aloysio de. *Machado de Assis e o problema penal*. Salvador: UFBA, 1959.

Cavalcanti, Valdemar. “Saga de violência em alma de lirismo”. *O Jornal*. 2º cad. P. 9. Rio de Janeiro, set. 1969. Web. 19/01/2021. <http://memoria.bn.br/DocReader/110523_06/77730>.

Ceia, Carlos. E-Dicionário de Termos Literários. *Verossimilhança*. Web. 28/08/2020. <<https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/verossimilhanca/>>.

Chartier, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Trad. Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

Compagnon, Antoine. *Literatura pra quê?* Trad. Laura Taddei Brandini. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

_____. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Trad. Cleonice Paes Barreto, Consuelo Fortes Santiago. 2 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

Cortázar, Julio. América Latina: exílio e literatura. In:____. Sosnowski, Saúl (org.). *Obra Crítica*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Costa, Adriane Vidal. *Intelectuais, política e literatura na América Latina: o debate sobre a revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa (1958-2005)*. Tese. UFMG, Departamento de História. Belo Horizonte, 2009.

Cunha, Karla Pereira. Gabriel García Márquez e Octávio Paz: a questão da identidade ibero-americana em Cien años de soledad e El laberinto de la soledad. In:____. *Cien años de soledad como texto canônico*. Dissertação. UFJF, Programa de Pós-graduação em História. Juiz de Fora, 2007.

Chiampì, Irlemar. *O realismo maravilhoso: forma e ideologia no romance hispano-americano*. São Paulo: Perspectiva, 1980.

Chueiri, Vera Karam. Direito e literatura. In: _____. Vicente de Paulo Barreto (Coord.). *Dicionário de filosofia do direito*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

Dahl, Robert. *Poliarquia: Participação e Oposição*. São Paulo: Edusp, 1997.

Derrida, Jacques. *A escritura e a diferença*. Trad. Maria Beatriz Marques Nizza da Silva, Pedro Leite Lopes e Pérola de Carvalho. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.

Duarte, Eduardo de Assis. *Jorge Amado: Romance em tempo de utopia*. Rio de Janeiro-São Paulo: Editora Record, 1996.

Drummond de Andrade, Carlos. “Queria uma porção de coisas”. *Jornal do Brasil*. ed. 160. Rio de Janeiro, out. de 1969. Web. 19/jan/2021
<http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/142201>.

Echevarría, Roberto González. Um claro em la selva. In: _____. *Mito y archivo: una teoría de la narrativa latinoamericana*. Trad. Virginia Aguirre Muñoz. 2. ed. México D.F: Fondo de Cultura Económica, 2011.

Esteves, Antonio; Eurídice Figueiredo. Realismo mágico e Realismo Maravilhoso. In: _____. *Conceitos de Literatura e Cultura*. 2. ed. Niterói: EdUFF; Juiz de Fora: EdUFJF, 2010.

Fachin, Luiz Edson; Marcos Alberto Rocha Gonçalves; Melina Girardi Fachin. “Morte e vida severina”: um ensaio sobre a propriedade rural no Brasil contemporâneo a partir das lentes literárias. In: _____. André Karam Trindade e outros (org.). *Direito e literatura: ensaios críticos*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008.

Faria, Gentil Luiz de. *Estudos de Literatura Comparada*. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2019.

_____. *Direito e Literatura: confluências e afinidades*. 1ª ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

Ferraz Junior. Tércio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Ferreira, Antônio Celso. História e literatura: fronteiras móveis e desafios disciplinares. *Revista pós-história*. SP. UNESP, v. 4, 1996.

Filho, Paulo Hecker. “Mais um Don Quixote”. *Suplemento Literário*. p. 3. nº 651. São Paulo, dez. 1969. Web: 20/01/2021. <<http://memoria.bn.br/DocReader/098116x/3959>>.

Filho, Remi Gorga. “Entrevista de Eliane Zagury”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, out. 1969. Web: 18/01/2021.
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=eliane%20zagury&pagfis=142607>.

Galeano, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Trad. Sergio Faraco, 1. ed. Porto Alegre/RS: L&PM, 2010.

Galvão, Patrícia (Pagu). *Parque industrial: romance proletário*. Porto Alegre/São Paulo: Mercado Aberto/Ed. UFSCAR, 1994.

García Márquez, Gabriel. *As históricas entrevistas da Paris Review II*. Seleção Marcos Maffei. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *Viver para contar*. Trad. Eric Nepomuceno. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. *Cem anos de solidão*. Trad. Eric Nepomuceno. Rio de Janeiro: Record, 2018.

_____. Gabriel García Márquez: El oficio de escritor. *El Correo de la UNESCO: una ventana abierta sobre el mundo*. Entrevista por Bahgat Elnadi, Adel Rifaat e Miguel Labarca. Publicado em 02/1996. Web. 10/05/2021
<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000102554_spa>.

_____. García Márquez, Gabriel. *Crônicas 1961-1984*. Obra Jornalística 5. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2006.

_____. *Cheiro de Goiaba*. Trad. Eliane Zagury. 3 ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 1985.

Góis, Ricardo. “POP”. *Correio da Manhã*. 2 Cad. p. 3. Rio de Janeiro, ago. 1968. Web. 20/01/2021. <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_07/94428>.

Hylton, Forrest. *A revolução colombiana*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: EdUnesp, 2010.

Imbert, Enrique Anderson. *Historia de la literatura hispanoamericana II: Época contemporânea*. México: Fondo de cultura económica, 1995.

Lobato, Martins Sávio Cavalcanti. *O valor constitucional para a efetividade dos direitos sociais nas relações de trabalho*. São Paulo: LTr, 2006.

Lowy, Michael. *O Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. Trad. Claudia Schilling e Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

Martin, Gerald. *Gabriel García Márquez: uma vida*. Trad. Eugenia Vázquez Nacarino. Rio de Janeiro: Ediouro, 2010.

Meirelles, Hely Lopes, *Direito Administrativo Brasileiro*. 25. ed. Malheiros, São Paulo, 2000.

Mena, Lucila Inés. *La función de la historia en Cien años de soledad*. Barcelona: Plaza & Janes Editores, 1979.

Moisés, Massaud. *A criação literária: prosa*. São Paulo: Cultrix, 1985.

Moreno, César Fernández (Org.) *América Latina em sua literatura*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

Neruda, Pablo. *Confesso que vivi*. Trad. Olga Savary. São Paulo: Círculo do Livro, 1983.

Ortega, Julio. *Cien años de soledad y El otoño del patriarca: Texto y cultura*. In: _____. Una poética del cambio, Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1992.

Pêpe, Albano. Direito e literatura: uma intersecção possível? Interloquções com o pensamento waratiano. *ANAMORPHOSIS - Revista Internacional de Direito e Literatura*, 2016. Web. 10/03/2021. <<http://rdl.org.br/seer/index.php/anamps/article/view/207>>.

Pereira, Karla Cunha. *Gabriel García Márquez e Octavio Paz: a questão da identidade ibero-americana em cien años de soledad e el laberinto de la soledad*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2007.

Pesavento, Sandra Jathay. *História e história cultural*. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2004.

Pinheiro, Maristela Rosângela dos Santos. *FARC-EP: meio século de insurgência na Colômbia. Que paz é possível?* Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. Niteroi, 2015.

Poncioni, Cláudia. *Émile Zola em português: um estudo das traduções de Germinal no Brasil e em Portugal*. São Paulo: Annablume, 1999.

Rama, Ángel. *García Márquez: edificación de un arte nacional y popular*. Montevideo: Universidad de la República, Facultad de Humanidades y Ciencias, 1986.

_____. *Literatura e cultura na América Latina*. Trad. Elza Gasparotto e Raquel Santos La Corte. São Paulo: Edusp, 2001.

_____. *Literatura, cultura e sociedade na América Latina*. Trad. Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

_____. *García Márquez: edificación de un arte nacional y popular*. Montevideo: Universidad de la República, Facultad de Humanidades y Ciencias, 1986.

Raymont, Henry. “Edição de latino-americanos nos EUA”. *Suplemento Literário*. ed. 623, ano 13. São Paulo, mai. 1969. Web. 20/jan./2021.

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=098116x&PagFis=3791&Pesq=cem%20anos%20de%20solid%c3%a3o>>.

Rivera, Felipe Vásquez e Horacio González Mullin. *O direito trabalhista individual no Uruguai*, in: _____. Zimmermann, Lucia Vidigal (Org.). *O direito do trabalho individual: Argentina, Brasil, Uruguai*. Coleção Lexnet, São Paulo: LTr, 2012.

Roas, David. *A ameaça do Fantástico: aproximações teóricas*. Trad. Julián Fuks. 1.ed. São Paulo: EdUnesp, 2014.

Rodrigues, Joana de Fátima. *Literatura e jornalismo em Gabriel García Márquez: uma leitura de crônicas*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana do Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

Rodrigues, Selma Calasans. *Macondoamérica: a paródia em Gabriel García Márquez*. Goiânia: Editora UFG, 2001.

Rodriguez, Alexis Márquez. Realismo mágico. In: _____. *Lo Barroco y lo real-maravilloso en la obra de Alejo Carpentier*. México: Siglo XXI Editores, 1982a.

_____. Lo real-maravilloso. In: _____. *Lo Barroco y lo real-maravilloso en la obra de Alejo Carpentier*. México: Siglo XXI Editores, 1982b.

Seixas, Renato. *Identidade cultural da América Latina: conflitos culturais globais e mediação simbólica*, EACH-USP, 2012.

Silvestre, Paulo Armando da Cunha. *Vivências do feminino no final de oitocentos: representação da mulher em alguns romances e periódicos da época*. Dissertação. Mestrado em Estudos Portugueses e Interdisciplinares, Universidade Aberta, Lisboa, 2009.

Simioni, Ronan. Farias, Vera Elisabeth Prola. *Cem anos de mitos, imperialismo e solidão: Macondo e a (des)construção identitária latino-americana*. In: _____. *Gabriel García Márquez e o romance na América Latina*. Disc. Scientia. Série: Artes, Letras e Comunicação, S. Maria, v. 10, n. 1, 2009.

Schwartz, Germano. Direito e literatura: proposições iniciais para uma observação de segundo grau do sistema jurídico. In: _____. *Revista da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul*, Ano XXI, nº. 96, dezembro de 2004. Porto Alegre, RS.

Spindler, William. Magic realism. In: _____. *Fórum for modern language studies*. Oxford, n. 39, p. 75-85, 1993.

Strathern, Paul. *García Márquez em 90 minutos*. Trad. Lygia Maria Jobim. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

Todorov, Tzvetan. *A conquista da América: A questão do outro*. Trad. Beatriz Perrone Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Introdução ao verossímil*. In: _____. *Poética da prosa*. Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *A literatura em perigo*. Trad. Caio Meira. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2010. Mario Vargas Llosa. *García Márquez: historia de un deicidio*. Barcelona Caracas: Barral Editores, 1971

Torre, Michelle Márcia Cobra. *Literatura, história e memória em Gabriel García Márquez: Cem anos de solidão, O general em seu labirinto e o Outono do patriarca*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

Trindade, André Karam; Roberta M. Gubert; Alfredo Copetti Neto (Orgs.). *Direito & literatura: ensaios críticos*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

_____. Direito e literatura: aproximações e perspectivas para se repensar o direito. In: ____; Copetti Neto, Alfredo. (Orgs.). *Direito & literatura: reflexões teóricas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

_____. Mais literatura e menos manual – A compreensão do Direito por meio da ficção. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, nº 444 - Ano XIV – jun. 2014. Entrevista por Ricardo Machado. Web. 08/12/2020
<<http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao444.pdf>>.

_____. Entrevista semiestruturada concedida a Jânia Ribeiro Santana. Guanambi: UniFG, 2018.

Uslar Pietri, Arturo. Realismo mágico. In: _____. *Biblioteca virtual Miguel de Cervantes*. s/d. p. 273/278. Web. 02/12/2020. <http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/nuevo-mundomundo-nuevo--0/html/ff6f6ef8-82b1-11df-acc7-002185ce6064_10.html>.

Vargas Llosa, Mario. *Dicionário amoroso da América Latina*. Trad. Hortencia Santos Lencastre e Wladir Dupont. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006

_____. *Cien años de soledad: realidad total, novela total*. Cuadernos Hispanoamericanos. Núm. 681, março 2007. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes. Web. 14/12/2020. <<http://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmcbv801>>.

_____. *García Márquez: historia de um deicídio*. Barcelona Caracas: Barral Editores, 1971.

_____. *A literatura e a vida*. In: _____. Vargas Llosa, Mario. *A verdade das mentiras*. Trad. Cordelia Magalhães. São Paulo: Arx, 2004.

Vieira, Felipe de Paula Góis. *De Macondo a MCondo: os limites do real maravilhoso como discurso de representação da América Latina (1947 – 1996)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2012.

Warat, Luis Alberto. Senso comum teórico: as vozes incógnitas das verdades jurídicas. In: _____. Luis Alberto Warat. *Introdução geral ao direito: interpretação da lei: temas para uma reformulação*. Porto Alegre: ed. SaFe, 1994.

Williams, Raymond. *Drama from Ibsen to Brecht*. London. Hogarth Press, 1987.

_____. *Marxismo e literatura*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1979.

White, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. Trad. José Laurênio de Melo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

_____. *Trópicos do Discurso: Ensaaios sobre a Crítica da Cultura/ Hayden White*. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Edusp, 1994.

Zola, Émile. *Germinal*. Trad. Francisco Bittencourt. São Paulo: Martin Claret, 2007.